

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.....	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	12
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO.....	14
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES.....	14
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	15
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	15
7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA.....	16
8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	17
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	18
10. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE MINAS GERAIS.....	20
11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS.....	21
12. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS.....	21
13. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO.....	21
14. ATIVOS DE CONTRATO.....	25
15. INVESTIMENTOS.....	28
16. IMOBILIZADO.....	40
17. INTANGÍVEIS.....	42
18. ARRENDAMENTOS.....	43
19. FORNECEDORES.....	44
20. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES.....	44
21. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	46
22. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	49
23. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO.....	50
24. PROVISÕES.....	53
25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	61
26. RECEITA.....	62
27. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	66
28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	68
29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	69
30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	72
31. SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	80
32. ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA.....	82
33. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA.....	83
34. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI.....	84
35. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	84
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO.....	85
OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES.....	94
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR.....	103

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
ATIVO
(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.990.712	825.208	172.595	26.692
Títulos e valores mobiliários	6	2.778.971	1.724.088	259.930	431.222
Consumidores e revendedores e concessionários – Transporte de energia	7	4.641.604	4.429.883	292.697	157.368
Ativo financeiro da concessão	13	1.266.468	1.504.666	-	-
Ativos contratuais	14	704.291	599.692	-	-
Tributos compensáveis	8	1.499.658	1.968.979	1.087	1.088
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9a	798.518	698.914	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - NDF	30a	68.609	-	-	-
Dividendos a receber	29	71.217	335.189	2.156.544	1.820.578
Contribuição de iluminação pública		201.325	233.309	-	-
Reembolso subsídios tarifários	12	96.514	291.896	-	-
Outros ativos		588.237	337.326	13.252	9.547
TOTAL DO CIRCULANTE		14.706.124	12.949.150	2.896.105	2.446.495
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	6	134.737	353.730	921	88.383
Consumidores e revendedores e concessionários – Transporte de energia	7	45.858	51.540	-	-
Tributos compensáveis	8	1.672.230	1.997.285	517.654	502.452
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9a	294.216	315.405	219.709	245.850
Impostos de renda e contribuição social diferidos	9c	3.116.860	2.464.734	899.538	802.270
Depósitos vinculados a litígios	11	1.246.581	1.155.169	320.540	307.651
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	30a	744.179	1.219.176	-	-
Contas a receber do Estado de Minas Gerais	10	13.366	13.366	13.366	13.366
Ativo financeiro da concessão	13	4.375.746	4.969.400	-	-
Ativos de contrato	14	6.568.231	5.780.316	-	-
Investimentos	15	5.373.517	5.105.926	19.532.816	18.183.135
Imobilizado	16	2.404.840	2.419.269	1.250	1.411
Intangível	17	13.523.670	12.953.317	699	1.380
Direito de uso	18a	221.407	225.593	2.055	2.050
Outros ativos		72.479	72.432	71.904	25.011
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		39.807.917	39.096.658	21.580.452	20.172.959
TOTAL DO ATIVO		54.514.041	52.045.808	24.476.557	22.619.454

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
PASSIVO
(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
CIRCULANTE					
Fornecedores	19	2.740.736	2.683.343	133.049	64.682
Encargos regulatórios	22	540.031	610.695	-	-
Participação dos empregados e administradores no resultado		125.365	136.580	11.432	11.126
Impostos, taxas e contribuições	20	430.905	528.096	86.283	132.764
Imposto de renda e contribuição social	9b	260.059	190.002	109.839	-
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		1.945.118	1.909.050	1.942.054	1.911.250
Empréstimos, financiamentos e debêntures	21	1.188.699	1.465.133	57.580	52.430
Salários e contribuições sociais		260.746	225.189	12.287	12.596
Contribuição de iluminação pública		290.352	357.105	-	-
Obrigações Pós-emprego	23	374.460	346.733	28.454	26.917
Passivo financeiro da concessão	13	-	51.359	-	-
PASEP/Cofins a ser restituído a consumidores	20	1.873.276	704.025	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	30b	91.693	6.130	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - Opções	30b	653.967	636.292	-	-
Passivo de arrendamento	18b	29.313	61.586	296	277
Outros passivos		766.965	776.275	8.420	8.288
TOTAL DO CIRCULANTE		11.571.685	10.687.593	2.389.694	2.220.330
NÃO CIRCULANTE					
Encargos regulatórios	22	67.004	204.623	4.624	4.624
Empréstimos, financiamentos e debêntures	21	10.180.253	9.898.830	-	-
Impostos, taxas e contribuições	20	364.289	341.689	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9c	809.625	962.255	-	-
Provisões	24	2.012.091	1.888.972	268.911	236.995
Obrigações Pós-emprego	23	5.984.278	5.857.941	735.398	697.149
Passivo financeiro da concessão	13	271.196	-	-	-
PASEP/Cofins a ser restituído a consumidores	20	1.723.626	2.318.910	-	-
Passivo de arrendamento	18b	215.402	182.437	2.013	1.975
Outros passivos		235.385	240.793	2.065	1.970
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		21.863.149	21.896.450	1.013.011	942.713
TOTAL DO PASSIVO		33.434.834	32.584.043	3.402.705	3.163.043
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25				
Capital social		11.006.853	8.466.810	11.006.853	8.466.810
Reservas de capital		2.249.721	2.249.721	2.249.721	2.249.721
Reservas de lucros		8.408.051	10.948.094	8.408.051	10.948.094
Ajustes de avaliação patrimonial		(2.217.950)	(2.208.214)	(2.217.950)	(2.208.214)
Lucros acumulados		1.627.177	-	1.627.177	-
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES		21.073.852	19.456.411	21.073.852	19.456.411
Participação de acionista não-controlador		5.355	5.354	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		21.079.207	19.461.765	21.073.852	19.456.411
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		54.514.041	52.045.808	24.476.557	22.619.454

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Set/2022	Jan a Set/2021	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
RECEITA LÍQUIDA	26	24.709.606	23.989.390	1.396.908	176.060
CUSTOS OPERACIONAIS					
Custos com energia elétrica e gás	27a	(14.730.461)	(15.249.466)	(944.479)	(51.017)
Custos de construção	27b	(2.397.836)	(1.338.097)	-	-
Custos de operação	27c	(2.713.343)	(2.494.405)	-	-
		(19.841.640)	(19.081.968)	(944.479)	(51.017)
LUCRO BRUTO		4.867.966	4.907.422	452.429	125.043
DESPESAS OPERACIONAIS	27c				
Perdas estimadas de créditos com liquidação duvidosa		(48.606)	(79.463)	-	-
Despesas gerais e administrativas		(720.902)	(426.126)	(26.935)	(43.046)
Outras despesas operacionais, líquidas		(851.347)	(616.021)	(103.368)	(50.065)
		(1.620.855)	(1.121.610)	(130.303)	(93.111)
Receitas – Revisão Tarifária Periódica, líquidas		-	217.063	-	-
Ganhos com repactuação do risco hidrológico - Lei 14.052/20, líquido		-	1.031.809	-	-
Ganho na alienação de ativo mantido para venda, líquido	32	6.644	108.550	-	108.550
Resultado da combinação de negócios	15	8.641	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	15	768.440	438.798	2.237.847	2.710.985
Resultado operacional antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro		4.030.836	5.582.032	2.559.973	2.851.467
Receitas financeiras	28	1.020.269	610.833	36.682	18.872
Despesas financeiras	28	(2.517.089)	(2.553.015)	(7.346)	(4.360)
		(1.496.820)	(1.942.182)	29.336	14.512
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		2.534.016	3.639.850	2.589.309	2.865.979
Imposto de renda e contribuição social	9d	(654.736)	(936.479)	-	(20.069)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9d	808.520	87.096	97.268	(56.590)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		2.687.800	2.790.467	2.686.577	2.789.320
Total do lucro líquido do período atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores		2.686.577	2.789.320	2.686.577	2.789.320
Participação de acionistas não controladores		1.223	1.147	-	-
		2.687.800	2.790.467	2.686.577	2.789.320
Lucro básico e diluído por ação preferencial	25	1,22	1,27	1,22	1,27
Lucro básico e diluído por ação ordinária	25	1,22	1,27	1,22	1,27

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jul a Set/2022	Jul a Set/2021	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021
RECEITA LÍQUIDA	26	9.223.311	9.524.667	682.060	175.902
CUSTOS OPERACIONAIS					
Custos com energia elétrica e gás	27a	(5.496.572)	(6.515.849)	(432.521)	(51.017)
Custos de construção	27b	(1.135.414)	(552.536)	-	-
Custos de operação	27c	(945.962)	(788.479)	-	-
		(7.577.948)	(7.856.864)	(432.521)	(51.017)
LUCRO BRUTO		1.645.363	1.667.803	249.539	124.885
DESPESAS OPERACIONAIS	27c				
Perdas estimadas de créditos com liquidação duvidosa		84.852	(37.295)	-	-
Despesas gerais e administrativas		(222.457)	(167.452)	(7.251)	(17.795)
Outras despesas operacionais, líquidas		(262.258)	(245.906)	(51.200)	(15.202)
		(399.863)	(450.653)	(58.451)	(32.997)
Ganhos com repactuação do risco hidrológico - Lei 14.052/20, líquido		-	122.208	-	-
Resultado da combinação de negócios	15	8.641	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	15	247.544	287.319	946.214	396.528
Resultado operacional antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro		1.501.685	1.626.677	1.137.302	488.416
Receitas financeiras	28	411.748	278.827	5.492	15.034
Despesas financeiras	28	(521.209)	(1.434.317)	(2.558)	(1.558)
		(109.461)	(1.155.490)	2.934	13.476
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		1.392.224	471.187	1.140.236	501.892
Imposto de renda e contribuição social	9d	(284.047)	(71.213)	-	(20.069)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9d	74.176	21.503	41.632	(60.772)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		1.182.353	421.477	1.181.868	421.051
Total do lucro líquido do período atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores		1.181.868	421.051	1.181.868	421.051
Participação de acionistas não controladores		485	426	-	-
		1.182.353	421.477	1.181.868	421.051
Lucro básico e diluído por ação preferencial	25	0,54	0,25	0,54	0,25
Lucro básico e diluído por ação ordinária	25	0,54	0,25	0,54	0,25

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
RESULTADO DO PERÍODO	2.687.800	2.790.467	2.686.577	2.789.320
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Outros resultados abrangentes	393	169	393	169
	393	169	393	169
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	2.688.193	2.790.636	2.686.970	2.789.489
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	2.686.970	2.789.489	2.686.970	2.789.489
Participação de acionista não-controlador	1.223	1.147	-	-
	2.688.193	2.790.636	2.686.970	2.789.489

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021
RESULTADO DO PERÍODO	1.182.353	421.477	1.181.868	421.051
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	1.182.353	421.477	1.181.868	421.051
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	1.181.868	421.051	1.181.868	421.051
Participação de acionista não-controlador	485	426	-	-
	1.182.353	421.477	1.181.868	421.051

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	8.466.810	2.249.721	10.948.094	(2.208.214)	-	19.456.411	5.354	19.461.765
Lucro líquido do período	-	-	-	-	2.686.577	2.686.577	1.223	2.687.800
Aumento de capital	2.540.043	-	(2.540.043)	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	393	-	393	-	393
Realização do custo atribuído	-	-	-	(10.129)	10.129	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(1.069.529)	(1.069.529)	-	(1.069.529)
Participação de acionista não controlador	-	-	-	-	-	-	(1.222)	(1.222)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022	11.006.853	2.249.721	8.408.051	(2.217.950)	1.627.177	21.073.852	5.355	21.079.207

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	7.593.763	2.249.721	10.060.605	(2.431.423)	-	17.472.666	4.682	17.477.348
Aumento de capital	873.047	-	(873.047)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	2.789.320	2.789.320	1.147	2.790.467
Outros resultados abrangentes	-	-	-	169	-	169	-	169
Realização do custo atribuído	-	-	-	(10.992)	10.992	-	-	-
Participação de acionista não controlador	-	-	-	-	-	-	(629)	(629)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021	8.466.810	2.249.721	9.187.558	(2.442.246)	2.800.312	20.262.155	5.200	20.267.355

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Set/2022	Jan a Set/2021	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do período		2.687.800	2.790.467	2.686.577	2.789.320
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa					
Impostos de renda e contribuição social diferidos	9	(808.520)	(87.096)	(97.268)	56.590
Depreciação e amortização	27	869.536	763.482	931	1.334
Baixa de valor residual líquido de ativos de contrato, ativos financeiros da concessão, imobilizado e intangível		197.273	32.088	-	-
Ganhos com repactuação do risco hidrológico - Lei 14.052/20, líquido	17	-	(1.031.809)	-	-
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos de contrato		(19.197)	(3.722)	-	-
Ágio na recompra de eurobonds		-	491.036	-	-
Resultado de equivalência patrimonial		(768.440)	(438.798)	(2.237.847)	(2.710.985)
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa dos ativos financeiros e de contrato da concessão		(924.340)	(905.323)	-	-
Efeitos da revisão tarifária periódica da RAP		-	(238.815)	-	-
Juros e variações monetárias	28	2.059.745	1.053.980	(20.832)	(7.157)
Variação cambial de empréstimos e financiamentos	28	(173.900)	212.221	-	-
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores – Realização		(1.641.578)	(876.000)	-	-
Ganho na alienação de ativo mantido para venda	32	(6.644)	(108.550)	-	(108.550)
Amortização de custo de transação de empréstimos e financiamentos	21	5.298	18.870	-	55
Provisões operacionais e perdas estimadas		246.667	169.496	42.834	13.666
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos – swap e opções	30	301.940	577.129	-	-
Conta de compensação de variação de valores de itens da "Parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	13	1.367.693	(1.908.899)	-	-
Obrigações pós-emprego	23	502.558	375.177	58.056	38.994
Outros		118.936	(33.546)	-	-
		4.014.827	851.388	432.451	73.267
(Aumento) redução de ativos					
Consumidores, revendedores e concessionários de energia	7	(254.645)	(604.578)	(135.329)	(194.389)
Conta de compensação de variação de valores de itens da "Parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	13	-	15.121	-	-
Tributos compensáveis	8	997.234	(55.073)	2	2.061
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9	248.082	(35.954)	205.902	109.607
Depósitos vinculados a litígios	11	(34.852)	(79.400)	(1.915)	(2.458)
Dividendos recebidos		480.332	354.136	562.564	1.132.719
Ativos de contrato e financeiros da concessão	13	652.218	593.776	-	-
Outros		55.730	(68.860)	(50.598)	3.965
		2.144.099	119.168	580.626	1.051.505
Aumento (redução) de passivos					
Fornecedores	19	57.393	1.012.234	68.367	56.301
Impostos, taxas e contribuições	20	174.075	928.248	23.449	(63.630)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	9	724.793	987.603	-	20.069
Salários e contribuições sociais		35.557	20.396	(309)	1.529
Encargos regulatórios	22	(208.283)	105.734	-	-
Obrigações pós-emprego	23	(348.494)	(301.615)	(18.270)	(15.851)
PIS/Pasep e Cofins a ser restituído a consumidores	20	47.783	-	-	-
Outros		(38.379)	26.387	(10.385)	(11.017)
		444.445	2.778.987	62.852	(12.599)
Caixa gerado pelas atividades operacionais					
		6.603.371	3.749.543	1.075.929	1.112.173
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures pagos	21	(537.616)	(1.142.930)	-	-
Juros sobre arrendamentos pagos	18	(2.436)	(2.167)	(11)	(11)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(648.587)	(456.653)	(13)	(815)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos (Swap), pagos	30	156.184	912.342	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
		5.570.916	3.060.135	1.075.905	1.111.347
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Em títulos e valores mobiliários	6	(835.890)	1.097.584	258.754	(761.755)
Fundos vinculados		-	20.802	-	(9)
Em investimentos					
Aquisição de participação societária e aporte em investidas		(27.469)	(15.338)	(79.880)	(1.363.979)
Alienação de participação societária, líquido dos custos		6.644	1.366.592	-	1.366.592
Em imobilizado	16	(121.502)	(104.901)	-	-
Em intangível	17	(63.602)	(23.009)	(30)	(30)
Em ativos de contrato – infraestrutura de distribuição e gás	14	(2.127.312)	(1.216.244)	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
		(3.169.131)	1.125.486	178.844	(759.181)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Empréstimos obtidos	21	987.534	-	-	-

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Set/2022	Jan a Set/2021	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos		(1.034.686)	(701.655)	(1.108.634)	(701.024)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	21	(1.136.489)	(4.284.754)	-	-
Arrendamentos pagos	18	(52.640)	(51.825)	(212)	(198)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(1.236.281)	(5.038.234)	(1.108.846)	(701.222)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.165.504	(852.613)	145.903	(349.056)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	825.208	1.680.397	26.692	422.647
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	5	1.990.712	827.784	172.595	73.591

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
RECEITAS				
Venda de energia, gás e serviços	32.447.196	31.731.984	1.623.944	194.031
Receita de construção de distribuição	2.199.838	1.236.369	-	-
Receita de construção de transmissão	269.760	137.828	-	-
Receita de indenização da geração	24.783	-	-	-
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão	446.808	462.422	-	-
Resultado da revisão tarifária periódica do contrato de transmissão	-	238.815	-	-
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga	352.585	368.842	-	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	28.401	37.959	-	-
Investimento em imobilizado (reversão)	66.417	(8.725)	-	-
Créditos de PIS/Pasep e Cofins a restituir a consumidores	(829.783)	-	-	-
Outras receitas	-	10.477	-	-
Perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa	(44.011)	(68.463)	211	-
	34.961.994	34.147.508	1.624.155	194.031
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Energia elétrica comprada para revenda	(11.587.259)	(11.746.397)	(1.040.748)	(56.217)
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(2.245.907)	(2.336.035)	-	-
Serviços de terceiros	(1.951.772)	(1.518.328)	(13.243)	(18.485)
Gás comprado para revenda	(2.588.314)	(1.813.399)	-	-
Materiais	(1.615.748)	(815.899)	(38)	(38)
Outros custos operacionais	(622.949)	(243.445)	(38.577)	90.879
	(20.611.949)	(18.473.503)	(1.092.606)	16.139
VALOR ADICIONADO BRUTO	14.350.045	15.674.005	531.549	210.170
RETENÇÕES				
Depreciação e amortização	(869.536)	(763.482)	(931)	(1.334)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	13.480.509	14.910.523	530.618	208.836
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	768.440	438.798	2.237.847	2.710.985
Resultado da combinação de negócios	8.641	-	-	-
Ganhos com repactuação do risco hidrológico - Lei 14.052/20, líquido	-	1.031.809	-	-
Receitas financeiras	1.104.891	610.833	36.682	18.872
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	15.362.481	16.991.963	2.805.147	2.938.693
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Empregados	1.504.746	1.280.402	72.550	47.364
Remuneração direta	815.272	760.030	11.476	6.776
Obrigações pós-emprego e outros benefícios	592.631	439.680	59.515	39.147
FGTS	48.134	45.454	1.559	1.441
Programa de desligamento voluntário programado	48.709	35.238	-	-
Impostos, taxas e contribuições	8.609.814	9.323.244	38.641	97.633
Federais	4.395.898	4.427.823	(46.602)	93.779
Estaduais	4.205.267	4.879.038	84.970	714
Municipais	8.649	16.383	273	3.140
Remuneração de capitais de terceiros	2.560.121	2.566.041	7.379	4.376
Juros	2.547.347	2.557.258	7.346	4.360
Aluguéis	12.774	8.783	33	16
Remuneração de capitais próprios	2.687.800	3.822.276	2.686.577	2.789.320
Juros sobre capital próprio	1.069.529	-	1.069.529	-
Lucros retidos	1.617.048	3.821.129	1.617.048	2.789.320
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	1.223	1.147	-	-
	15.362.481	16.991.963	2.805.147	2.938.693

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
REFERENTES AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Companhia

A Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”, “Controladora” ou “Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da B3 e nas Bolsas de Valores dos Estados Unidos da América (“NYSE”) e da Espanha (“LATIBEX”). A Cemig é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço em Belo Horizonte/MG. Atua na comercialização de energia elétrica e como holding, com participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, inclusive na distribuição de gás, com vistas à respectiva exploração econômica. No terceiro trimestre de 2021, iniciou-se o processo de segregação do negócio de comercialização, a partir de sua transferência parcial da controlada Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) para a Companhia, mantendo a sua estratégia corporativa.

b) Adesão à Conta de Escassez Hídrica

De acordo com o Decreto nº 10.939/2022, que fixou os valores dos recursos da Conta de Escassez Hídrica referentes aos montantes solicitados pelas concessionárias por meio do Termo de Aceitação da ReN nº 1.008/2022, a Companhia solicitou o teto dos recursos do primeiro repasse, referentes ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária de Consumo, bem como da importação de energia autorizada pela Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (“CREG”) para os meses de julho e agosto de 2021, totalizando R\$190.658, recebidos em 09 de maio de 2022.

c) Implantação das usinas solares fotovoltaicas Boa Esperança e Jusante

Em 23 de agosto de 2022, a Cemig GT celebrou contratos de fornecimento na modalidade Full EPC (Engineering, Procurement and Construction) para implantação das Usinas Solares Fotovoltaicas (“UFVs”) Boa Esperança e Jusante, com Capex estimado na ordem de R\$824 milhões, sendo R\$447 milhões para UFV Boa Esperança e R\$377 milhões para UFV Jusante.

A UFV Boa Esperança possuirá 85MW de potência instalada em inversor (aproximadamente 100,4 MWp), localizada em terreno de propriedade da Cemig GT, no município de Montes Claros, Minas Gerais. A UFV Jusante será composta por 7 usinas de 10MW cada, totalizando 70MW de potência instalada em inversor (aproximadamente 87 MWp), localizada em terreno de propriedade da Cemig GT, no município de São Gonçalo do Abaeté, Minas Gerais. O cronograma dos projetos prevê a energização das usinas até setembro de 2023.

A implantação dessas usinas está alinhada ao planejamento estratégico do Grupo Cemig, reforçando sua atuação no segmento de energias renováveis, com rentabilidade compatível com o custo de capital da Cemig GT para esse tipo de projeto.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, foram elaboradas de acordo com o *International Accounting Standard* nº 34, *Interim Financial Reporting* emitido pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, Pronunciamento Contábil nº 21 (R1) - “CPC 21”, que abrange as informações contábeis intermediárias e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas, CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Salvo mudança de estimativa das perdas esperadas, conforme nota explicativa nº 7, e pelas novas normas, ou alterações, vigentes desde 1 de janeiro de 2022, estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2022.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 11 de novembro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas informações contábeis intermediárias.

2.2 Correlação entre as notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras anuais e as informações contábeis intermediárias

Número das Notas Explicativas		Título das notas explicativas
31/12/2021	30/09/2022	
1	1	Contexto operacional
2	2	Base de preparação
3	3	Princípios de consolidação
4	4	Das concessões e autorizações
5	31	Segmentos operacionais
6	5	Caixa e equivalentes de caixa
7	6	Títulos e valores mobiliários
8	7	Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia

Número das Notas Explicativas		Título das notas explicativas
31/12/2021	30/09/2022	
9	8	Tributos compensáveis
10	9	Imposto de renda e contribuição social
11	10	Contas a receber do Estado de Minas Gerais
12	11	Depósitos vinculados a litígios
13	12	Reembolso de subsídios tarifários
14	13	Ativos e passivos financeiros da concessão
15	14	Ativos de contrato
16	15	Investimentos
17	16	Imobilizado
18	17	Intangíveis
19	18	Arrendamentos
20	19	Fornecedores
21	20	Impostos, taxas e contribuições e valores a restituir a consumidores
22	21	Empréstimos, financiamentos e debêntures
23	22	Encargos regulatórios
24	23	Obrigações pós-emprego
25	24	Provisões
26	25	Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas
27	26	Receita
28	27	Custos e despesas operacionais
29	28	Receitas e despesas financeiras
30	29	Transações com partes relacionadas
31	30	Instrumentos financeiros e gestão de riscos
32	32	Alienação de participação societária
35	33	Transações não envolvendo caixa
36	34	Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI
37	35	Eventos subsequentes

As notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 que foram suprimidas nas informações contábeis intermediárias (ITR), pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações contábeis intermediárias, são as seguintes:

Número	Título das notas explicativas
33	Seguros
34	Obrigações contratuais

2.3 Pronunciamentos revisados aplicados pela primeira vez em 2022

As alterações do CPC 25 / IAS 37 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - contratos onerosos, do CPC 27 / IAS 16 - Ativo imobilizado e do CPC 15 / IFRS 3 – Combinação de negócios, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2022 ou após esta data, não impactaram as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia.

2.4 Reagrupamento das Demonstrações dos Resultados (DRE)

A partir do terceiro trimestre de 2022, a Companhia efetuou ajustes de classificação em suas despesas nas Demonstrações dos Resultados, de forma a agregar certos itens de acordo com sua função. A divulgação da natureza das despesas mantém-se apresentada nas respectivas notas explicativas sem alterações. Os referidos ajustes não afetam margens e indicadores representando apenas melhorias propostas pela Administração da Companhia.

A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao período findo em 30 de setembro de 2021 estão sendo apresentadas neste mesmo critério. Tais ajustes foram considerados imateriais pela Companhia.

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das informações contábeis intermediárias das sociedades controladas, utilizadas para a consolidação, e das controladas em conjunto e coligadas utilizadas para o cálculo de equivalência patrimonial, são elaboradas na mesma data de encerramento da Companhia.

As práticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e as participações diretas e indiretas nas controladas, incluídas na consolidação, são como segue:

Sociedades Controladas	30/09/2022 e 31/12/2021	
	Forma de avaliação	Participação direta (%)
Cemig Geração e Transmissão S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Distribuição S.A.	Consolidação	100,00
Companhia de Gás de Minas Gerais ("Gasmig")	Consolidação	99,57
Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. ("Cemig Sim")	Consolidação	100,00
Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. ("Sete Lagoas")	Consolidação	100,00

4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Cemig e suas controladas detêm as seguintes concessões e autorizações:

	Empresa detentora da concessão/autorização	Contrato de concessão/autorização	Data de vencimento
GERAÇÃO DE ENERGIA			
Usinas hidrelétricas			
Emborcação (2)	Cemig GT	07/1997	05/2027
Nova Ponte (2)	Cemig GT	07/1997	08/2027
Santa Luzia	Cemig GT	07/1997	02/2026
Sá Carvalho (2)	Sá Carvalho S.A. ("Sá Carvalho")	01/2004	08/2026
Rosal (2)	Rosal Energia S.A. ("Rosal")	01/1997	12/2035
Machado Mineiro (1)			05/2027
Salto Voltão (1)	Horizontes Energia S.A. ("Horizontes Energia")	Resolução 331/2002	06/2033
Salto Paraopeba			10/2030
Salto do Passo Velho (1)			03/2031
Pai Joaquim (3)	Cemig PCH S.A. ("Cemig PCH")	Resolução autorizativa 377/2005	04/2032
Irapé (2)	Cemig GT	14/2000	09/2037
Queimado (Consórcio) (2)	Cemig GT	06/1997	06/2034
Rio de Pedras (2)	Cemig GT	02/2013	12/2025
Poço Fundo (2) (4)	Cemig Geração Poço Fundo S.A. ("Cemig Geração Poço Fundo")	01/2021	05/2052
São Bernardo (2)	Cemig GT	02/2013	06/2027
Três Marias (2)	Cemig Geração Três Marias S.A. ("Cemig Geração Três Marias")	08/2016	01/2053
Salto Grande (2)	Cemig Geração Salto Grande S.A. ("Cemig Geração Salto Grande")	09/2016	01/2053
Itutinga (2)	Cemig Geração Itutinga S.A. ("Cemig Geração Itutinga")	10/2016	01/2053
Camargos (2)	Cemig Geração Camargos S.A. ("Cemig Geração Camargos")	11/2016	01/2053
Coronel Domiciano (2)			04/2047
Joasal, Marmelos, Paciência e Piau (2)	Cemig Geração Sul S.A. ("Cemig Geração Sul")	12/2016 e 13/2016	01/2053
Dona Rita (2)			07/2050
Ervália e Neblina (2)			04/2047
Peti (2)	Cemig Geração Leste S.A. ("Cemig Geração Leste")	14/2016 e 15/2016	01/2053
Sinceridade (2)			03/2047
Tronqueiras (2)			12/2046
Cajurú, Gafanhoto e Martins (2)	Cemig Geração Oeste S.A. ("Cemig Geração Oeste")	16/2016	01/2053
Usinas Eólicas			
Central Geradora Eólica Praias de Parajuru	Central Eólica Praias de Parajuru S.A. ("Parajuru")	Resolução 526/2002	09/2032
Central Geradora Eólica Volta do Rio	Central Eólica Volta do Rio S.A. ("Volta do Rio")	Resolução 660/2001	01/2031
TRANSMISSÃO DE ENERGIA			
Rede Básica	Cemig GT	006/1997	01/2043
Subestação – SE Itajubá	Cemig GT	79/2000	10/2030
Linha de transmissão Furnas – Pimenta	Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A. ("Centroeste")	004/2005	03/2035

	Empresa detentora da concessão/autorização	Contrato de concessão/autorização	Data de vencimento
Subestação Sete Lagoas 4	Sete Lagoas	006/2011	06/2041
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA	Cemig D	002/1997 003/1997 004/1997 005/1997	12/2045
DISTRIBUIÇÃO DE GÁS	Gasmig	Lei Estadual 11.021/1993	01/2053

- (1) A Aneel alterou, por meio da Resolução Autorizativa nº 12.137, de 14 de junho de 2022, o término de vigência das outorgas de autorização dessas usinas em função da repactuação do risco hidrológico (GSF).
- (2) Em 7 de outubro de 2022, foram assinados os aditivos aos contratos de concessão dessas usinas para constar a nova data de vigência da outorga.
- (3) Usina elegível à extensão da outorga em função da repactuação do risco hidrológico (GSF) e que, por possuir outorga por meio de resolução autorizativa, aguarda a reformulação desse ato para constar a nova data.
- (4) Em 29 de setembro de 2022 e em 1º de outubro de 2022, a Aneel autorizou o início da operação comercial das Unidades Geradoras “UG-01” e “UG-02”, respectivamente, sendo ambas da PCH Poço Fundo. A entrada em operação comercial da UG’s ocorreu com uma antecedência de cerca de 3 meses em relação ao prazo de suprimento estabelecido no Leilão A-4 realizado pela Aneel em junho de 2018, quando foi comercializada a energia incremental decorrente da ampliação da PCH Poço Fundo (9,16 MW para 30,00 MW e da garantia física de 5,79 MW médios para 16,59 MW médios).

A Companhia produz energia por meio de 9 hidroelétricas de potencial igual ou inferior a 5MW com potência instalada total de 11,53 MW, e, assim, nos termos da Lei 9.074/95, estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, e não possuem prazo final de concessão.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Contas bancárias	31.791	116.956	3.631	4.252
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários – CDB (1)	1.754.767	624.681	150.110	2.047
Aplicações automáticas - Overnight (2)	201.910	81.456	18.854	20.393
Outros	2.244	2.115	-	-
	1.958.921	708.252	168.964	22.440
	1.990.712	825.208	172.595	26.692

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário – (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - Cetip que variam entre 80% a 112% em 30 de setembro de 2022 (70% a 109% em 31 de dezembro de 2021) conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia e suas controladas possuem operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.
- (2) As operações de aplicações automáticas (overnight) consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que varia de 13,62% a 13,64% a.a. em 30 de setembro de 2022 (8,87% a 9,14% a.a. em 31 de dezembro de 2021) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia e suas controladas ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 30.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras				
Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	1.051.739	100.554	98.207	25.175
Letras Financeiras (LFs) – Bancos	1.523.354	1.417.429	142.245	354.868
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	191.466	178.427	17.878	44.671
Outros	12.412	27.678	1.600	6.508
	2.778.971	1.724.088	259.930	431.222
Não circulante				
Letras Financeiras (LFs) - Bancos	3.312	348.149	310	87.163
Debêntures	6.546	4.874	611	1.220
Outros	124.879	707	-	-
	134.737	353.730	921	88.383
	2.913.708	2.077.818	260.851	519.605

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, que variam entre 103% a 105,3% do CDI em 30 de setembro de 2022 (107,24% em 31 de dezembro de 2021), conforme operação.
- (2) As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig GT possuem taxa de remuneração que variam entre 104,76% a 115% do CDI em 30 de setembro de 2022 (105% a 130% do CDI em 31 de dezembro de 2021).
- (3) As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. As LFTs que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que varia entre 13,65% a 13,90% a.a. em 30 de setembro de 2022 (9,12% a 9,50% a.a. em 31 de dezembro de 2021).
- (4) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR)+1% e 114,29% do CDI em 30 de setembro de 2022 e (Taxa Referencial (TR)+1% e 114,83% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

A classificação destes títulos e valores mobiliários e as aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas nas notas explicativas nº 29 e 30, respectivamente.

7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

	Consolidado					
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos entre 91 e 360 dias	Vencidos há mais de 361 dias	30/09/2022	31/12/2021
Fornecimento de energia faturado	1.446.355	557.166	580.143	567.288	3.150.952	3.409.813
Fornecimento de energia não faturado	1.178.926	-	-	-	1.178.926	929.579
Suprimento a outras concessionárias	21.538	30.985	15	97	52.635	52.035
Suprimento a outras concessionárias não faturado	345.574	-	-	-	345.574	264.864
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	53.717	86.988	6.963	913	148.581	169.531
Concessionários – transporte de energia faturado	65.946	17.239	3.941	122.311	209.437	169.652
Concessionários – transporte de energia não faturado	389.863	-	-	-	389.863	319.099
(-) Perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa	(151.635)	(37.924)	(106.171)	(492.776)	(788.506)	(833.150)
	3.350.284	654.454	484.891	197.833	4.687.462	4.481.423
Ativo circulante					4.641.604	4.429.883
Ativo não circulante					45.858	51.540

	Controladora					
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos entre 91 e 360 dias	Vencidos há mais de 361 dias	30/09/2022	31/12/2021
Fornecimento de energia faturado	11.985	2.917	6	23.003	37.911	24.599
Fornecimento de energia não faturado	241.979	-	-	-	241.979	106.184
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	-	-	-	35.810	35.810	48.869
(-) Perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa	-	-	-	(23.003)	(23.003)	-22.284
	253.964	2.917	6	35.810	292.697	157.368
Ativo circulante					292.697	157.368
Ativo não circulante					-	-

A partir de agosto de 2022, a fim de refletir de forma mais adequada a estimativa das perdas esperadas referente aos saldos vencidos de clientes, o limite para reconhecimento integral de perdas foi alterado de 12 para 24 meses, resultando em uma redução de R\$130.569 para o terceiro trimestre de 2022 como reversão de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa.

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 30.

A provisão para perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

Consolidado	30/09/2022	31/12/2021
Residencial	215.295	220.937
Industrial	180.354	184.954
Comércio, serviços e outras	211.214	220.400
Rural	31.767	34.466
Poder público	32.566	45.221
Iluminação pública	1.064	1.909
Serviço público	33.424	37.504
Encargos de uso de rede - TUSD	82.822	87.759
	788.506	833.150

A movimentação da provisão para perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa no período é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	833.150
Constituições líquidas (nota 27)	48.606
Baixas	(93.250)
Saldo em 30 de setembro de 2022	788.506

8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	30/09/2022
Circulante				
ICMS a recuperar	96.506	112.813	12	3
PIS/Pasep (a)	245.953	328.643	24	24
Cofins (a)	1.134.278	1.508.180	121	121
Outros	22.921	19.343	930	940
	1.499.658	1.968.979	1.087	1.088
Não Circulante				
ICMS a recuperar	481.952	342.183	-	-
PIS/Pasep (a)	233.675	316.044	113.696	110.376
Cofins (a)	956.603	1.339.058	403.958	392.076
	1.672.230	1.997.285	517.654	502.452
	3.171.888	3.966.264	518.741	503.540

a) Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

A Companhia registrou os créditos de PIS/Pasep e Cofins referentes aos valores pagos dessas contribuições incidentes sobre o ICMS no período de julho de 2003 a maio de 2019.

Adicionalmente, transitaram em julgado, com decisão favorável às empresas, as ações judiciais da mesma natureza movidas pelas subsidiárias integrais Sá Carvalho, Cemig Geração Distribuída (anteriormente denominada Usina Térmica Ipatinga S.A.), Cemig Geração Poço Fundo (anteriormente denominada Usina Termelétrica Barreiro S.A.) e Horizontes. Os créditos dessas empresas foram habilitados em setembro de 2022 junto à RFB em setembro de 2022, já sendo iniciada a compensação com tributos federais devidos.

A Companhia e suas controladas possuem duas formas de recuperação do crédito tributário: (i) compensação do saldo a receber com os valores a pagar, mensalmente, de PIS/Pasep e Cofins, dentro do prazo prescricional de 5 anos; ou (ii) recebimento de precatórios do Governo Federal.

Em relação à Companhia, além da hipótese de receber os créditos por meio de precatórios, passou-se a avaliar a viabilidade de habilitar administrativamente os créditos para compensação com os tributos federais gerados nas atividades da controladora.

Em 12 de maio de 2020, a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos de PIS/Pasep e Cofins oriundos da ação judicial transitada em julgado em favor da Cemig D e GT, que iniciaram, em maio de 2020, a compensação mensal dos saldos a receber com os valores a pagar, que deve ocorrer dentro do prazo prescricional de 5 anos.

Baseada na opinião dos assessores legais, a Companhia havia constituído um passivo relativo à parcela dos créditos tributários correspondentes ao período dos últimos 10 anos, ou seja, de junho de 2009 a maio de 2019, líquido de PIS/Pasep e Cofins incidente sobre a sua receita de atualização.

Em 27 de junho, o Projeto de Lei nº 1.280/22, que previa a destinação integral dos créditos tributários relacionados à questão do PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS aos clientes das distribuidoras de energia elétrica, sem a limitação do período de 10 anos mencionado acima, foi convertido na Lei nº 14.385/22, tendo a Companhia registrado complemento ao passivo constituído conforme notas explicativas nº20 e nº24.

A Administração da Companhia avalia junto aos assessores legais eventuais ações futuras relacionadas à questão.

Tendo em vista a decisão do STF sobre a modulação dos efeitos da decisão, a controlada Gasmig reconheceu, no segundo trimestre de 2021, os valores dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS referentes aos períodos contemplados no processo que discute a matéria, no montante de R\$219.753.

Em 1º de agosto de 2022, ocorreu o trânsito em julgado da ação individual movida pela Gasmig, que tratou da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins. A partir do trânsito em julgado, a Gasmig poderá iniciar os procedimentos de levantamento dos depósitos judiciais e habilitação do crédito tributário junto à Receita Federal.

Para mais informações sobre os valores a serem devolvidos pela Cemig D e Gasmig, ver na nota explicativa nº 20.

A Companhia possui registrado, em 30 de setembro de 2022, o montante de R\$1.153.035 no ativo circulante e R\$1.406.046 no ativo não circulante referente aos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, com atualização pela Selic até a data da sua efetiva compensação.

No período de janeiro a setembro de 2022, foram compensados créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS com tributos federais a pagar no valor de R\$1.089.377 (R\$991.109 no mesmo período de 2021).

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Imposto de renda	820.118	763.468	219.593	221.422
Contribuição social	272.616	250.851	116	24.428
	1.092.734	1.014.319	219.709	245.850
Circulante	798.518	698.914	-	-
Não circulante	294.216	315.405	219.709	245.850

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Circulante		
Imposto de renda	232.240	147.312
Contribuição social	27.819	42.690
	260.059	190.002

A Companhia possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não. Os efeitos de potenciais contingências estão divulgados na nota explicativa nº 24.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Ativos fiscais diferidos				
Prejuízo fiscal/base negativa	961.815	806.639	643.403	583.662
Provisões para contingências	601.657	542.089	91.250	71.278
Provisão para perda em investimentos	57.107	244.132	-	-
Provisão PUT SAAG	222.349	216.339	-	-
Provisões operacionais/Impairment	585.984	77.402	2.083	2.083
Provisões PRL	38.088	42.290	1.981	1.944
Obrigações pós-emprego	2.065.978	1.980.828	254.873	239.750
Perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa	306.492	314.863	8.405	8.477
Concessão onerosa	11.787	11.274	-	-
Outros	23.011	19.423	86	68
Total	4.874.268	4.255.279	1.002.081	907.262
Passivos fiscais diferidos				
Custo de captação	(7.893)	(5.009)	-	-
Custo atribuído	(157.097)	(219.067)	-	-
Valor justo de participações societárias	(443.860)	(465.615)	(102.543)	(104.992)
Encargos financeiros capitalizados	(168.385)	(164.716)	-	-
Tributos sobre rendas não resgatadas – lucro presumido	(8.510)	(3.583)	-	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo indenizável da concessão	(254.639)	(245.181)	-	-
Atualização ativo de contrato	(931.518)	(895.223)	-	-
Ajuste a valor justo swap - Perda	(245.172)	(412.436)	-	-
Atualização de depósitos judiciais	(7.516)	(6.737)	-	-
Ressarcimento custos GSF	(285.328)	(319.207)	-	-
Outros	(57.115)	(16.026)	-	-
Total	(2.567.033)	(2.752.800)	(102.543)	(104.992)
Total Líquido	2.307.235	1.502.479	899.538	802.270
Total do Ativo	3.116.860	2.464.734	899.538	802.270
Total do Passivo	(809.625)	(962.255)	-	-

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro 2021	1.502.479	802.270
Efeitos alocados ao resultado proveniente de operações em continuidade	808.520	97.268
Ajustes de tributos diferidos do período anterior	(3.764)	-
Saldo em 30 de setembro de 2022	2.307.235	899.538

d) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
Resultado das operações antes do imposto de renda e contribuição social	2.534.016	3.639.850	2.589.309	2.865.979
Imposto de renda e contribuição social – Despesa nominal (34%)	(861.565)	(1.237.549)	(880.365)	(974.433)
<i>Efeitos fiscais incidentes sobre:</i>				
Resultado de equivalência patrimonial (líquido dos efeitos de Juros sobre Capital Próprio)	196.167	122.276	604.852	765.601
Incentivo fiscal	32.656	36.827	-	-
Diferença resultante da base de incidência do lucro presumido	64.250	114.716	-	-
Multas indedutíveis	(25.498)	(14.138)	(13)	(290)
JCP declarado	363.640	-	363.640	-
PECLD com partes relacionadas	233.931	-	-	-
Realização de ágio (nota 32)	108.416	-	-	-
Resultado com alienação da Light	-	154.326	-	154.326
Outros	41.787	(25.841)	9.154	(21.863)
Imposto de renda e contribuição social – receita (despesa) efetiva	153.784	(849.383)	97.268	(76.659)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(654.736)	(936.479)	-	(20.069)
Imposto de renda e contribuição social diferido	808.520	87.096	97.268	(56.590)
	153.784	(849.383)	97.268	(76.659)
Alíquota efetiva	(6,07)%	23,34%	(3,76)%	2,67%

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021
Resultado das operações antes do imposto de renda e contribuição social	1.392.224	471.187	1.140.236	501.892
Imposto de renda e contribuição social – Despesa nominal (34%)	(473.356)	(160.204)	(387.680)	(170.643)
<i>Efeitos fiscais incidentes sobre:</i>				
Resultado de equivalência patrimonial (líquido dos efeitos de Juros sobre Capital Próprio)	22.439	79.661	260.189	89.657
Incentivo fiscal	16.534	5.531	-	-
Diferença resultante da base de incidência do lucro presumido	18.238	23.081	-	-
Multas indedutíveis	(2.721)	(3.530)	88	(36)
JCP declarado	160.320	-	160.320	-
Resultado com alienação da Light	-	20.663	-	20.663
Outros	48.675	(14.912)	8.715	(20.482)
Imposto de renda e contribuição social – receita (despesa) efetiva	(209.871)	(49.710)	41.632	(80.841)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(284.047)	(71.213)	-	(20.069)
Imposto de renda e contribuição social diferido	74.176	21.503	41.632	(60.772)
	(209.871)	(49.710)	41.632	(80.841)
Alíquota efetiva	15,07%	10,55%	(3,65)%	16,11%

10. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE MINAS GERAIS

A Companhia possui saldo a receber reconhecido no ativo não circulante em 30 de setembro de 2022 de R\$13.366 (R\$13.366 em 31 de dezembro de 2021), referente ao contas a receber junto ao Governo do Estado de Minas Gerais decorrente da devolução de depósito administrativo relativo à discussão quanto ao critério de atualização monetária de AFAC realizado em anos anteriores, que foi objeto de assinatura do Termo de Reconhecimento de Débitos (TRD).

A Companhia fez a retenção da parcela remanescente nos dividendos pagos ao Governo do Estado de Minas Gerais em 30 de junho de 2021, estando no aguardo da evolução da questão junto à CPRAC para a baixa definitiva do referido saldo remanescente do contas a receber.

Em caso de insucesso na busca de solução por meio da CPRAC e eventual ação judicial para discussão do mérito relacionado ao critério utilizado no passado para atualização monetária do AFAC, a Administração, com base na avaliação dos assessores jurídicos internos, considerou a probabilidade de perda como possível.

11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Trabalhista	267.678	266.604	31.710	25.292
Fiscais				
Imposto de renda sobre JCP	30.705	29.546	325	300
PIS/Pasep e Cofins (1)	69.096	68.342	-	-
ITCD	58.541	55.752	57.538	54.786
IPTU	93.932	86.925	65.736	62.229
FINSOCIAL	42.769	40.999	42.769	40.999
IR/INSS - indenização do anuênio (2)	300.273	290.198	14.420	13.936
IRRF sobre lucro inflacionário	8.951	8.743	8.951	8.743
IRPJ/CSLL (3)	105.850	76.155	313	-
Outros (4)	115.597	103.570	65.174	67.015
	825.714	760.230	255.226	248.008
Outros				
Regulatório	56.414	52.736	20.884	20.033
Responsabilidade civil	10.878	12.482	4.968	6.630
Relações de consumo	8.778	7.924	987	941
Bloqueio judicial	18.314	19.146	3.219	3.373
Outros	58.805	36.047	3.546	3.374
	153.189	128.335	33.604	34.351
	1.246.581	1.155.169	320.540	307.651

- (1) Refere-se aos depósitos judiciais relacionados à inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições.
- (2) Ver mais detalhes na nota explicativa nº 24 – Provisões (Indenização do anuênio);
- (3) Depósito judicial no âmbito de processos que discutem a tributação de IRPJ/CSLL sobre o pagamento de JCP e tributação de CSLL sobre doações e patrocínio de caráter cultural e artístico, despesas com multas punitivas e tributos com exigibilidade suspensa.
- (4) Inclui os saldos de depósitos decorrentes de ações relacionadas à INSS e PIS/Pasep e Cofins.

12. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados por meio dos repasses de recursos da conta de desenvolvimento energético (CDE).

No período de janeiro a setembro de 2022, o montante apropriado como receitas dos demais subsídios, reembolsados por meio dos repasses de recursos da conta de desenvolvimento energético (CDE), foi de R\$710.659 (R\$740.367 no mesmo período de 2021). Desse valor, a Companhia tem a receber o montante total de R\$96.514, reconhecido no ativo circulante, sendo R\$90.932 (R\$81.981 em 31 de dezembro de 2021) pela Cemig D e R\$5.582 (R\$4.476 em 31 de dezembro de 2021) pela Cemig GT.

13. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO

Consolidado	30/09/2022	31/12/2021
Ativos Relacionados à Infraestrutura		
Concessões de distribuição de energia (nota 13.1)	1.059.552	683.729
Concessão de distribuição de gás (nota 13.1)	37.352	34.386
Indenizações a receber – Geração (nota 13.2)	669.216	816.202
Bonificação pela outorga – Concessões de geração (nota 13.3)	2.917.635	2.792.201
	4.683.755	4.326.518
Ativos financeiros setoriais		
Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” CVA e outros componentes financeiros (nota 13.4)	958.459	2.147.548
Total	5.642.214	6.474.066
Ativo circulante	1.266.468	1.504.666
Ativo não circulante	4.375.746	4.969.400

	30/09/2022	31/12/2021
Passivos financeiros da concessão		
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" CVA e outros componentes financeiros	(271.196)	(51.359)
Total	(271.196)	(51.359)

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Distribuição	Geração	Gás	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	683.729	3.608.403	34.386	4.326.518
Adição	-	-	323	323
Transferências entre ativo de contrato	368.208	-	-	368.208
Transferências entre ativo intangível	(19.845)	-	378	(19.467)
Atualização financeira	28.401	377.369	2.265	408.035
Baixas	(941)	(171.770)	-	(172.711)
Recebimentos	-	(227.151)	-	(227.151)
Saldo em 30 de setembro de 2022	1.059.552	3.586.851	37.352	4.683.755

13.1 Geração – Indenização a receber

Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos foram reconhecidos no ativo financeiro, pelo método do valor justo por meio do resultado.

Em 28 de julho de 2022, a Aneel revogou a ReN nº 942, por meio da publicação da ReN nº 1.027, estabelecendo a metodologia e os critérios gerais para cálculo, a qual tem como base o valor novo de reposição, sendo este calculado prioritariamente a partir de banco de preços referenciais, seguido pelo banco de preços da concessionária ou, em última hipótese, do custo contábil fiscalizado atualizado.

O laudo de avaliação foi concluído e os resultados são conforme segue:

Central geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no custo histórico ao término da concessão	Saldo líquido dos ativos avaliado a VNR ReN nº 1.027/2022	Atualização financeira	Saldo líquido dos ativos em 30 de setembro de 2022
Lote D						
UHE Três Marias	jul/15	396,00	71.029	166.903	6.419	173.322
UHE Salto Grande	jul/15	102,00	11.514	85.625	3.293	88.918
UHE Itutinga	jul/15	52,00	4.408	10.089	388	10.477
UHE Camargos	jul/15	46,00	7.278	19.611	754	20.365
PCH Piau	jul/15	18,01	1.622	4.376	168	4.544
PCH Gafanhoto	jul/15	14,00	1.371	5.247	202	5.449
PCH Peti	jul/15	9,40	1.330	6.056	233	6.289
PCH Dona Rita	set/13	2,41	600	1.569	60	1.629
PCH Tronqueiras	jul/15	8,50	2.373	8.510	292	8.802
PCH Joasal	jul/15	8,40	1.572	6.269	241	6.510
PCH Martins	jul/15	7,70	2.273	4.451	171	4.622
PCH Cajuru	jul/15	7,20	3.558	18.862	725	19.587
PCH Paciência	jul/15	4,08	871	4.146	159	4.305
PCH Marmelos	jul/15	4,00	694	2.409	93	2.502
Outras						
UHE Volta Grande	fev/17	380,00	235	361	14	375
UHE Miranda	dez/16	408,00	34.697	90.862	3.494	94.356
UHE Jaguará	ago/13	424,00	45.706	137.673	5.331	143.004
UHE São Simão	jan/15	1.710,00	27.082	71.413	2.747	74.160
		3.601,70	218.213	644.432	24.784	669.216

Com a conclusão do Laudo de Avaliação, a Companhia efetuou a baixa do ativo financeiro no montante de R\$171.770, em junho de 2022. No terceiro trimestre de 2022, houve uma atualização financeira de R\$24.784. O saldo de R\$669.216 representa a melhor estimativa da Administração para indenização das usinas, considerando os critérios de avaliação definidos pela Aneel.

O relatório de avaliação dos ativos está sujeito à fiscalização da Aneel, podendo esta solicitar documentação complementar e, assim, os valores resultantes do processo de avaliação podem sofrer ajustes, sendo assegurado à concessionária o direito ao contraditório e ampla defesa.

O prazo e a forma de pagamento dos investimentos realizados após a entrada em operação do projeto básico e ainda não amortizados ou depreciados serão definidos pelo Poder Concedente após a fiscalização e homologação dos valores das indenizações pela Aneel.

13.2 Geração – Bonificação pela outorga

A bonificação paga pela outorga por 30 anos dos contratos de concessão de nº 08 ao 16/2016, referentes às 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015, vencido pela Cemig GT, foi de R\$2.216.353, tendo sido reconhecida como um ativo financeiro, avaliado ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Cemig GT de receber o valor pago, atualizado pelo IPCA e somado aos juros remuneratórios (cujo total equivale à taxa interna de retorno do projeto) durante o período de vigência da concessão.

A movimentação destes ativos financeiros é como segue:

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2021	Atualização	Recebimento	Saldo em 30/09/2022
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.583.720	191.617	(122.048)	1.653.289
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	497.154	60.379	(38.490)	519.043
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	187.004	25.072	(16.364)	195.712
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	140.201	18.691	(12.182)	146.710
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	183.635	25.918	(17.140)	192.413
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	125.187	19.239	(13.015)	131.411
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	75.300	11.669	(7.912)	79.057
		2.792.201	352.585	(227.151)	2.917.635

13.3 Ativos e passivos setoriais - conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros

Os saldos desses ativos e passivos financeiros setoriais, que nas informações contábeis intermediárias estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados, estão demonstrados a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL	30/09/2022			31/12/2021		
	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total
Ativo	856.794	101.665	958.459	988.850	4.133.064	5.121.914
Ativo circulante	856.794	101.665	958.459	988.850	2.397.151	3.386.001
Ativo não circulante	-	-	-	-	1.735.913	1.735.913
Passivo	-	(271.196)	(271.196)	(1.040.209)	(1.985.516)	(3.025.725)
Passivo circulante	-	-	-	(1.040.209)	(1.175.718)	(2.215.927)
Passivo não circulante	-	(271.196)	(271.196)	-	(809.798)	(809.798)
Total circulante líquido	856.794	101.665	958.459	(51.359)	1.221.433	1.170.074
Total não circulante líquido	-	(271.196)	(271.196)	-	926.115	926.115
Total líquido	856.794	(169.531)	687.263	(51.359)	2.147.548	2.096.189

COMPONENTES FINANCEIROS	30/09/2022			31/12/2021		
	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total
Itens da "Parcela A"						
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE	220.560	(226.964)	(6.404)	23.593	(90.715)	(67.122)
Tarifa de uso das instalações de transmissão dos integrantes da rede básica	40.773	90.726	131.499	145.817	97.203	243.020
Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu	(2.595)	7.384	4.789	13.172	(972)	12.200
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia – Proinfa	62.960	-	62.960	11.427	18.664	30.091
Encargo de serviço do sistema - ESS e encargo de energia de reserva – EER	589.897	139.162	729.059	30.948	953.014	983.962
Energia elétrica comprada para revenda	350.285	(1.120.652)	(770.367)	389.548	1.177.997	1.567.545
Outros componentes financeiros						
Sobrecontratação de energia (1)	64.986	511.028	576.014	(67.566)	192.132	124.566
Neutralidade da parcela A	(52.293)	248.197	195.904	24.269	73.081	97.350
Devolução faturamento - Conta Covid (2)	-	-	-	(371.350)	-	(371.350)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos	(40.220)	(28.798)	(69.018)	(21.171)	(47.087)	(68.258)
Outros itens financeiros	(377.559)	210.386	(167.173)	(230.046)	(225.769)	(455.815)
Total	856.794	(169.531)	687.263	(51.359)	2.147.548	2.096.189

- (1) A Cemig Distribuição interpôs recurso junto à Diretoria da Aneel, para que passasse a refletir valores de sobrecontratação involuntária dos agentes de distribuição condizentes com os critérios de aferição de máximo esforço constantes da Resolução Normativa Aneel nº 453/2011. A Companhia não possui expectativa de perdas em relação à realização desses valores e reconhece esse direito, no montante de R\$238.064 em 30 de setembro de 2022, como outros componentes financeiros a serem homologados. Esse assunto encontra-se em discussão em âmbito recursal na Aneel, contudo, a decisão do Despacho SGT/SEM nº 2.508, de 2020, está vigente e foi considerada no último processo tarifário, no qual foi homologado parte do valor referente à sobrecontratação de 2017, no montante de R\$39.270.
- (2) Componente financeiro criado para devolução dos valores faturados dos consumidores em função do recebimento destes via Conta-Covid, no exercício de 2020. Estes valores foram devolvidos aos consumidores no processo tarifário de 2021, devidamente atualizado pela Selic, assegurada a neutralidade.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.096.189
Constituição líquida de ativos (passivos) financeiros	(954.056)
Realização	(413.637)
(-) Recebimento empréstimo - Conta escassez hídrica	(190.658)
Atualização Selic	149.425
Saldo em 30 de setembro de 2022	687.263

Reajuste Tarifário Anual

Em 22 de junho de 2022, após prorrogação de 25 dias na vigência das tarifas em vigor desde 28 de maio de 2021, a Aneel homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Cemig D, para vigência até 27 de maio de 2023, com o efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 8,80%, sendo 14,31%, em média, para consumidores conectados na Alta Tensão e de 6,23%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão. Para os consumidores residenciais conectados na Baixa Tensão, o reajuste médio foi de 5,22%.

Este resultado decorre de variação de custos da parcela B (custos gerenciáveis), de 3,89%, em função da inflação (IPCA) apurada nos 12 meses anteriores, e os repasses diretos dentro da tarifa, que impactaram em 4,91%, sendo estes últimos sem efeito econômico para a Cemig D, não impactando a sua rentabilidade, referentes aos seguintes itens: (a) aumento de 4,78% dos custos não gerenciáveis (Parcela A), relacionados principalmente à compra de energia, encargos setoriais e custos de transmissão, já tendo sido considerado o efeito

reduzidor da inclusão de R\$409.920 de repasse do aporte na CDE oriundo do processo de capitalização da Eletrobrás; (b) redução de 9,32% referente aos componentes financeiros do processo atual, destacando-se a inclusão de R\$2.810.830 referentes à devolução de créditos de PIS/Pasep e Cofins, que gerou uma variação negativa na tarifa de 15,20%; bem como o efeito de 9,45% referente à (c) retirada dos componentes financeiros do processo anterior. Para mais informações sobre a restituição, aos consumidores, dos créditos de PIS/Pasep e Cofins, ver nota explicativa nº 20.

14. ATIVOS DE CONTRATO

	Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Distribuição - Ativos de infraestrutura em construção	2.517.845	1.926.652
Gás – Ativos de infraestrutura em construção	112.620	95.137
Transmissão – Rede básica - Lei 12.783/13	1.961.434	2.011.576
Transmissão – Ativos remunerados por tarifa	2.680.623	2.346.643
	7.272.522	6.380.008
Circulante	704.291	599.692
Não circulante	6.568.231	5.780.316

A movimentação dos ativos de contrato é como segue:

	Transmissão	Distribuição	Gás	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.358.219	1.926.652	95.137	6.380.008
Adições	269.760	2.120.311	37.045	2.427.116
Atualização financeira	446.808	-	-	446.808
Recebimentos	(437.326)	-	-	(437.326)
Baixa	-	-	(1.976)	(1.976)
Outras adições	4.596	-	3.936	8.532
Transferências para o ativo financeiro	-	(368.208)	-	(368.208)
Transferências para o ativo intangível	-	(1.180.107)	(21.522)	(1.201.629)
Ajustes provisão redução do valor recuperável (1)	-	19.197	-	19.197
Saldo em 30 de setembro de 2022	4.642.057	2.517.845	112.620	7.272.522

(1) Refere-se à reversão de provisões para perdas registradas em ativos em curso.

Dentre as adições realizadas no período findo em 30 de setembro de 2022, está contemplado o valor de R\$33.980 a título de encargos financeiros capitalizados, conforme apresentado na nota explicativa nº 21. A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi de 11,42%.

A Companhia não identificou indícios de perda no valor recuperável dos seus ativos de contrato.

Atividades de Distribuição de energia elétrica e gás

Os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição de energia elétrica e gás ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de construção, incluindo os custos de empréstimos. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

Atividade de Transmissão

Para a atividade de transmissão os valores a receber da Companhia são decorrentes dos contratos demonstrados a seguir:

	30/09/2022	31/12/2021
Circulante		
Contrato de Concessão – 004/05 (d)	29.297	26.678
Contrato de Concessão – 079/00 (b)	47.390	38.782
Contrato de Concessão – 006/11 (c)	8.279	7.355
Contrato de Concessão – 006/97 (a)		
Rede Básica do Sistema Existente – RBSE	385.272	317.692
Rede Básica de Novas Instalações – RBNI	234.051	209.185
	704.289	599.692
Não circulante		
Contrato de Concessão – 004/05 (d)	86.606	89.204
Contrato de Concessão – 079/00 (b)	150.130	151.858
Contrato de Concessão – 006/11 (c)	85.094	73.882
Contrato de Concessão – 006/97 (a)		
Rede Básica do Sistema Existente – RBSE	1.576.162	1.693.884
Rede Básica de Novas Instalações – RBNI	2.039.776	1.749.699
	3.937.768	3.758.527
	4.642.057	4.358.219

a) Contrato de Concessão nº 006/1997

Ativos RBSE - atualização pelo custo de capital regulatório

Em 06 de janeiro de 2021, a Advocacia Geral da União emitiu parecer sobre os efeitos jurídicos da reversão de medidas judiciais que suspendiam a remuneração do custo de capital das transmissoras definida na Portaria MME 120/2016, concluindo que esta deve ser atualizada pela taxa referente ao custo de capital próprio até 1º de julho de 2020, data do “efetivo pagamento”, sendo incorporada à RAP das transmissoras a partir do processo de 1º de julho de 2020 (ciclo 2020-2021), pelo prazo de oito anos.

Em 22 de abril de 2021, a Aneel publicou a Resolução Homologatória nº 2.852, que alterou a Resolução Homologatória nº 2.712/2020, definindo, dentre outras disposições, o referido componente financeiro. Dessa forma, o custo de capital próprio associado a esse componente financeiro foi incorporado ao cálculo dos processos de revisão periódica de 2018 da RAP das concessões de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, causando dois efeitos: (i) novo valor do componente a ser considerado na RAP dos ciclos tarifários de 2020-2021 a 2025-2026; e (ii) valor residual referente à diferença entre o valor pago às transmissoras entre os ciclos tarifários 2017-2018 e 2019-2020 e o valor devido após a cassação das liminares.

Assim, o saldo devedor desse componente foi recalculado, considerando o custo de capital remunerado à taxa de custo de capital próprio até a data do efetivo pagamento (1º de julho de 2020), descontado dos valores pagos trazidos a valor presente.

Adicionalmente, a Aneel decidiu pelo “reperfilamento” desses pagamentos, dentro do prazo de oito anos, de forma gradativa, e assegurando o valor presente líquido da operação.

O fluxo considerou o patamar mínimo de pagamento da dívida no ciclo 2021-2022, ou seja, com amortização nula do saldo devedor; taxa de amortização no ciclo 2022-2023 igual a 3,0%, de modo a amortizar parte da dívida e manter o patamar de pagamento estável; e pagamentos constantes nos ciclos 2023-2024 a 2027-2028, com taxas de amortização de 16,11% ao ano. Esse componente financeiro da receita não deve ser objeto da revisão periódica de 2023, a fim de promover a estabilidade regulatória e a mitigação do risco setorial.

b) Contrato de Concessão nº 079/2000

O contrato regula a exploração do serviço público de transmissão, consistindo na implantação, manutenção e operação de transmissão das seguintes instalações: SE Itajubá 3, LT Itajubá 3/Poços de Caldas e LT Itajubá 3/ Cachoeira Paulista, vigente até 04 de outubro de 2034.

O índice de atualização do contrato é o Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M.

Em 30 de março de 2021, a Resolução Homologatória nº 2.839 alterou os valores da RAP e das parcelas de ajuste para este contrato, gerando um ajuste positivo de R\$3.708 no ativo de contrato.

Estes novos valores irão compor a nova RAP a partir do reajuste do ciclo 2021-2022, sendo a Parcela de Ajuste referente a retroatividade da RAP paga em 3 prestações nos próximos reajustes da receita.

A próxima Revisão Tarifária Periódica – RTP dos reforços aprovados ocorrerá em junho de 2024, com vigência a partir de 1º de julho de 2024.

c) Contrato de Concessão nº 006/2011

O contrato regula a exploração do serviço público de transmissão, consistindo na construção, manutenção e operação de transmissão da SE Sete Lagoas 4, com vigência até 15 de junho de 2041.

O índice de atualização do contrato é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Em 13 de julho de 2021, a Aneel estabeleceu a RAP para o ciclo 2021-2022 por meio da Resolução Homologatória nº 2.895, que foi alterada pela Resolução Homologatória nº 2.959 em 05 de outubro de 2021, em função dos pedidos de reconsideração interpostos pelas concessionárias de transmissão.

Os reflexos financeiros das novas RAP, a partir da comparação destas com as projeções da modelagem financeira do contrato, não foram significativos, considerando que não houve alterações relevantes nas premissas utilizadas.

d) Contrato de Concessão nº 004/2005

O contrato regula a concessão do serviço público das instalações de transmissão em 345 kV, segundo circuito, que tem origem na Subestação Furnas e término na Subestação Pimenta, com extensão aproximada de 75 Km, pelo prazo de 30 anos, contados a partir de março de 2005. Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a Centroeste terá direito, nos primeiros 15 anos de operação comercial, à Receita Anual Permitida – RAP, reajustado anualmente. No 16º ano de operação comercial, a RAP desta transmissora terá redução de 50%, estendendo-se, desta forma, até o término da concessão.

O índice de atualização do contrato é o Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M.

Em 13 de julho de 2021, a Aneel estabeleceu as RAPs para o ciclo 2021-2022 por meio da Resolução Homologatória nº 2.895, que foi alterada pela Resolução Homologatória nº 2.959 em 05 de outubro de 2021, em função dos pedidos de reconsideração interpostos pelas concessionárias de transmissão, inclusive pela Companhia.

Os reflexos financeiros das novas RAP, a partir da comparação destas com as projeções da modelagem financeira do contrato, não foram significativos, considerando que não houve alterações relevantes nas premissas utilizadas.

Reajuste Tarifário Anual

Por meio da ReH nº 3.067 de 2022, a Aneel estabeleceu as RAPs para o ciclo de 2022-2023 com vigência a partir de 1º de julho de 2022. O acréscimo está relacionado, principalmente, a: (i) reperfilamento do componente financeiro dos ativos existentes da RBSE, tendo sido 64% superior em comparação ao ciclo de 2021-2022, (ii) variações nos índices de reajuste no período (11,7% para o IPCA e 10,7% para o IGPM) e (iii) a entrada de novas obras.

	Índice reajuste	RAP ciclo 2021-2022 R\$MM	RAP ciclo 2022-2023 R\$MM	Var (%)
Contrato de Concessão – 006/97	IPCA	682,8	825,6	21,0%
Contrato de Concessão – 079/00	IGPM	40,7	45,0	10,7%
Contrato de Concessão – 004/05	IGPM	28,5	31,5	10,7%
Contrato de Concessão – 006/11	IPCA	7,9	8,9	11,7
		759,9	911,0	19,9%

15. INVESTIMENTOS

Investidas	Controle	Consolidado		Controladora	
		30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Cemig Geração e Transmissão	Controlada	-	-	9.484.712	7.831.942
Guanhães Energia S.A. ("Guanhães Energia")	Controlada em conjunto	159.078	125.172	-	-
Hidrelétrica Cachoeirão S.A. ("Hidrelétrica Cachoeirão")	Controlada em conjunto	61.290	59.013	-	-
Hidrelétrica Pipoca S.A. ("Hidrelétrica Pipoca")	Controlada em conjunto	56.483	46.722	-	-
Madeira Energia ("MESA") (2)	Coligada	8.568	-	-	-
Fundo de Investimento em Participações Melbourne Multiestratégia ("FIP Melbourne") (2)	Coligada	7.113	-	-	-
Retiro Baixo Energética S.A. ("Retiro Baixo")	Controlada em conjunto	187.607	200.385	-	-
Aliança Norte Participações S.A. ("Aliança Norte") (3)	Controlada em conjunto	584.636	609.154	-	-
Baguari Energia S.A. ("Baguari Energia")	Controlada em conjunto	158.293	168.430	-	-
Aliança Geração de Energia S.A. ("Aliança Geração")	Controlada em conjunto	1.346.785	1.140.930	-	-
Amazônia Energia Participações S.A. ("Amazônia Energia") (3)	Controlada em conjunto	894.142	932.600	-	-
Paracambi Energética S.A. ("Paracambi") (antiga Lightger)	Controlada em conjunto	131.055	124.275	-	-
Cemig Distribuição	Controlada	-	-	6.502.075	6.942.666
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa")	Controlada em conjunto	1.632.826	1.580.379	1.632.826	1.580.379
Ativas Data Center S.A. ("Ativas Data Center")	Coligada	14.846	15.750	14.846	15.750
Gasmig	Controlada	-	-	1.624.803	1.635.985
Cemig Sim	Controlada	-	-	201.047	111.433
UFVs (1)	Controlada em conjunto	130.795	98.839	-	-
Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. ("Axxiom")	Controlada em conjunto	-	4.277	-	4.277
Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. ("Sete Lagoas")	Controlada	-	-	72.507	60.703
Total do investimento		5.373.517	5.105.926	19.532.816	18.183.135
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. ("Itaocara")	Controlada em conjunto	(14.280)	(20.767)	-	-
Madeira Energia S.A. ("MESA") (Usina de Santo Antônio) - Provisões para perdas	Coligada	-	(161.648)	-	-
Total		5.359.237	4.923.511	19.532.816	18.183.135

- (1) Conjunto de UFVs, nas quais a investida Cemig Sim possui participação societária.
- (2) Participação indireta na Usina de Santo Antônio por meio dessas investidas.
- (3) Participação indireta na Usina de Belo Monte por meio dessas investidas.
- (4) A controlada em conjunto Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. apresentou patrimônio líquido negativo e assim, após reduzir a zero o saldo contábil de sua participação, a Companhia reconheceu uma perda na extensão de suas obrigações contratuais assumidas junto à investida e os outros acionistas, que em 30 de setembro de 2022 alcançou o montante de R\$14.280 (R\$20.767 em 31 de dezembro de 2021). A perda está apresentada no balanço patrimonial como outras obrigações.
- (5) Em 08 de novembro de 2022, foi aprovado, por meio de AGE da investida, a reforma do estatuto social que alterou o seu nome empresarial para "Paracambi Energética S.A."

As investidas da Companhia não consolidadas são controladas em conjunto, com exceção das coligadas Madeira Energia (Usina de Santo Antônio) e Ativas Data Center.

Para o período findo em 30 de setembro de 2022, a Administração da Companhia analisou se havia indicativos de possível desvalorização de ativos, em conformidade ao previsto no CPC 01 / IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e não foram observadas perdas no valor recuperável dos seus investimentos. Dessa forma, o valor contábil líquido dos ativos é recuperável e, portanto, até o momento, a Companhia não reconheceu perdas por redução ao valor recuperável de seus investimentos.

Adicionalmente, em relação ao acima destacado, a Administração da Companhia analisou o risco de continuidade operacional de seus investimentos relevantes, tendo levado em consideração substancialmente as cláusulas de equilíbrio econômico financeiro da Cemig D e Gasmig, a garantia de receitas das transmissoras, a proteção contra redução por força maior dos contratos regulados da geração, bem como as ações legais tomadas pelo Governo Federal e Aneel, concluindo assim pela segurança de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas.

Movimentação do direito de exploração da atividade regulada

Controladora			
Investidas	31/12/2021	Amortização	30/09/2022
Paracambi (antiga Lightger)	76.488	(1.876)	74.612
Taesa	151.462	(6.990)	144.472
Gasmig	396.246	(11.443)	384.803
Sete Lagoas	(4.506)	183	(4.323)
Total	619.690	(20.126)	599.564

Consolidado				
Investidas	31/12/2021	Adição	Amortização	30/09/2022
Cemig Geração e Transmissão				
Retiro Baixo	27.798	-	(1.042)	26.756
Aliança Geração	301.605	-	(18.982)	282.623
Aliança Norte	46.660	-	(1.479)	45.181
Paracambi (antiga Lightger)	76.488	-	(1.876)	74.612
Taesa	151.462	-	(6.990)	144.472
Cemig Sim				
UFVs	7.037	7.606	(278)	14.365
Total	611.050	7.606	(30.647)	588.009

a) Movimentação dos investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas:

Controladora						
Investidas	31/12/2021	Equivalência patrimonial (Resultado)	Dividendos / JCP	Aportes	Outros	30/09/2022
Cemig Geração e Transmissão	7.831.942	1.652.770	-	-	-	9.484.712
Cemig Distribuição	6.942.666	(17.423)	(423.168)	-	-	6.502.075
Ativas Data Center	15.750	(904)	-	-	-	14.846
Gasmig	1.635.985	272.562	(284.137)	-	393	1.624.803
Cemig Sim	111.433	20.692	(3.958)	72.880	-	201.047
Axxiom	4.277	(4.277)	-	-	-	-
Sete Lagoas	60.703	10.549	(5.745)	7.000	-	72.507
Taesa	1.580.379	303.878	(251.439)	-	8	1.632.826
Total	18.183.135	2.237.847	(968.447)	79.880	401	19.532.816

Consolidado						
Investidas	31/12/2021	Equivalência patrimonial (Resultado)	Dividendos / JCP	Aportes / Aquisições	Outros	30/09/2022
Hidrelétrica Cachoeirão	59.013	12.076	(9.799)	-	-	61.290
Guanhães Energia	125.172	33.906	-	-	-	159.078
Hidrelétrica Pipoca	46.722	12.417	(2.656)	-	-	56.483
MESA (3)	-	8.568	-	-	-	8.568
FIP Melbourne (3)	-	139.934	-	-	(132.821)	7.113
Paracambi (antiga Lightger)	124.275	13.418	(6.638)	-	-	131.055
Baguari Energia	168.430	19.381	(29.518)	-	-	158.293
Amazônia Energia (4)	932.600	(38.458)	-	-	-	894.142
Aliança Norte (4)	609.154	(24.902)	-	384	-	584.636
Ativas Data Center	15.750	(904)	-	-	-	14.846
Taesa	1.580.379	303.879	(251.432)	-	-	1.632.826
Aliança Geração (5)	1.140.930	83.227	125.897	-	(3.269)	1.346.785
Retiro Baixo	200.385	19.559	(32.337)	-	-	187.607
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Janaúba")	2.699	2.128	-	-	-	4.827
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Corinto") (2)	9.258	1.482	(1.139)	-	(1.029)	8.572
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Manga") (2)	11.294	1.856	(1.325)	-	(949)	10.876
UFV Bonfinópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Bonfinópolis II") (2)	6.432	631	(415)	-	(685)	5.963
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Lagoa Grande") (2)	14.890	1.975	(1.356)	-	(1.211)	14.298
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Lontra") (2)	17.823	2.489	(1.729)	-	(1.230)	17.353
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Mato Verde") (2)	6.130	961	(706)	-	(407)	5.978
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Mirabela") (2)	4.058	714	(459)	-	(353)	3.960
UFV Porteirinha I Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Porteirinha I") (2)	5.318	918	(629)	-	(808)	4.799
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Porteirinha II") (2)	6.384	1.014	(700)	-	(148)	6.550
UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Brasilândia") (2)	14.553	1.973	(1.411)	-	(921)	14.194
Apolo I SPE Empreendimentos e Energia S.A. ("UFV Apolo I")	-	1.318	-	5.925	-	7.243
G2 Campo Lindo I Energia S.A. ("UFV Campo Lindo I")	-	1.808	-	7.067	-	8.875
G2 Campo Lindo II Energia S.A. ("UFV Campo Lindo II")	-	1.816	-	7.046	-	8.862
G2 Olaria I Energia S.A. ("UFV Olaria I")	-	1.398	-	7.047	-	8.445
Axxiom	4.277	(4.277)	-	-	-	-
Total do Investimento	5.105.926	600.305	(216.352)	27.469	(143.831)	5.373.517
Itaocara - Passivo a descoberto	(20.767)	6.487	-	-	-	(14.280)
MESA (3) - Provisões para perdas (1)	(161.648)	161.648	-	-	-	-
Total	4.923.511	768.440	(216.352)	27.469	(143.831)	5.359.237

- (1) Em junho de 2022, foi revertida a provisão referente às obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida e os outros acionistas. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- (2) Em 23 de maio de 2022, foi aprovada, por meio de AGE, a redução de capital social dessas UFVs.
- (3) Participação indireta na Usina de Santo Antônio por meio dessas investidas.
- (4) Participação indireta na Usina de Belo Monte por meio dessas investidas.
- (5) Em 24 de março de 2022, foi aprovada, pelo Conselho de Administração da investida, a reversão de uma parcela do montante de dividendos a pagar para a reserva de retenção de lucros, cuja realização está atrelada a condicionantes financeiras.
- (6) Em 12 setembro de 2022, a AGPar efetuou o pagamento associado ao acordo decorrente da Sentença Arbitral CCBC-86/2016 ao Fundo Melbourne. A partir disso, a Companhia reconheceu o recebível em contrapartida ao resultado. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.

A movimentação dos dividendos a receber está demonstrada a seguir:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	335.189	1.820.578
Proposta de dividendos feita pelas investidas	216.352	968.447
IRRF sobre JCP declarados por investidas	-	(69.909)
Recebimentos	(480.324)	(562.572)
Saldo em 30 de setembro de 2022	71.217	2.156.544

b) As principais informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Investidas	Quantidade de ações	30/09/2022			31/12/2021		
		Participação Cemig (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Participação Cemig (%)	Capital social	Patrimônio líquido
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	4.123.724	9.410.100	100,00	4.123.724	7.755.454
MESA (3)	24.796.536.323	7,58	12.202.337	206.825	15,51	10.619.786	1.492.037
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	125.081	49,00	35.000	120.436
Guanhães Energia (2)	548.626.000	49,00	548.626	324.650	49,00	548.626	255.453
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	113.639	49,00	41.360	93.385
Baguari Energia (1)	26.157.300.278	69,39	186.573	228.130	69,39	186.573	242.736
Parajuru	85.834.843	100,00	85.835	141.631	100,00	85.835	128.466
Volta do Rio	274.867.441	100,00	274.867	216.779	100,00	274.867	206.783
Paracambi (antiga Lightger)	79.078.937	49,00	79.232	125.618	49,00	79.232	97.525
Aliança Norte (5)	41.949.320.044	49,00	1.209.750	1.100.929	49,00	1.209.043	1.147.947
Amazônia Energia (1) (4)	1.322.897.723	74,50	1.322.898	1.200.190	74,50	1.322.698	1.251.811
Aliança Geração	1.291.582.500	45,00	1.291.488	2.364.804	45,00	1.291.488	1.857.905
Retiro Baixo	225.350.000	49,00	225.350	322.351	49,00	225.350	345.868
Itaocara	156.259.500	49,00	156.259	(29.143)	49,00	156.259	(42.381)
Cemig Baguari	406.000	100,00	406	74	100,00	406	88
Cemig Geração Três Marias	1.291.423.369	100,00	1.291.423	1.734.041	100,00	1.291.423	1.652.343
Cemig Geração Alto Grande	405.267.607	100,00	405.268	563.969	100,00	405.268	526.776
Cemig Geração Itutinga	151.309.332	100,00	151.309	219.341	100,00	151.309	211.956
Cemig Geração Camargos	113.499.102	100,00	113.499	172.341	100,00	113.499	165.369
Cemig Geração Sul	148.146.505	100,00	148.147	242.191	100,00	148.147	214.845
Cemig Geração Leste	100.568.929	100,00	100.569	159.330	100,00	100.569	147.702
Cemig Geração Oeste	60.595.484	100,00	60.595	121.406	100,00	60.595	105.990
Rosal Energia	46.944.467	100,00	46.944	114.462	100,00	46.944	114.751
Sá Carvalho	361.200.000	100,00	36.833	154.905	100,00	36.833	134.209
Horizontes Energia	39.257.563	100,00	39.258	58.137	100,00	39.258	59.575
Cemig PCH	45.952.000	100,00	45.952	94.790	100,00	45.952	90.117
Cemig Geração Poço Fundo	97.161.578	100,00	97.162	164.747	100,00	97.162	144.128
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	486.000	100,00	486	10.110	100,00	486	7.734
Cemig Trading	1.000.000	100,00	1.000	2.531	100,00	1.000	2.158
Centroeste	28.000.000	100,00	28.000	120.219	100,00	28.000	122.079
Cemig Distribuição	2.359.113.452	100,00	5.371.998	6.502.075	100,00	5.371.998	6.942.666
Taesa	1.033.496.721	21,68	3.042.034	-	21,68	3.042.034	6.684.756
Ativas Data Center	456.540.718	19,60	182.063	75.746	19,60	182.063	80.358
Gasmig	409.255.483	99,57	665.429	1.245.356	99,57	665.429	1.221.602
Cemig Sim	112.420.992	100,00	112.421	201.047	100,00	102.153	111.433
Sete Lagoas	36.857.080	100,00	36.857	76.830	100,00	36.857	65.210
Axxiom	68.064.706	49,00	68.065	(9.318)	49,00	68.065	8.728
UFV Janaúba	18.509.900	49,00	6.510	9.849	49,00	6.510	5.507
UFV Corinto	18.000.000	49,00	15.900	17.491	49,00	18.000	18.893
UFV Manga	21.235.933	49,00	19.300	21.332	49,00	21.661	22.155
UFV Bonfinópolis	13.197.187	49,00	11.800	12.270	49,00	13.197	13.226
UFV Lagoa Grande	25.471.844	49,00	23.000	25.189	49,00	25.472	26.249
UFV Lontra	29.010.219	49,00	26.500	28.696	49,00	29.010	29.406
UFV Mato Verde	11.030.391	49,00	10.200	11.069	49,00	11.030	11.337
UFV Mirabela	9.320.875	49,00	8.600	9.208	49,00	9.321	9.450
UFV Porteirinha I	12.348.392	49,00	10.700	11.476	49,00	12.348	12.596
UFV Porteirinha II	11.702.733	49,00	11.400	12.284	49,00	11.703	11.904
UFV Brasilândia	25.629.900	49,00	24.000	26.002	49,00	25.879	26.625
UFV Fazenda Prudente de Moraes ("UFV Prudente de Moraes")	35.050.000	100,00	35.050	35.078	-	-	-
UFV Apolo I	8.258.980	49,00	8.259	9.580	-	-	-
UFV Campo Lindo I	13.323.845	49,00	13.324	14.654	-	-	-
UFV Campo Lindo II	13.323.845	49,00	13.324	14.380	-	-	-
UFV Olaria I	13.323.845	49,00	13.324	14.131	-	-	-

(1) Controle compartilhado por acordo de acionistas.

(2) Em 23 de junho de 2022, a Light concluiu a alienação de suas participações societárias em Guanhães e Lightger para a Brasal Energia S.A.. A operação consistiu na venda para a Brasal Energia S.A. da totalidade da participação detida pela Light representativa de 51% do capital social da Lightger e da Guanhães.

(3) Participação indireta na Usina de Santo Antônio por meio dessa investida.

(4) Participação indireta na Usina de Belo Monte por meio dessa investida.

Madeira Energia S.A. (“MESA”) e FIP Melbourne (veículo por meio do qual a Cemig GT possui participação na SAAG)

A MESA é a holding da empresa Santo Antônio Energia S.A (“SAE”), que tem por objetivo a construção, operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e seu sistema de transmissão, pelo prazo originalmente previsto de 35 anos contados a partir da assinatura do contrato de concessão, que ocorreu em 13 de junho de 2008, sendo prorrogado por mais 4 anos, em função de compensações pelos custos incorridos com o GSF, nos termos da Lei 14.052/2020. A UHE Santo Antônio iniciou sua operação comercial em março de 2012 e a sua geração plena se deu em dezembro de 2016. A MESA tem entre seus acionistas Furnas, Novonor – em recuperação judicial (antiga Odebrecht Energia), FIP Amazônia (FI-FGTS e Novonor), SAAG e a Companhia. Além de sua participação direta, a Cemig GT possui participação acionária indireta na MESA, por meio da SAAG.

Em 30 de setembro de 2022, a MESA segue com capital circulante líquido negativo, no montante de R\$334.351. Destaca-se que no segundo trimestre de 2022 houve entrada de caixa de R\$1.583.098, em decorrência do aumento de capital aprovado em AGE realizada para este fim em 29 de abril de 2022. Esse recurso foi utilizado no terceiro trimestre de 2022, quase na integralidade, para pagamento dos acordos decorrentes da conclusão de processos de arbitragem envolvendo o consórcio construtor e outras partes, mencionado em mais detalhes a seguir. Quanto à baixa liquidez de curto prazo, deve-se observar que as hidrelétricas constituídas sob o formato de Project Finance estruturalmente apresentam capital circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação, pois são constituídas com elevados índices de alavancagem financeira. Em contrapartida, contam com contratos firmes de vendas de energia de longo prazo como suporte e garantia de pagamento de suas dívidas.

Para equalização da situação de sua estrutura de capital e liquidez, a MESA também vem adotando ações direcionadas à readequação de custos operacionais, proteção da exposição aos riscos hidrológicos, melhoria da estrutura de capital e gestão das operações de energia.

Diluição de participação societária da Cemig GT na MESA

Em 7 de junho de 2022, a acionista Furnas subscreveu novas ações ordinárias emitidas pela MESA, no valor de R\$1.582.551, em decorrência do aumento de capital aprovado em AGE realizada em 29 de abril de 2022 e diante da renúncia das demais acionistas de exercício dos respectivos direitos de preferência. Com a integralização de todas as ações subscritas, a participação de Furnas na MESA passou de 43,06% para 72,36%, diluindo a participação societária total detida pela Cemig GT, de 15,51% para 7,58%, sendo que neste percentual não se considera o resultado do processo arbitral CAM 115/2018, descrito no item subsequente desta nota explicativa.

Em 7 de julho de 2022, em Assembleia Geral Extraordinária – AGE, foi celebrado o Distrato do Acordo de Acionistas da MESA, culminando na assunção de seu controle societário por Furnas. Na referida AGE também foi deliberada a nova composição do Conselho de Administração da SAE e da MESA, que passa a ser composto por 11 membros, sendo assegurado o direito da Cemig GT e SAAG indicarem em conjunto um membro titular e respectivo suplente, até que sejam integralmente exoneradas e liberadas de todas e quaisquer responsabilidades, obrigações e garantias prestadas perante MESA e SAE no

âmbito dos contratos e instrumentos de financiamento, inclusive relacionadas à aquisição de energia elétrica. Assim, mesmo com o Distrato do Acordo de Acionistas, não houve desqualificação da influência significativa da Cemig GT sobre a investida.

Com o aumento de capital mencionado, a investida passou a apresentar patrimônio líquido positivo, não existindo mais as condições que levaram ao reconhecimento pela Cemig GT, em 31 de dezembro de 2021, da provisão sobre o passivo a descoberto. Por conseguinte, a Cemig GT reverteu a referida provisão, que em 31 de maio de 2022 alcançou o montante de R\$170.916, correspondente às obrigações assumidas perante a investida em acordos de suporte e garantias, em conformidade ao CPC 18 / IAS 28 – Investimentos em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto.

Procedimento arbitral CAM-115/2018 – Madeira Energia S.A.

Em 2018, a SAAG e a Cemig GT instauraram o Procedimento Arbitral CAM-115/2018, visando desconstituir o aumento de capital aprovado na assembleia geral extraordinária da MESA ocorrida em 28 de agosto de 2018, por meio de capitalização de créditos decorrentes da anulação do aumento de capital realizado em 2014, que havia sido anulado em processo arbitral anterior.

Em 13 de dezembro de 2021, foi divulgada a sentença arbitral anulando o aumento de capital discutido no referido Procedimento Arbitral, assim como em 16 de março de 2022 foi disponibilizada, pela Câmara de Arbitragem do Mercado, decisão em pedidos de esclarecimentos que confirmou integralmente os termos da sentença.

Como consequência da sentença arbitral, a participação societária direta e indireta da Cemig GT na MESA, deveria ser aumentada de 8,54% para 9,86% e de 6,97% para 8,05%, respectivamente, e sua participação societária consolidada de 15,51% para 17,91%.

A MESA informou que em 29 de abril de 2022 foi notificada pelo acionista Furnas, também parte requerida no procedimento arbitral em questão, de que em 28 de abril de 2022 foi deferido o pedido de tutela de urgência, requerido em medida judicial ajuizada por este acionista, para imediata suspensão dos efeitos da sentença arbitral CAM 115/2018, a fim de que se mantivessem as participações societárias detidas pelos acionistas antes de seus efeitos. De acordo com os assessores jurídicos da MESA, a suspensão mencionada não tem caráter definitivo, permanecendo o prognóstico de perda como provável, motivo pelo qual a investida manteve a provisão relativa à redução do capital social em suas informações financeiras trimestrais.

Tendo em vista que o processo em que houve deferimento da tutela de urgência se encontra em fase inicial, a Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende ser remota a reversão dos efeitos dessa sentença arbitral e aguarda o seu cumprimento.

Com a diluição societária ocorrida em junho de 2022, as participações societárias direta e indireta da Companhia na MESA passaram de 8,54% e 6,97% para 4,14% e 3,44%, respectivamente. No caso de serem efetivados os efeitos da sentença arbitral CAM-115/2018, as participações societárias da Cemig GT passarão de 4,14% e 3,44% para 4,43% e 3,68%, respectivamente.

Procedimento Arbitral CCI-21.511/ASM/JPA (c. 21.673/ASM) – Santo Antônio Energia S.A.

Em 31 de janeiro de 2022, foi proferida sentença no âmbito do processo arbitral CCI n.º 21.511/ASM/JPA (c. 21.673/ASM), que representa a consolidação das discussões entre Santo Antônio Energia S.A. (SAE), Consórcio Construtor Santo Antônio (CCSA) e outras partes, referentes, em síntese, aos seguintes questionamentos:

- i. Responsabilidade do CCSA pelo ressarcimento dos custos de compra de energia pela SAE, devidos ao não cumprimento do cronograma de antecipação da obra.
- ii. Responsabilidade da SAE sobre a elevação dos custos incorridos pelo CCSA decorrentes, principalmente, de greves e paralisações ocorridas de 2009 a 2013.

O resultado dessa arbitragem, disponibilizado pela Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional em 07 de fevereiro de 2022, indica que os principais pedidos da SAE foram indeferidos, assim como os principais pedidos do CCSA foram deferidos e, conforme o caso, de seus consorciados em face da SAE, tendo, inclusive, o tribunal arbitral declarado inicialmente a ineficácia do instrumento intitulado “Termos e Condições”, que embasava o reconhecimento pelas Partes dos “Dispêndios Reembolsáveis”, conforme nota explicativa das demonstrações financeiras da SAE, sobre o qual se lastreava o pedido de ressarcimento dos custos da compra de energia realizada pela SAE em função do não cumprimento, pelo CCSA, do cronograma de antecipação.

Além da procedência em relação aos pedidos do CCSA, já provisionados em suas demonstrações financeiras sob as rubricas “Cauções em Garantia” (R\$770 milhões) e “Outras Provisões” (R\$492 milhões), foram deferidos outros pleitos com obrigação adicional estimada em R\$226 milhões.

Em 30 de junho de 2022, a SAE, em petição conjunta com o Grupo Industrial Complexo Rio Madeira – GICOM, requereu a extinção da Ação de Cumprimento de Sentença proposta pelo GICOM, que tratava de uma parcela do valor definido em sentença arbitral, em razão da realização de uma composição amigável entre as partes. Com o acordo, foi extinta a ação em que o GICOM pleiteava R\$645 milhões.

Em 04 de agosto de 2022, foi assinado o Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças entre SAE e Grupo Civil, parte do CCSA, composto pelas empresas CNO S.A., Andrade Gutierrez Engenharia S.A. e Novonor Serviços e Participações S.A. – Em Recuperação Judicial, visando o encerramento definitivo do procedimento arbitral CCI 21.511/ASM/JPA.

Concomitantemente à assinatura do acordo, as Partes assinaram e protocolaram, em 04 de agosto de 2022, petição conjunta para o encerramento do Procedimento Arbitral CCI 21.511/ASM/JPA e da Ação de Cumprimento de Sentença ajuizada pelo GCIVIL, em relação ao valor cobrado de R\$962 milhões, que se tratava do valor remanescente definido em sentença arbitral.

Em 03 de outubro de 2022, a SAE pagou a última parcela do acordo celebrado com o Grupo Civil (“GCIVIL”) no montante de R\$202.945, determinando o encerramento do Procedimento Arbitral CCI 21.511/ASM/JPA e da Ação de Cumprimento de Sentença ajuizada pelo GCIVIL.

De acordo com os contratos de financiamento firmados pela Companhia com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) e contratos de financiamento mediante repasse de recursos do BNDES, as eventuais obrigações da SAE relativas à condenação nos procedimentos arbitrais devem ser pagas conforme determinações dos respectivos contratos de financiamentos.

Assim, o aumento de capital social subscrito e integralizado em 07 de junho de 2022, conforme descrito acima, no valor de R\$1.582.551 foi destinado a saldar débitos decorrentes da sentença arbitral CCI-21.511/ASM/JPA, sendo utilizado para pagamento dos valores referentes aos acordos firmados com o GICOM e com o GCIVIL.

A SAE reiterou que a arbitragem e a ação tramitam em segredo de justiça e os acordos realizados são revestidos de confidencialidade.

Acordo FIP Melbourne x AGPar – Sentença arbitral CCBC – 86/2016

O CCVA que disciplinou a operação de aquisição das ações da SAAG pela Companhia prevê indenização ao FIP Melbourne pela AGPar em caso de sobrecusto na MESA em função de fato gerador anterior à assinatura do referido contrato. Após a conclusão da transação, em 2014, e até o ano de 2016, houve dispêndios extraordinários, que oneraram o FIP Melbourne e que se enquadravam, na interpretação do FIP, na cobertura prevista no CCVA. Diante da divergência de entendimento sobre a questão com a AGPar, o FIP Melbourne requereu procedimento arbitral junto à Câmara de Comércio Brasil Canadá.

Em janeiro de 2021, foi proferida sentença arbitral final, em favor do FIP Melbourne, sendo que em agosto de 2022 foi celebrado o acordo entre as partes para encerramento do litígio, com o estabelecimento de valor de compensação atualizado de R\$200 milhões, liquidados em 12 de setembro de 2022.

Considerando a participação da Cemig GT no FIP Melbourne, a Cemig GT reconheceu um recebível, no montante de R\$133 milhões em contrapartida ao resultado do exercício de 2022. Adicionalmente, a provisão para a PUT foi ajustada para refletir o recebimento pelas fundações dos valores do Acordo atribuídos a suas cotas.

Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia S.A.

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. Essa participação indireta da Cemig GT na NESA, por meio das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,69%.

Em 30 de setembro de 2022, a NESA apresenta capital circulante líquido negativo de R\$222.591 (R\$189.028 em 31 de dezembro de 2021). De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, assim como as demandas para futuros investimentos na UHE, serão suportadas pelas receitas de operações futuras e/ou captação de financiamentos bancários.

Em 21 de setembro de 2015, a NESA obteve decisão liminar determinando à Aneel que “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da Aneel nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte”. A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 30 de setembro de 2022 é de R\$3.026 milhões (R\$2.832 milhões em 31 de dezembro de 2021).

Contrato de compra e venda de ações para aquisição de SPEs detentoras de UFVs

Em 07 de abril de 2022, a Cemig Sim celebrou Contratos de Compra e Venda de Ações e outras Avenças (CCVAs) para aquisição de 49% de participação societária em 6 Sociedades de Propósitos Específicos – SPEs, detidas pela G2 Energia e Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“G2”) e pela Apolo Empreendimentos e Energia Ltda. (“Apolo”). As Sociedades de Propósito Específico são detentoras de 6 usinas fotovoltaicas localizadas em Lavras-MG, que operam na modalidade de minigeração distribuída compartilhada, totalizando 18,5MWp de potência. As Usinas, atenderão, em conjunto, a cerca de 1.800 clientes do mercado residencial, comercial e industrial de baixa tensão, com redução da emissão de 1.700 toneladas de CO₂/ano.

Em 04 de agosto de 2022, foi concluída a aquisição da participação societária de 4 SPEs objeto dos CCVAs, diante da implementação de todas as condições suspensivas para tanto, conforme tabela abaixo:

	Usina	Potência (MWp)	Patrimônio Líquido na data da aquisição	Preço de aquisição ajustado	Retenção
G2 OLARIA 1 ENERGIA S.A.	Olaria 1	3,25	13.329	7.047	(1.057)
G2 CAMPO LINDO 1 ENERGIA S.A.	Campo Lindo 1	3,25	13.361	7.067	(1.060)
G2 CAMPO LINDO 2 ENERGIA S.A.	Campo Lindo 2	3,25	14.226	7.046	(1.057)
APOLO 1 SPE EMPREENDIMENTOS E ENERGIA S/A	Apolo 1	2,75	9.389	5.925	(889)
G2 OLARIA 2 ENERGIA S/A	Olaria 2	3,25	-	-	-
APOLO 2 SPE EMPREENDIMENTOS E ENERGIA S/A	Apolo 2	2,75	-	-	-
Total		18,5	50.305	27.085	(4.063)

O valor da aquisição corresponde a R\$27.085, sendo efetivamente pago, na data do fechamento, o montante de R\$23.022. O restante, no valor de R\$4.063, que representa 15% do preço de aquisição, foi retido pela Cemig SIM, como garantia ao cumprimento da obrigação, da Vendedora, de indenizar a Compradora, nos termos contratuais, sendo que a liberação do valor retido em garantia à Vendedora depende da ocorrência de determinados eventos, conforme previsto no contrato.

Os fechamentos das operações de aquisição de participação societária nas SPEs Olaria 2 e Apolo 2 dependem da implementação das condições suspensivas estabelecidas no contrato de compra e venda de ações, sendo o montante estimado para tanto de R\$12.054, sujeito aos mecanismos de ajustes de preço previstos no referido contrato.

Aquisição de participação societária em SPEs detentoras de UFVs – Combinação de negócios

Em 29 de junho de 2022, a Cemig aprovou a aquisição, por meio de sua subsidiária integral Cemig Sim, de 100% da participação societária detida pela Genesys Participação Societária Ltda e pelo Sr. Antônio Carlos Torres, nas Sociedades de Propósito Específico (SPE) detentoras das usinas fotovoltaicas listadas abaixo. As usinas, localizadas em Minas Gerais, encontram-se em fase de construção, sendo que o fechamento da operação, além de estar sujeito ao cumprimento de condições precedentes usuais neste tipo de transação, se dará somente após a entrada em operação das usinas.

O valor estimado da operação é de aproximadamente R\$100 milhões, conforme tabela abaixo:

	Potência (MWp)	Valor estimado da operação	Previsão de entrada em operação
UFV Prudente de Moraes	6,46	41.000	07/2022
UFV Montes Claros	3,2	20.000	09/2022
UFV Jequitibá	6,25	39.000	02/2023
Total	16,21	100.000	

Em 7 de setembro de 2022, a Cemig Sim concluiu a aquisição da totalidade da participação societária na UFV Prudente de Moraes. Houve a aprovação do CADE e a conclusão de *due diligence*, condições precedentes usuais neste tipo de transação.

Abaixo, segue resumo da mensuração preliminar do valor justo dos ativos e passivos adquiridos:

Em milhares de reais	UFV Prudente de Moraes
Valor do patrimônio líquido da UFV Prudente	35.100
Mais valia dos ativos líquidos da investida	16.892
Valor justo dos ativos líquidos	51.992
Compra vantajosa, reconhecida no resultado de setembro de 2022	8.641
Contraprestação contingente (earn-out) avaliada a valor justo	2.000
Valor total da contraprestação paga por 100% de participação na UFV Prudente de Moraes	41.351

Ativos	Valor justo na data de aquisição	Passivos	Valor justo na data de Aquisição
Circulante	132	Circulante	270
Caixa e equivalentes de caixa	84	Outros passivos circulantes	270
Outros ativos circulantes	48		
		Não circulante	4.858
Não circulante	56.988	Outros passivos não circulantes	4.858
Ativo imobilizado	35.006		
Direito de uso - arrendamentos	5.090		
Ativo intangível – Direito de exploração	16.892		
		Total dos ativos líquidos ao valor justo	51.992

Para o Grupo Cemig, a aquisição ampliará sua participação no mercado de geração de energia elétrica, elevando seu nível de geração e garantindo o abastecimento energético aos consumidores de forma eficiente, em razão da expertise nesse mercado.

Conclusão da revisão tarifária do serviço de distribuição de gás natural canalizado

Em 28 de abril de 2022, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais – SEDE MG (“SEDE”), órgão estadual responsável pela regulação e homologação das tarifas do Serviço de Distribuição de Gás Canalizado, publicou a conclusão da revisão tarifária do serviço de distribuição de gás natural canalizado, com os seguintes efeitos, aprovados por meio da Resolução SEDE nº 21: custo de capital de 8,71% a.a.; custos operacionais dentro da cobertura regulatória, e a nova estrutura tarifária para os fornecimentos realizados pela Gasmig. Considerando os efeitos mencionados, o índice de reposicionamento tarifário ordinário médio foi de -10,05% sobre as margens vigentes desde fevereiro de 2022.

Tendo em vista que os efeitos são retroativos a fevereiro de 2022, as diferenças das margens aprovadas em relação às margens vigentes serão captadas pela conta compensatória entre 1º de fevereiro de 2022 e a homologação do reajuste.

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Investidas controladas em conjunto:

Norte Energia S.A. (“NESA”) – Investimento por meio da Amazônia Energia e Aliança Norte

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da NESA e determinados executivos desses outros acionistas. No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da NESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer consequências futuras à investida, além dos efeitos passados das baixas do ativo da infraestrutura no montante R\$183.000 registrada pela NESA em 2015, levando em consideração os resultados da investigação interna independente conduzida por ela e seus outros acionistas, cujos ajustes foram refletidos na Cemig GT por meio do resultado de equivalência patrimonial naquele mesmo ano.

Em 9 de março de 2018, foi deflagrada a “Operação Buona Fortuna”, em razão da 49ª fase da Operação Lava Jato. Segundo notícias veiculadas, a operação investiga pagamento de propina do Consórcio construtor de Belo Monte formado pelas empresas Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS e J. Malucelli. A Administração da NESA entende que, até o momento, não há fatos novos que tenham sido divulgados pela 49ª fase da operação Lava Jato que requeiram procedimentos de investigação interna adicionais aos que já foram efetuados.

A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequadas e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas informações contábeis intermediárias, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, em suas informações contábeis.

Madeira Energia S.A (“MESA”)

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal (MPF) que envolvem outros acionistas indiretos da MESA e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. No contexto acima, o MPF iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da MESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. Como resposta a alegações de possíveis atividades ilegais, a investida e seus outros acionistas iniciaram investigação interna independente.

A investigação interna independente, concluída em fevereiro de 2019, salvo novos desdobramentos futuros de eventuais acordos de leniência a serem celebrados por terceiros e/ou de termos de colaboração firmados por terceiros com as autoridades brasileiras, não encontrou evidências objetivas que permitam afirmar suposta existência de pagamentos indevidos por parte da MESA que devam ser considerados para eventual baixa contábil, repasse ou majoração de custos para fazer frente às vantagens indevidas e vinculação da MESA aos atos de seus fornecedores, nos termos das delações e colaborações tornadas públicas.

A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequadas e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas informações contábeis intermediárias, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, em suas informações contábeis.

Outras investigações

Em adição ao mencionado acima, existem investigações sendo conduzidas pela Promotoria Pública do Estado de Minas Gerais e pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de identificar possíveis irregularidades nos investimentos da Cemig GT na Guanhães e na MESA.

Procedimentos internos relativos a riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Considerando as investigações por parte das autoridades públicas que estão sendo realizadas na Companhia e em determinadas investidas, conforme descrito acima, os órgãos de governança da Companhia autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses investimentos, assim como dos fatores que levaram a Companhia a ser autuada pela Receita Federal pelo não recolhimento de IRRF na aquisição de participação da Ligth, junto a Enlighted (vide nota explicativa nº 24). Essa investigação independente foi supervisionada por Comissão Especial de Investigação cuja criação foi aprovada pelos órgãos de governança da Companhia.

A investigação interna e independente foi concluída e o seu relatório final foi entregue em 08 de maio de 2020, sendo que não foram identificadas evidências objetivas de atos ilegais nos investimentos realizados pela Companhia submetidos à investigação. Portanto, não houve impacto como resultado dessas investigações nas informações contábeis

intermediárias da Companhia em 30 de setembro de 2022, tampouco em suas demonstrações financeiras de exercícios anteriores.

No segundo semestre de 2019, a Companhia assinou acordo de cooperação com a Securities and Exchange Commission (SEC) e U.S. Department of Justice (DoJ), os quais se estenderam até agosto de 2021 e julho de 2022, respectivamente. A Companhia tem atendido às solicitações e pretende continuar contribuindo com a SEC e o DoJ, em conformidade com as eventuais demandas apresentadas.

Em razão da finalização das investigações para as quais a Comissão Especial de Investigação (CEI) foi constituída, com a entrega do relatório final pela consultoria especializada, os órgãos de governança da Companhia decidiram extinguir a referida Comissão. Na hipótese de haver eventuais necessidades futuras, em razão de desdobramentos da matéria, a Comissão poderá ser recomposta.

Ao final de 2020, a Companhia iniciou procedimentos internos para apuração de denúncias recebidas do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) por meio de Ofícios encaminhados à Companhia, cujo conteúdo compreende alegadas irregularidades no processo de compras, cuja investigação está sendo acompanhada por uma Comissão de Investigação, com o apoio de assessoria especializada.

A investigação interna e independente iniciada em dezembro de 2020 foi concluída no final de 2021, com o recebimento do relatório final, que foi aprovado pela Comissão de Investigação e encaminhado pela Companhia ao MPMG, que ainda não concluiu sua investigação, não tendo sido identificado nenhum ponto que possa apresentar impacto relevante às informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2022 ou demonstrações financeiras de exercícios anteriores. A Companhia aguarda o desfecho das investigações por parte do MPMG e por outras autoridades nacionais e internacionais com as quais o referido relatório foi compartilhado.

A Companhia avaliará qualquer mudança futura nesse cenário e eventuais impactos, se for o caso, que possam afetar as informações contábeis intermediárias e permanece colaborando com as autoridades públicas nacionais e internacionais nas suas análises relacionadas às investigações em curso.

16. IMOBILIZADO

Consolidado	30/09/2022			31/12/2021		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço						
Terrenos	247.028	(28.220)	218.808	246.605	(25.822)	220.783
Reservatórios, barragens e adutoras	3.301.814	(2.412.597)	889.217	3.295.828	(2.352.006)	943.822
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.091.346	(854.755)	236.591	1.085.943	(837.942)	248.001
Máquinas e equipamentos	2.719.368	(2.041.187)	678.181	2.672.848	(1.975.923)	696.925
Veículos	14.136	(12.978)	1.158	20.632	(19.260)	1.372
Móveis e utensílios	13.734	(11.442)	2.292	13.747	(11.230)	2.517
	7.387.426	(5.361.179)	2.026.247	7.335.603	(5.222.183)	2.113.420
Em curso	378.593	-	378.593	305.849	-	305.849
Imobilizado líquido	7.766.019	(5.361.179)	2.404.840	7.641.452	(5.222.183)	2.419.269

Controladora	30/09/2022			31/12/2021		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço						
Terrenos	82	-	82	82	-	82
Edificações, obras civis e benfeitorias	55	(26)	29	55	(24)	31
Máquinas e equipamentos	5.200	(5.116)	84	5.200	(4.962)	238
Móveis e utensílios	727	(698)	29	727	(693)	34
	6.064	(5.840)	224	6.064	(5.679)	385
Em curso	1.026	-	1.026	1.026	-	1.026
Imobilizado líquido	7.090	(5.840)	1.250	7.090	(5.679)	1.411

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Adição	Baixa	Reversão de provisão (2)	Depreciação	Transferência	Saldo em 30/09/2022
Em serviço							
Terrenos (1)	220.783	-	-	-	(2.398)	423	218.808
Reservatórios, barragens e adutoras	943.822	-	-	-	(60.822)	6.217	889.217
Edificações, obras civis e benfeitorias	248.001	-	-	-	(13.101)	1.691	236.591
Máquinas e equipamentos	696.925	-	(8.710)	-	(51.969)	41.935	678.181
Veículos	1.372	-	-	-	(360)	146	1.158
Móveis e utensílios	2.517	-	-	-	(225)	-	2.292
	2.113.420	-	(8.710)	-	(128.875)	50.412	2.026.247
Em curso	305.849	121.502	-	1.654	-	(50.412)	378.593
Imobilizado líquido	2.419.269	121.502	(8.710)	1.654	(128.875)	-	2.404.840

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
(2) Reversão de provisão anteriormente constituída para redução ao valor recuperável de ativos vinculados a obras em andamento com expectativa de cancelamento parcial ou total, em função da saída da Companhia de consórcio anteriormente firmado.

Controladora	Saldo em 31/12/2021	Depreciação	Saldo em 30/09/2022
Em serviço			
Terrenos	82	-	82
Edificações, obras civis e Benfeitorias	31	(2)	29
Máquinas e equipamentos	238	(154)	84
Móveis e utensílios	34	(5)	29
	385	(161)	224
Em curso	1.026	-	1.026
Imobilizado líquido	1.411	(161)	1.250

Consórcio

A Companhia participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, para o qual não foi constituída entidade com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas rubricas de ativo imobilizado e intangível.

Controladora e Consolidado	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	30/09/2022	31/12/2021
Em serviço				
Usina de Queimado	82,50	3,94	220.070	220.009
Depreciação acumulada			(132.540)	(126.583)
Total em operação			87.530	93.426
Em curso				
Usina de Queimado	82,50	-	74	43
Total em construção			74	43
Total			87.604	93.469

17. INTANGÍVEIS

Consolidado	30/09/2022			31/12/2021		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual
Em serviço						
Com vida útil definida						
Servidão	14.692	(5.235)	9.457	14.692	(4.726)	9.966
Concessão onerosa	13.599	(8.960)	4.639	13.599	(8.493)	5.106
Ativos de concessão	22.660.110	(10.206.222)	12.453.888	21.475.916	(9.669.212)	11.806.704
Ativos de concessão - GSF	1.031.810	(166.293)	865.517	1.031.809	(65.744)	966.065
Outros	95.736	(76.181)	19.555	78.347	(73.854)	4.493
	23.815.947	(10.462.891)	13.353.056	22.614.363	(9.822.029)	12.792.334
Em curso	170.614	-	170.614	160.983	-	160.983
Intangível líquido	23.986.561	(10.462.891)	13.523.670	22.775.346	(9.822.029)	12.953.317

Controladora	30/09/2022			31/12/2021		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual
Em serviço						
Com vida útil definida						
Direito de uso de softwares	13.565	(12.985)	580	13.564	(12.273)	1.291
Marcas e patentes	8	(8)	-	8	(8)	-
	13.573	(12.993)	580	13.572	(12.281)	1.291
Em curso	119	-	119	89	-	89
Intangível líquido	13.692	(12.993)	699	13.661	(12.281)	1.380

A movimentação do ativo intangível é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Adição	Baixa	Amortização	Transferência (1)	Saldo em 30/09/2022
Em serviço						
Com vida útil definida						
Servidão	9.966	-	-	(509)	-	9.457
Concessão onerosa	5.106	-	-	(467)	-	4.639
Ativos de concessão	11.806.704	-	(13.871)	(596.986)	1.258.041	12.453.888
Ativos de concessão - GSF	966.065	-	-	(100.548)	-	865.517
Outros	4.493	16.892	-	(2.337)	507	19.555
	12.792.334	16.892	(13.871)	(700.847)	1.258.548	13.353.056
Em curso	160.983	46.710	(5)	-	(37.074)	170.614
Intangível líquido	12.953.317	63.602	(13.876)	(700.847)	1.221.474	13.523.670

(1) As transferências foram realizadas do ativo de contrato para o ativo intangível no montante de R\$1.201.629.

Controladora	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amortização	Saldo em 30/09/2022
Em serviço				
Direito de uso de softwares	1.291	-	(711)	580
	1.291	-	(711)	580
Em curso	89	30	-	119
Intangível líquido	1.380	30	(711)	699

Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor-GSF)

A ReH nº 2.919/2021 homologou os valores do direito à compensação das usinas São Simão, Jaguará, Miranda e Volta Grande, cuja titularidade era da Cemig GT no período indicado na Lei nº 14.052/2020 para compensação, mas esta Lei não especifica como esta será realizada na hipótese de ausência de dívidas com a União relativa ao regime de concessões determinado na Lei. Os valores apurados são:

Cemig Geração - Usinas Relicitadas	Valor
São Simão	783.004
Miranda	145.528
Jaguara	237.218
Volta Grande	156.688
Total	1.322.438

Considerando que não existe previsão legal quanto à forma da compensação dos riscos não-hidrológicos e o direito da Companhia depende da ocorrência de eventos futuros incertos, que não estão totalmente sob seu controle, os ativos contingentes relativos às usinas listadas na tabela acima não foram reconhecidos.

18. ARRENDAMENTOS

a) Direito de uso

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

Consolidado	Imóveis	Veículos	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	191.567	34.026	-	225.593
Amortização (1)	(7.822)	(32.463)	-	(40.285)
Direito de uso recebido na combinação de negócios	-	-	5.076	5.076
Baixa (contratos encerrados)	(4.129)	(514)	-	(4.643)
Adição	5.441	26.592	-	32.033
Remensuração (2)	5.571	(1.938)	-	3.633
Saldo em 30 de setembro de 2022	190.628	25.703	5.076	221.407

- (1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, no montante de R\$471 no período de janeiro a setembro de 2022 (R\$422 no mesmo período de 2021).
- (2) A Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

Controladora	Imóveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.050	2.050
Amortização (1)	(64)	(64)
Remensuração	69	69
Saldo em 30 de setembro de 2022	2.055	2.055

- (1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, no montante de R\$5 no período de janeiro a setembro de 2022 (R\$4 no mesmo período de 2021).

b) Passivo de arrendamentos

A movimentação do passivo de arrendamentos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2021	244.023	2.252
Adição	32.033	-
Direito de uso recebido na combinação de negócios	4.917	-
Juros incorridos (1)	20.159	211
Pagamentos efetuados	(52.640)	(212)
Pagamentos juros	(2.436)	(11)
Baixa (contratos encerrados)	(4.974)	-
Remensuração (2)	3.633	69
Saldo em 30 de setembro de 2022	244.715	2.309
Passivo circulante	29.313	296
Passivo não circulante	215.402	2.013

- (1) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, nos montantes de R\$1.350 e R\$16 no período de janeiro a setembro de 2022 (R\$1.290 e R\$15 no mesmo período de 2021), para as demonstrações consolidadas e da controladora, respectivamente.
- (2) Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

O direito potencial de recuperar PIS/Pasep e Cofins embutido na contraprestação de arrendamento, de acordo com os períodos previstos para pagamento, é apresentado a seguir:

Fluxo de caixa	Consolidado		Controladora	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	622.460	244.715	7.360	2.309
PIS/Pasep e Cofins potencial (9,25%)	55.991	19.066	681	214

A Companhia, na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2) / IFRS 16.

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de vencimento do passivo de arrendamentos é apresentada a seguir:

	Consolidado (nominal)	Controladora (nominal)
2022	7.859	79
2023	37.083	317
2024	28.584	317
2025	28.438	317
2026	28.274	317
2027 a 2047	492.222	6.013
Valores não descontados	622.460	7.360
Juros embutidos	(377.745)	(5.051)
Passivo de arrendamento	244.715	2.309

19. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Energia de curto prazo - CCEE	145.972	129.957	-	-
Encargos de uso da rede elétrica	202.276	175.476	95	95
Energia elétrica comprada para revenda	1.136.747	1.314.197	131.509	62.322
Itaipu binacional	280.573	331.118	-	-
Gás comprado para revenda	298.698	227.683	-	-
Materiais e serviços	676.470	504.912	1.445	2.265
	2.740.736	2.683.343	133.049	64.682

20. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Circulante				
ICMS	102.035	123.928	16.467	2.616
Cofins (1)	152.723	166.482	19.468	30.030
PIS/Pasep (1)	33.098	36.180	4.210	6.496
INSS	42.399	36.178	1.920	1.940
Outros (2)	100.650	165.328	44.218	91.682
	430.905	528.096	86.283	132.764
Não circulante				
Cofins (1)	299.378	280.690	-	-
PIS/Pasep (1)	64.911	60.999	-	-
	364.289	341.689	-	-
	795.194	869.785	86.283	132.764
Valores a serem restituídos a consumidores				
Circulante				
PIS/Pasep e Cofins	1.873.276	704.025	-	-
Não circulante				
PIS/Pasep e Cofins	1.723.626	2.318.910	-	-
	3.596.902	3.022.935	-	-

- (1) PIS/Pasep e Cofins registrados no passivo circulante incluem o diferimento sobre a remuneração financeira do ativo de contrato e sobre as receitas de construção e melhoria vinculadas aos contratos de transmissão. Para mais informações, ver nota explicativa nº 14.
- (2) O saldo de 31 de dezembro de 2021 inclui a retenção na fonte de imposto de renda sobre os juros sobre o capital próprio declarados em 10 de dezembro de 2021, cujo recolhimento ocorreu em janeiro de 2022, em conformidade à legislação tributária.

Os valores de PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores referentes aos créditos a serem aproveitados pela Cemig D e pela Gasmig em razão da exclusão do ICMS da base de cálculo destas contribuições representam o valor de R\$3.596.902, conforme detalhado na nota explicativa nº 8a, já tendo sido restituído o montante de R\$3.224.893 até setembro de 2022 (R\$1.583.314 até dezembro de 2021).

Em complemento ao passivo relativo à parcela dos créditos tributários correspondentes ao período dos últimos 10 anos, a Cemig D registrou, em junho de 2022, o montante atualizado de R\$624.251 decorrentes da homologação do Reajuste Tarifário Anual de 2022, que considerou os efeitos do Projeto de Lei nº 1.280/22, convertido na Lei nº 14.385/22. O saldo registrado está líquido de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a receita financeira auferida sobre suas atualizações.

A referida Lei determina a destinação integral, em proveito dos consumidores, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras, relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins. Como consequência, foi registrado também o montante atualizado de R\$1.479.010 referente à obrigação de devolução integral do referido crédito tributário aos consumidores, referente ao montante excedente àquele incluído no Reajuste Tarifário Anual de 2022, referente ao período a partir do 11º ano, contados retroativamente à data do trânsito em julgado da ação. A Administração da Companhia avalia junto aos seus assessores legais eventuais ações futuras relacionadas à questão.

A Companhia está restituindo os valores aos consumidores conforme abaixo:

- Em 18 de agosto de 2020, a Aneel homologou a incorporação no reajuste tarifário de 2020 de um componente financeiro negativo de R\$714.339, que vigorou de 19 de agosto de 2020 até 27 de maio de 2021, correspondente a parte dos recursos levantados judicialmente em função do trânsito em julgado da Ação.
- Em 25 de maio de 2021, a Aneel homologou a incorporação no reajuste tarifário de 2021, que vigorou de 28 de maio de 2021 até 27 de maio de 2022, do componente financeiro negativo de R\$1.573.000, correspondente ao montante total dos créditos compensados e levantados judicialmente.
- Em 22 de junho de 2022, a Aneel homologou a incorporação no reajuste tarifário de 2022, que vigora desde 22 de junho de 2022 até 27 de maio de 2023, do componente financeiro negativo de R\$2.810.830, correspondente à devolução de créditos de PIS/Pasep e Cofins. Mais detalhes sobre os créditos estão disponíveis na nota explicativa 8a. Para mais informações sobre o reajuste tarifário da Cemig D, ver nota explicativa 13.4.

A controlada Gasmig registrou o passivo correspondente aos valores a serem devolvidos aos seus clientes considerando efeitos retrospectivos de 10 anos, sendo este no montante de R\$180.484. O período de 10 anos consubstancia o montante máximo passível de devolução, a ser convalidado após análises complementares das decisões judiciais e legislação que serão emitidas.

21. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Moedas	Consolidado			
				30/09/2022			31/12/2021
				Circulante	Não circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Eurobonds (7)	2024	9,25%	US\$	187.950	5.406.600	5.594.550	5.622.673
(-) Custos de transação				-	(6.380)	(6.380)	(8.220)
(±) Recursos antecipados (2)				-	(10.432)	(10.432)	(13.356)
Dívida em moeda estrangeira				187.950	5.389.788	5.577.738	5.601.097
MOEDA NACIONAL							
Eletrobrás (3)	2023	UFIR + 6,00% a 8,00%	R\$	2.933	255	3.188	5.647
Sonda (8)	2022	110,00% do CDI	R\$	57.580	-	57.580	52.430
Dívida em moeda nacional				60.513	255	60.768	58.077
Total de empréstimos e financiamento				248.463	5.390.043	5.638.506	5.659.174
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (1)	2022	IPCA + 6,20%	R\$	-	-	-	428.367
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (3)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	315.364	576.304	891.668	1.147.465
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª Série (3)	2024	CDI + 0,45%	R\$	545.481	405.000	950.481	1.355.933
Debêntures - 7ª Emissão - 2ª Série (3)	2026	IPCA + 4,10%	R\$	22.166	1.842.434	1.864.600	1.759.628
Debêntures - 8ª Emissão - 1ª Série (3)	2027	CDI + 1,35%	R\$	18.623	500.000	518.623	-
Debêntures - 8ª Emissão - 2ª Série (3)	2029	IPCA + 6,10%	R\$	7.834	500.862	508.696	-
Debêntures - - 4ª emissão - 1ª série (5)	2022	TJLP+1,82%	R\$	2.551	-	2.551	10.028
Debêntures - 4ª emissão - 2ª série (5)	2022	Selic + 1,82%	R\$	1.123	-	1.123	4.376
Debêntures - 4ª emissão - 3ª série (5)	2022	TJLP + 1,82%	R\$	1.925	-	1.925	10.597
Debêntures - 4ª emissão - 4ª série (5)	2022	Selic + 1,82%	R\$	1.324	-	1.324	5.201
Debêntures - 7ª emissão - Série única (5)	2023	CDI + 1,50%	R\$	20.023	-	20.023	40.049
Debêntures - 8ª emissão - Série única (5)	2031	IPCA + 5,27%	R\$	6.832	1.012.428	1.019.260	986.446
(-) Deságio na emissão de debêntures (6)				-	(12.896)	(12.896)	(15.002)
(-) Custos de Transação				(3.010)	(33.922)	(36.932)	(28.299)
Total de debêntures				940.236	4.790.210	5.730.446	5.704.789
Total geral consolidado				1.188.699	10.180.253	11.368.952	11.363.963

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos financeiros anuais	Moedas	Controladora			
				30/09/2022			31/12/2021
				Circulante	Não circulante	Total	Total
MOEDA NACIONAL							
Sonda (8)	2021	110,00% do CDI	R\$	57.580	-	57.580	52.430
Total de empréstimos e financiamentos				57.580	-	57.580	52.430

- (1) Em fevereiro de 2022, a Cemig GT liquidou a debênture – 3ª emissão – 3ª série.
- (2) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds.
- (3) Cemig Distribuição.
- (4) Cemig Controladora. Decorrente da Incorporação da Cemig Telecom.
- (5) Gasmig. Os recursos provenientes da 8ª emissão de debêntures, concluída pela Gasmig em 10 de setembro de 2020, no montante de R\$850.000, foram utilizados para resgate das notas promissórias emitidas em 26 de setembro de 2019, com prazo de 12 meses, cujos recursos foram integralmente destinados ao pagamento do bônus de outorga do contrato de concessão de distribuição de gás.
- (6) Deságio no preço de venda da 2ª série da 7ª emissão da Cemig Distribuição.
- (7) Em agosto de 2021, a Cemig GT realizou a recompra parcial de títulos de dívida no mercado externo (Eurobonds) de sua emissão, no montante principal de US\$500 milhões. Mais detalhes dessa operação no decorrer desta nota explicativa.
- (8) Cemig Controladora. Decorrente da Incorporação da Cemig Telecom.

As debêntures de emissão das controladas são do tipo “simples” não conversíveis em ações, não havendo cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria.

Captações de recursos

Em 29 de junho de 2022, a Cemig D concluiu a liquidação da sua 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em 2 séries, no valor total de R\$1.000.000, as quais foram objeto de oferta pública de distribuição, com esforços restritos, nos termos da regulamentação da CVM.

Foram subscritas, no âmbito da Oferta Restrita: (i) 1ª série: 500 mil Debêntures, perfazendo o valor de R\$500.000, à taxa de remuneração de CDI + 1,35%, com vencimento em 5 anos,

cujos recursos serão destinados à recomposição de caixa da Companhia; e (ii) 2ª série: 500 mil Debêntures, perfazendo o valor de R\$500.000, à taxa de remuneração de IPCA + 6,10%, com vencimento em 7 anos, cujos recursos serão alocados no reembolso de gastos relacionados a projeto de distribuição de energia elétrica, conforme detalhado nos documentos da emissão das Debêntures.

Financiadores	Data de entrada	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Valor
Moeda Nacional				
Debêntures - 8ª Emissão - 1ª série	Junho de 2022	2027	CDI + 1,35%	500.000
Debêntures - 8ª Emissão - 2ª série	Junho de 2022	2029	6,10% do IPCA	500.000
(-) Custos de transação				(12.091)
(-) Deságio (1)				(375)
Total de captações				987.534

(1) Deságio na emissão das debêntures referente a 2ª série das debêntures.

Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, em 30 de setembro de 2022, é garantido da seguinte forma:

	30/09/2022
Nota promissória, aval e fiança	6.469.139
Aval e recebíveis	2.797.616
Fiança	1.015.319
Recebíveis	9.980
Ações	57.580
Sem garantia	1.019.318
TOTAL	11.368.952

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

Consolidado	2022	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	Total
Moedas							
Dólar Norte-Americano	187.950	-	5.406.600	-	-	-	5.594.550
Total por moedas	187.950	-	5.406.600	-	-	-	5.594.550
Indexadores							
IPCA (1)	57.209	294.987	395.350	1.322.523	1.040.326	1.173.829	4.284.224
UFIR/RGR (2)	809	2.379	-	-	-	-	3.188
CDI (3)	181.891	597.263	270.000	-	-	500.000	1.549.154
URTJ/TJLP (4)	4.476	-	-	-	-	-	4.476
Total por indexadores	244.385	894.629	665.350	1.322.523	1.040.326	1.673.829	5.841.042
(-) Custos de transação	(2.425)	(2.910)	(6.529)	(3.967)	(3.983)	(23.498)	(43.312)
(±) Recursos antecipados	-	-	(10.432)	-	-	-	(10.432)
(-) Deságio	-	-	-	(6.267)	(6.267)	(362)	(12.896)
Total geral	429.910	891.719	6.054.989	1.312.289	1.030.076	1.649.969	11.368.952

Controladora	2022	Total
Indexadores		
CDI (3)	57.580	57.580
Total geral	57.580	57.580

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
 (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR), utilizada até sua extinção;
 (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
 (4) Unidade de Referência de Taxa de Juros (URTJ) / Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP);

O dólar norte americano e os indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações nos períodos apresentados:

Moeda	Varição acumulada no período de janeiro a setembro de 2022 (%)	Varição acumulada no período de janeiro a setembro de 2021 (%)	Indexador	Varição acumulada no período de julho a setembro de 2022 (%)	Varição acumulada no período de julho a setembro de 2021 (%)
Dólar Norte-Americano	(3,12)	4,67	IPCA	4,09	6,90
			CDI	8,85	2,50
			TJLP	31,77	7,25

Moeda	Varição acumulada no período de julho a setembro de 2022 (%)	Varição acumulada no período de julho a setembro de 2021 (%)	Indexador	Varição acumulada no período de julho a setembro de 2022 (%)	Varição acumulada no período de julho a setembro de 2021 (%)
Dólar Norte-Americano	3,22	8,74	IPCA	(1,32)	3,02
			CDI	3,26	1,21
			TJLP	2,79	5,86

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	11.363.963	52.430
Empréstimos obtidos	1.000.000	-
Custos de transação	(12.091)	-
Deságio na emissão de debêntures	(375)	-
Empréstimos obtidos líquidos	987.534	-
Varição monetária	132.591	-
Varição cambial	(173.900)	-
Encargos financeiros provisionados	727.571	5.150
Amortização do custo de transação	5.298	-
Encargos financeiros pagos	(537.616)	-
Amortização de financiamentos	(1.136.489)	-
Saldo em 30 de setembro de 2022	11.368.952	57.580

Encargos financeiros capitalizados

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relacionados aos empréstimos, financiamentos e debêntures.

As controladas Cemig D e Gasmig incorporaram ao custo de construção da infraestrutura de concessão os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
Encargos de empréstimos e financiamentos	727.571	889.114
Encargos financeiros capitalizados nos ativos de contrato	(33.980)	(5.701)
Efeito líquido no resultado	693.591	883.413

(1) A taxa média de capitalização foi de 11,42% a.a. em 30 de setembro de 2022 (6,91% a.a. em 30 de setembro de 2021).

Os valores dos encargos capitalizados não foram considerados nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

Cláusulas contratuais restritivas - “Covenants”

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Cemig D, GT ou da Companhia, superior a R\$50 milhões (“cross default”).

A Companhia e suas controladas possuem contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido emissora	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
Eurobonds Cemig GT (1)	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado para o Covenant (3)	Manter índice igual ou inferior a: 2,5 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 3,0 em 31/12/2021 em diante	Semestral e anual
7ª emissão de debêntures Cemig D	Dívida Líquida / Ebitda ajustado	Manter índice igual ou inferior a 3,5	Manter índice igual ou inferior a 3,0	Semestral e anual
Debêntures	Endividamento Geral (Exigível Total/Ativo Total)	Menor que 0,6	-	Anual
	EBITDA/Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,3	-	Anual
Gasmig (2)	EBITDA/Resultado Financeiro Líquido	Igual ou maior que 2,5	-	Anual
	Dívida Líquida/EBITDA	Igual ou menor que 2,5	-	Anual
Debêntures Gasmig – 8ª emissão série única (3)	EBITDA/Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,3	-	Anual
	Dívida Líquida/EBITDA	Igual ou menor que 3,0	-	Anual

- O Ebtida ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, calculado conforme a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, do qual é subtraído o resultado não operacional, quaisquer créditos e ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, na medida em que não sejam recorrentes, e quaisquer pagamentos em dinheiro efetuados em bases consolidadas durante esse período, referentes a encargos não monetários que foram adicionados novamente na determinação do Ebtida em qualquer período anterior, e acréscido de despesas não monetárias e encargos não monetários, na medida em que não sejam recorrentes.
- Caso não consiga atingir o índice requerido, a Gasmig constituirá, no prazo de 120 dias, contados das data da comunicação por escrito da BNDESPAR ou do BNDES, garantias aceitáveis aos debenturistas pelo valor total da dívida, observadas as normas do Conselho Monetário Nacional, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os índices requeridos. Determinadas situações previstas contratualmente podem provocar vencimento antecipado de outras dívidas (*cross default*).
- O não cumprimento dos covenants financeiros implica em vencimento antecipado não automático. Caso seja declarado o vencimento antecipado pelos debenturistas, a Gasmig deverá efetuar o pagamento após recebimento da notificação.

A Administração monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas.

As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) contratados para proteção do serviço associado à dívida com Eurobonds (principal em moeda estrangeira mais juros), bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 30.

22. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Passivo		
Reserva global de reversão – RGR	27.376	28.198
Conta de desenvolvimento energético – CDE	129.813	109.618
Taxa de fiscalização da Aneel	2.890	2.526
Eficiência energética	252.479	237.426
Pesquisa e desenvolvimento	118.674	112.267
Pesquisa expansão sistema energético	3.802	4.377
Fundo nacional de desenvolvimento científico tecnológico	7.620	8.759
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica - Proinfra	13.647	16.623
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	13.634	5.374
Encargo de capacidade emergencial	26.325	26.325
Encargos consumidor - bandeiras tarifárias	16	251.837
CDE sobre P&D	2.403	2.767
CDE sobre PEE	3.731	4.583
Outros	4.625	4.638
	607.035	815.318
Passivo circulante	540.031	610.695
Passivo não circulante	67.004	204.623

23. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2021	2.670.153	3.468.504	66.017	6.204.674
Despesa reconhecida no resultado	213.613	283.493	5.452	502.558
Contribuições pagas	(202.885)	(142.890)	(2.719)	(348.494)
Passivo líquido em 30 de setembro de 2022	2.680.881	3.609.107	68.750	6.358.738
			30/09/2022	31/12/2021
Passivo circulante			374.460	346.733
Passivo não circulante			5.984.278	5.857.941

Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2021	498.434	220.585	5.047	724.066
Despesa reconhecida no resultado	39.935	17.711	410	58.056
Contribuições pagas	(9.985)	(8.121)	(164)	(18.270)
Passivo líquido em 30 de setembro de 2022	528.384	230.175	5.293	763.852
			30/09/2022	31/12/2021
Passivo circulante			28.454	26.917
Passivo não circulante			735.398	697.149

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig e suas controladas, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$468.710 no período de janeiro a setembro de 2022 (R\$324.905 no mesmo período de 2021), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R\$33.847 no período de janeiro a setembro de 2022 (R\$50.272 no mesmo período de 2021).

Seguro de vida

A Companhia disponibilizava, até o término da vigência do acordo coletivo findo em outubro de 2021, a cobertura de 50% da apólice de seguro de vida, com determinadas características específicas, para os aposentados.

Entretanto, em função das alterações realizadas no Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2023, para oferta e custeio de seguro de vida para os empregados e ex-empregados, o referido benefício pós-emprego foi extinto e, desta forma, a Companhia realizou, no quarto trimestre de 2021, a baixa do saldo da obrigação, remensurado pelas premissas atuariais revisadas, em contrapartida ao resultado e Patrimônio Líquido, nos montantes de R\$415.438 e R\$59.495.

Em fevereiro de 2022, a Associação dos Eletricitários Aposentados e Pensionistas da Cemig e Subsidiárias ("AEA/MG") pleiteou tutela de urgência para que a Companhia cumprisse e mantivesse integralmente os mesmos termos relativos ao custeio do prêmio do seguro de vida que vinha sendo praticado. Entretanto, o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região indeferiu tal pedido de urgência, fundamentado no entendimento de que se trata de

discussão envolvendo validade de norma coletiva. Em vista disso, os assessores jurídicos da Companhia avaliaram a probabilidade de perda dessa ação judicial como remota.

Dívida pactuada com o fundo de pensão - Forluz

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão no montante de R\$289.155 (R\$384.513 em 31 de dezembro de 2021). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Equacionamento do déficit do Plano A da Forluz

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 30 de setembro de 2022, o montante total a ser pago pela Cemig em decorrência dos déficits é de R\$551.157 (R\$538.934 em 31 de dezembro de 2021, referente aos déficits de 2015, 2016 e 2017). As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, no montante de R\$366.731, e até 2033 para o déficit de 2017, no montante de R\$184.426. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Depósitos em consignação à Forluz

Equacionamento do déficit 2019

Em dezembro de 2020, em conformidade com a legislação específica, a Forluz encaminhou à Cemig proposta de celebração de um novo Instrumento Particular de Assunção de Dívida entre a Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A da Forluz verificado em 2019. O montante total a ser pago pela Cemig e suas controladas em decorrência do déficit apurado no Plano A, sem considerar a paridade contributiva, é de R\$160.425, através de 166 parcelas mensais, incidindo juros remuneratórios sobre o saldo devedor de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia e suas controladas ficariam dispensadas do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato seria extinto.

A Companhia, reconhecendo a obrigação legal quanto ao déficit do Plano A, correspondente a 50% do valor mínimo, respeitando a regra de paridade contributiva, realizou os pagamentos em consignação, no montante de R\$14.141 (R\$6.783 em 31 de dezembro de 2021), que ficaram à disposição da Forluz para serem resgatados em conta em banco oficial. Devido à recusa do recebimento deste montante pela Forluz, a Companhia propôs, em 26 de maio de 2021, Ação de Consignação de Pagamento.

A Forluz, em decorrência da não celebração do Instrumento Particular de Assunção de Dívida para cobertura do valor mínimo proposto no plano de equacionamento do déficit atuarial do Plano A verificado em 2019, bem como da recusa dos pagamentos em consignação realizados pela Companhia, entrou, em 27 de abril de 2021, com ação judicial contra as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, requerendo que seja julgado procedente o pedido para assegurar o cumprimento da contratação da dívida para a cobertura do déficit do Plano A, no montante de R\$160.425, referente ao exercício de 2019.

Em maio de 2022, a 1ª instância do Tribunal de Justiça de Minas Gerais proferiu decisão favorável à Forluz, julgando improcedentes os pedidos da Companhia. Entretanto, para essa discussão cabe continuidade em instâncias superiores. Por isso, a Companhia, amparada na avaliação de seus especialistas, optou pela manutenção da contingência de perda como possível.

Equacionamento do déficit 2020

Em 31 de março de 2022, considerando a divergência mencionada no item anterior, foi iniciada consignação em pagamento do déficit de 2020 do Plano A, com o depósito da primeira parcela, limitada a 50% dos valores previstos no Plano proposto pela Forluz, com respeito à norma constitucional da paridade contributiva, sendo este recursado pela entidade de Previdência, exercendo possibilidade processual cabível, em 18 de abril de 2022. O montante depositado pela Companhia foi de R\$7.239 em 30 de setembro de 2022, que ficará mantido em banco oficial à disposição da Forluz em conta consignada.

O montante total a ser pago pela Companhia em decorrência do déficit apurado no Plano A, sem considerar a paridade contributiva, é de R\$251.644, por meio de 158 parcelas mensais, incidindo juros remuneratórios sobre o saldo devedor de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficaria dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato seria extinto.

24. PROVISÕES

	Consolidado				
	31/12/2021	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2022
Provisões para contingências					
Trabalhistas	403.934	68.592	(25.062)	(57.369)	390.095
Cíveis					
Relações de consumo	32.235	31.429	-	(24.291)	39.373
Outras ações cíveis	38.548	11.136	(462)	(9.352)	39.870
	70.783	42.565	(462)	(33.643)	79.243
Tributárias	1.295.661	284.847	(150.144)	(2.621)	1.427.743
Regulatórias	47.842	7.547	(4.864)	(4.640)	45.885
Outras	70.752	17.303	(6.076)	(12.854)	69.125
Total	1.888.972	420.854	(186.608)	(111.127)	2.012.091

	Controladora				
	31/12/2021	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2022
Trabalhistas	43.075	4.015	(5.304)	(4.015)	37.771
Cíveis					
Relações de consumo	1.220	1.570	-	(198)	2.592
Outras ações cíveis	2.421	1.094	-	(7)	3.508
	3.641	2.664	-	(205)	6.100
Tributárias	177.722	85.172	(45.169)	(2.153)	215.572
Regulatórias	11.166	4.151	(3.038)	(4.125)	8.154
Outras	1.391	523	(179)	(421)	1.314
Total	236.995	96.525	(53.690)	(10.919)	268.911

Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O montante das contingências é de aproximadamente R\$1.543.647 (R\$1.570.680 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$390.097 foram provisionados (R\$403.934 em 31 de dezembro de 2021), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Relações de consumo

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de

R\$264.843 (R\$180.858 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$39.373 (R\$32.235 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras ações cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$567.623 (R\$460.540 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$39.869 (R\$38.548 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), ao Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é, aproximadamente, de R\$258.004 (R\$212.312 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$21.567 (R\$19.041 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Adicionalmente às questões acima, a Companhia e suas controladas são partes em diversas ações judiciais em que se discutem a não incidência do Imposto Territorial Urbano – IPTU, relativamente aos imóveis afetos à concessão do serviço público. O valor da contingência é de R\$92.497 (R\$86.847 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$3.559 foram provisionados (R\$3.432 em 31 de dezembro de 2021), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Companhia tem logrado êxito em seus esforços no sentido de suspender a exigibilidade do crédito tributário de IPTU tendo obtido decisões favoráveis em alguns casos, sendo este o principal fato que levou à redução do valor da contingência.

Contribuições Previdenciárias – Participação nos Lucros e Resultados

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Consequentemente, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável de determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível das demais parcelas, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa.

Em agosto de 2022, a Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF) do CARF em alteração a sua jurisprudência, cancelou autuações previdenciárias sobre os valores pagos de PLR. A CSRF reconheceu que não haveria desnaturação para o pagamento destes valores, desde que eles fossem pagos aos empregados após a assinatura do respectivo acordo, independentemente de a assinatura ter se dado após o início do período de aferição das metas. Fundamentada na citada decisão, a Companhia alterou o prognóstico das provisões referentes às contingências de PLR que ainda tramitam no âmbito administrativo de provável para possível, o que representou, portanto, uma baixa de R\$136.115 no provisionamento em comparação com o trimestre anterior. A Companhia continua acompanhando as ações que tramitam no âmbito do judiciário, para as quais manteve o prognóstico provável, e com isso, o respectivo provisionamento.

O montante das contingências é de aproximadamente R\$1.572.117 (R\$1.433.086 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$1.267.583 (R\$1.272.036 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Indenização do anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$177.686, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de imposto de renda e contribuição previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, dada a controvérsia e para evitar o risco de multa futura, a Companhia e suas controladas ajuizaram ações judiciais para o reconhecimento do direito de não tributar a indenização dos anuênios, segregando as discussões relativas ao Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária e efetuando o depósito judicial do valor envolvido em cada ação judicial, no valor total histórico de R\$121.834, o qual é considerado suficiente para pagamento da ação judicial. Na ação judicial relativa à incidência da Contribuição Previdenciária sobre os anuênios, foi proferida decisão judicial que impediu a análise de recurso pelo STF, restando a apreciação pelo STJ. Adicionalmente, em outubro de 2022, foi publicada decisão não reconhecendo o Agravo em Recurso Especial interposto pela Companhia, reduzindo as chances de êxito na ação. Em decorrência disso, a classificação de perda desta demanda foi alterada para provável, com provisão do valor em depósito judicial, tratada como evento subsequente modificativo para o 3º trimestre de 2022. A ação judicial relativa à incidência do Imposto de Renda sobre a indenização dos anuênios, diante sua atual fase processual, foi mantida com a probabilidade de perda possível. O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$300.273 (R\$290.198 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$133.832 (R\$129.336 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados.

Não homologação da compensação de créditos tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas declarações de informações econômico-fiscais da pessoa jurídica (DIPJ), além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins. A Companhia e suas

controladas estão contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$168.383 (R\$199.430 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$1.202 (R\$1.152 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Regulatórias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais em que são questionados, principalmente: (i) os encargos tarifários cobrados nas faturas relativas ao uso do sistema de distribuição por autoprodutor; (ii) a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e; (iii) a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$461.302 (R\$385.244 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$45.884 (R\$47.842 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de saída de recursos para liquidar estas discussões.

Outros processos no curso normal dos negócios

Quebra de Contrato – Prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros

A Companhia e suas controladas são partes em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos em razão de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. O valor provisionado foi de R\$61.192 (R\$55.193 em 31 de dezembro de 2021), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

Projeto Luz para todos

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$462.056 (R\$419.869 em 31 de dezembro de 2021) dos quais R\$892 (R\$810 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras ações

A Companhia e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas ambientais, remoção de moradores de área de risco e indenizações por rescisões contratuais, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$467.935 (R\$401.589 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$7.041 foram provisionados (R\$14.749 em 31 de dezembro de 2021), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada possível, uma vez que seus assessores legais avaliaram que há chances possíveis de obter êxito, não sendo realizada a constituição de provisão:

Perda Possível		
Consolidado	30/09/2022	31/12/2021
Trabalhistas	1.153.552	1.115.657
Cíveis		
Relações de consumo	225.470	148.623
Outras ações cíveis	527.753	421.992
	753.224	570.615
Tributárias	2.084.899	1.974.135
Regulatórias	3.044.857	2.457.013
Outras	1.371.168	1.213.396
Total	8.407.700	7.330.817

Perda Possível		
Controladora	30/09/2022	31/12/2021
Trabalhistas	110.093	89.139
Cíveis		
Relações de consumo	8.329	2.239
Outras ações cíveis	33.142	34.308
	41.471	36.548
Tributárias	593.075	415.884
Regulatórias	1.402.417	1.240.369
Outras	10.035	7.275
Total	2.157.091	1.789.215

Impostos e contribuições

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Contribuições previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia e suas controladas relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia e suas controladas apresentaram as defesas e aguardam julgamento. O valor da contingência é de aproximadamente R\$130.338 (R\$121.223 em 31 de dezembro de 2021). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e jurisprudência relativa à questão.

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre ganho de capital em operação societária

A Receita Federal do Brasil autuou a Cemig, na condição de responsável solidária de sua controlada em conjunto com a Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (Parati), relativamente ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre o ganho de capital em operação societária correspondente à compra, pela Parati, e venda, pela Enlighted, em 07 de julho de 2011, de 100% das participações na LUCE LLC (empresa com

sede em Delaware, EUA), proprietária de 75,00% das quotas do Luce Brasil Fundo de Investimento em Participações (FIP Luce), detentor indireto, por meio da Luce Empreendimentos e Participações S.A., de, aproximadamente, 13,03% do capital total e votante de emissão da Light S.A. (Light). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$251.328 (R\$239.467 em 31 de dezembro de 2021) e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia e suas controladas nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$499.909 (R\$453.924 em 31 de dezembro de 2021).

Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços – ICMS

Entre dezembro de 2019 e março de 2022, a Secretaria da Fazenda de Minas Gerais lavrou seis autos de infração contra a Gasmig, no valor total de R\$357.435, relativamente à redução da base de cálculo do ICMS na venda de gás natural aos seus consumidores no período de 01 de dezembro de 2014 a 31 de dezembro de 2016, alegando divergência entre a fórmula de cálculo utilizada pela Gasmig e o entendimento do fisco. Os autos são compostos de R\$124.478 de principal, R\$200.546 de multas e R\$32.411 de juros.

Considerando que o Estado de Minas Gerais, ao longo de mais de 25 anos, não se insurgiu contra a metodologia de cálculo da Gasmig, os administradores, em conjunto com os assessores legais, entendem que é possível a defesa da aplicação do artigo 100, III do Código Tributário Nacional, que afasta a cobrança de penalidades e juros, sendo remota a contingência de perda vinculada a estes valores. Em relação à discussão sobre a diferença do valor de ICMS apurado pela Gasmig e a nova interpretação do fisco estadual, a probabilidade de perda foi considerada possível, sendo que, em 30 de setembro de 2022, o valor estimado da contingência para o período de prescrição de cinco anos é de R\$170.733 (R\$139.938 em 31 de dezembro de 2021). Em julho de 2021, a Gasmig protocolou uma ação anulatória de débito fiscal contra o Estado de Minas Gerais e o procedimento suspendeu os autos de infração acima.

Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A Companhia impetrou Mandado de Segurança, com pedido liminar, requerendo o direito de deduzir, da base de cálculo para apuração de IRPJ e CSLL, as despesas realizadas com o pagamento dos Juros sobre Capital Próprio (“JCP”) no 4º trimestre de 2020, porém, calculados com base em períodos anteriores aos efetivos pagamentos, notadamente no 1º e 2º trimestres de 2020, bem como afastar a exigência de supostos créditos tributários de IRPJ e CSLL relativos ao montante que deixou de ser recolhido, em decorrência da dedução da referida despesa financeira, com aplicação de multas. O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$64.885 (R\$60.079 em 31 de dezembro de 2021).

Estorno de créditos na apuração de PIS/Pasep e Cofins

A Receita Federal do Brasil lavrou, em agosto de 2021, dois autos de infração referentes à apuração de PIS/Pasep e Cofins para os fatos geradores ocorridos entre agosto de 2016 e dezembro de 2017, alegando a insuficiência de pagamento dessas contribuições em razão do crédito supostamente indevido dos dispêndios com o encargo do Proinfa e a ausência de estorno dos créditos relativos às perdas não técnicas. A Companhia está contestando a autuação. O montante da contingência é de R\$174.907 (R\$161.780 em 31 de dezembro de 2021) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia em razão da escassa jurisprudência judicial sobre o tema.

Questões regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Cemig e a sua controlada Cemig D são partes em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo, inclusive, obtido decisão parcial favorável e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada em R\$1.402.607 (R\$1.269.402 em 31 de dezembro de 2021), tendo classificado a probabilidade de perda como possível em razão da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor sobre o caso, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, dispostas nas Resoluções 414 e 456 da Aneel.

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que se determinou que a Aneel atendesse ao pleito da distribuidora e procedesse, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002.

Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Cemig GT, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$478.203 (R\$436.835 em 31 de dezembro de 2021). A Cemig GT obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE, e classificou a

possibilidade de perda como possível em razão de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a controlada possui documentação hábil para suas alegações.

Ineficiência na prestação de serviços

Ação civil pública ajuizada pelo MPMG contra a Companhia em razão da suposta ineficiência da prestação de serviços de distribuição de energia elétrica para os consumidores do município de Rio Vermelho. Considerando que a contestação da Companhia foi apresentada, aguarda-se o início da instrução probatória. O valor da contingência é de R\$293.375 em 30 de setembro de 2022. A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em razão da documentação recebida, bem como a natureza da ação.

Majoração tarifária

Exclusão de consumidores inscritos como baixa renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a Aneel, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Cemig D ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a Aneel interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$455.256 (R\$413.375 em 31 de dezembro de 2021). A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Questões ambientais

Impactos ambientais decorrentes de construção de usinas

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Cemig GT, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$134.494 (R\$123.098 em 31 de dezembro de 2021).

Outros passivos contingentes

Desequilíbrio contratual

A Cemig D é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$218.884 (R\$198.144 em 31 de dezembro de 2021). A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

IDPJ Renova

Determinado fundo de investimento em direitos creditórios entrou com pedido de Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (“IDPJ”) de determinadas empresas do grupo Renova, objetivando a inclusão de alguns acionistas da Renova, dentre os quais a Companhia e a sua controlada Cemig GT, no polo passivo do cumprimento de sentença, de forma a responderem solidariamente. O montante envolvido nesta discussão foi estimado em R\$95.732 (R\$86.256 em 31 de dezembro de 2021) e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

a) Capital Social

Em 30 de setembro de 2022, o capital social da Companhia é de R\$11.006.853 (R\$8.466.810 em 31 de dezembro de 2021), representado por 735.847.624 ações ordinárias e 1.465.523.064 preferenciais (566.036.634 e 1.127.325.434 em 31 de dezembro de 2021, respectivamente), ambas com valor nominal de R\$5,00.

Aumento de Capital

Considerando que em 31 de dezembro de 2021 o saldo das reservas de lucro excederam o capital social em R\$1.522.600, a Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) aprovou, em 29 de abril de 2022, a proposta de aumento do capital social de R\$8.466.810 para R\$11.006.853, conforme art. 199 da Lei das Sociedades Anônimas de 1976 - Lei 6.404/76, mediante a capitalização de R\$2.540.043 provenientes da reserva de retenção de lucros, por meio de bonificação de ações, com emissão de 508.008.620 novas ações, ao valor nominal de R\$5,00, sendo 169.810.990 e 338.197.630 de ações ordinárias e ações preferenciais, respectivamente, conforme estatuto social.

b) Lucro por ação

Em razão do aumento de capital em 29 de abril de 2022, com a emissão de 508.008.620 novas ações, sem uma correspondente entrada de recursos na Companhia, o lucro básico e o lucro diluído por ação estão apresentados, retrospectivamente, considerando a nova quantidade de ações da Companhia.

O número de ações utilizado no cálculo do lucro básico e diluído por ação é como segue:

	Quantidade de ações	
	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021 (Reapresentado)
Ações ordinárias já capitalizadas	735.847.624	735.847.624
Ações em tesouraria	(102)	(102)
Total ações ordinárias	735.847.522	735.847.522
Ações preferenciais já capitalizadas	1.465.523.064	1.465.523.064
Ações em tesouraria	(846.062)	(846.062)
Total ações preferenciais	1.464.677.002	1.464.677.002
Total	2.200.524.524	2.200.524.524

Lucro básico e diluído por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação é como segue:

	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021 (Reapresentado)
Lucro líquido do período (A)	2.686.577	2.789.320
Total de ações (B)	2.200.524.524	2.200.524.524
Lucro básico e diluído por ação (A/B) (R\$)	1,22	1,27

A opção de venda SAAG, emitida pela Cemig GT, descritas na nota explicativa nº 30, tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocaram diluição no lucro (prejuízo) por ação nos períodos apresentados.

c) Remuneração dos acionistas

A Diretoria Executiva da Companhia deliberou pela declaração de Juros sobre capital próprio – JCP, conforme a seguir: (i) em 23 de março de 2022, no montante de R\$245.000, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 28 de março de 2022, com retenção de imposto de renda na fonte no valor de R\$23.159; (ii) em 07 de junho de 2022, no montante de R\$353.000, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 24 de junho de 2022, com retenção de imposto de renda na fonte no valor de R\$32.112; e (ii) em 20 de setembro de 2022, no montante de R\$471.529, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 23 de setembro de 2022, com retenção de imposto de renda de valor de R\$43.740. O valor de imposto de renda retido na fonte, por obrigação da legislação tributária, não é considerado quando se imputam os JCPs ao dividendo obrigatório e é calculado à alíquota de 15%, nos casos em que há incidência deste tributo, nos termos da legislação em vigor.

26. RECEITA

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	23.254.390	21.529.782	1.575.616	-
Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição – TUSD (b)	2.757.570	2.544.329	-	-
CVA e outros componentes financeiros	(1.367.693)	1.908.899	-	-
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização (1)	1.641.578	876.000	-	-
Receita de transmissão				
Receita de operação e manutenção (c)	315.900	236.337	-	-
Receita de construção de transmissão (c)	269.760	137.828	-	-
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão (d) (nota 14)	446.808	462.422	-	-
Receita de indenização da geração	24.783	-	-	-
Receita de construção de distribuição	2.199.838	1.236.369	-	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	28.401	37.959	-	-
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga	352.585	368.842	-	-
Liquidação na CCEE	133.109	533.590	48.020	193.671
Transações no mecanismo de venda de excedentes - MVE	331.312	226.249	-	-
Fornecimento de gás	3.287.582	2.492.309	-	-
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(64.867)	(52.358)	-	-
Receita por antecipação de prestação de serviço	-	153.970	-	-
Créditos de PIS/Pasep e Cofins a restituir a consumidores	(829.783)	-	-	-
Outras receitas operacionais (d)	2.158.315	1.282.877	308	360
Tributos e encargos incidentes sobre a receita (e)	(10.229.982)	(9.986.014)	(227.036)	(17.971)
Receita operacional líquida	24.709.606	23.989.390	1.396.908	176.060

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	7.105.782	7.740.212	757.223	-
Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição – TUSD (b)	985.150	886.721	-	-
CVA e outros componentes financeiros	(395.653)	1.116.248	-	-
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização (1)	706.087	445.089	-	-
Receita de transmissão				
Receita de operação e manutenção (c)	105.628	72.139	-	-
Receita de construção de transmissão (c)	100.492	75.695	-	-
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão (d) (nota 14)	50.300	165.300	-	-
Receita de indenização da geração	24.783	-	-	-
Receita de construção de distribuição	1.063.302	497.932	-	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	(10.361)	17.933	-	-
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga	59.722	125.438	-	-
Liquidação na CCEE	134.890	425.502	38.972	193.671
Transações no mecanismo de venda de excedentes - MVE	125.463	226.249	-	-
Fornecimento de gás	1.218.147	948.680	-	-
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(13.668)	(7.454)	-	-
Outras receitas operacionais (d)	873.241	433.111	100	160
Tributos e encargos incidentes sobre a receita (e)	(2.909.994)	(3.644.128)	(114.235)	(17.929)
Receita operacional líquida	9.223.311	9.524.667	682.060	175.902

(1) Mais informações na nota explicativa nº 8 a.

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

	Consolidado				Controladora			
	MWh		R\$		MWh		R\$	
	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
Residencial	8.316.115	8.399.020	7.919.507	8.137.611	-	-	-	-
Industrial	13.489.932	12.122.951	4.461.989	3.869.098	1.264.121	-	290.990	-
Comércio, serviços e outros	6.708.126	6.116.435	4.738.506	3.947.505	194.317	-	55.819	-
Rural	2.318.891	3.089.080	1.572.845	1.928.039	10.055	-	2.905	-
Poder público	629.253	526.237	500.317	405.600	-	-	-	-
Iluminação pública	857.722	928.034	423.886	535.882	-	-	-	-
Serviço público	1.051.354	1.061.925	659.508	630.718	-	-	-	-
Subtotal	33.371.393	32.243.682	20.276.558	19.454.453	1.468.493	-	349.714	-
Consumo próprio	23.472	24.667	-	-	-	-	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	-	112.190	(64.922)	-	-	60.928	-
	33.394.865	32.268.349	20.388.748	19.389.531	1.468.493	-	410.642	-
Suprimento a outras concessionárias (1)	12.191.262	9.438.906	2.788.286	2.161.689	3.833.136	-	1.087.531	-
Suprimento não faturado líquido	-	-	77.356	(21.438)	-	-	77.443	-
Total	45.586.127	41.707.255	23.254.390	21.529.782	5.301.629	-	1.575.616	-

	Consolidado				Controladora			
	MWh		R\$		MWh		R\$	
	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021
Residencial	2.706.219	2.757.428	2.079.671	2.857.041	-	-	-	-
Industrial	4.733.637	4.263.189	1.548.322	1.389.273	710.630	-	169.510	-
Comércio, serviços e outros	2.124.316	2.017.714	1.339.523	1.363.317	61.385	-	16.975	-
Rural	928.222	1.169.780	541.205	764.005	3.592	-	1.040	-
Poder público	201.625	167.875	144.977	140.233	-	-	-	-
Iluminação pública	287.126	257.999	120.307	174.829	-	-	-	-
Serviço público	359.448	362.058	192.393	238.744	-	-	-	-
Subtotal	11.340.593	10.996.043	5.966.398	6.927.442	775.607	-	187.525	-
Consumo próprio	6.761	7.835	-	-	-	-	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	-	61.143	(14.988)	-	-	36.378	-
	11.347.354	11.003.878	6.027.541	6.912.454	775.607	-	223.903	-
Suprimento a outras concessionárias (1)	4.506.740	3.026.922	1.037.053	757.429	1.727.848	-	509.067	-
Suprimento não faturado líquido	-	-	41.188	70.329	-	-	24.253	-
Total	15.854.094	14.030.800	7.105.782	7.740.212	2.503.455	-	757.223	-

(1) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015.

b) Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição – TUSD

	MWh	
	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
Industrial	15.442.796	15.280.809
Comercial	1.278.924	1.104.780
Rural	30.075	31.831
Serviço Público	262	2.631
Poder público	1.896	-
Concessionárias	226.436	242.979
Total	16.980.389	16.663.030

	MWh	
	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021
Industrial	5.271.247	5.179.727
Comercial	422.502	381.813
Rural	8.961	11.484
Serviço Público	-	1.080
Poder público	620	-
Concessionárias	89.145	118.642
Total	5.792.475	5.692.746

c) Receita de concessão da transmissão

A margem das obrigações de performance dos contratos de transmissão está demonstrada abaixo:

	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021
Receita de construção e melhorias	269.760	137.828	100.492	75.695
Custo de construção e melhorias	(197.998)	(101.728)	(72.112)	(54.604)
Margem	71.762	36.100	28.380	21.091
Mark-up (%)	36,24%	35,49%	39,36%	38,63%
Receita de operação e manutenção	315.900	236.337	105.628	72.139
Custo de operação e manutenção	(196.038)	(195.661)	(58.651)	(74.756)
Margem	119.862	40.676	46.977	(2.617)
Mark-up (%)	61,14%	20,79%	80,10%	(3,50)%

d) Outras receitas operacionais

	Consolidado	
	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
Serviço taxado	14.355	12.456
Prestações de serviços	49.680	38.878
Subvenções - Baixa renda	228.388	199.097
Subvenções (1)	1.430.566	829.398
Aluguel e arrendamento (2)	406.223	143.542
Indenizações contratuais	-	26.990
Outras	29.103	32.516
Total	2.158.315	1.282.877

	Consolidado	
	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021
Serviço taxado	5.257	4.524
Prestações de serviços	18.475	11.956
Subvenções - Baixa renda	77.844	67.168
Subvenções (1)	686.064	277.445
Aluguel e arrendamento (2)	84.245	45.230
Outras	-	26.990
Outras	1.356	(202)
Total	873.241	433.111

- (1) Compreende a receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, no montante de R\$710.659 de janeiro a setembro de 2022 (R\$740.367 de janeiro a setembro de 2021) e R\$225.535 no terceiro trimestre de 2022 (R\$245.942 no terceiro trimestre de 2021), que inclui subsídios de carga fonte incentivada, rural, irrigantes noturnos, geração de fonte incentivada e serviço público; a receita de bandeiras tarifárias, no montante de R\$271.279 de janeiro a setembro de 2022 (R\$72.413 de janeiro a setembro de 2021) e R\$19.790 no terceiro trimestre de 2022 (R\$26.357 no terceiro trimestre de 2021), reconhecida em decorrência da posição credora adquirida pela Companhia na CCRBT; a reversão de R\$5.464 de janeiro a setembro de 2022 e R\$32 no terceiro trimestre de 2022, da receita reconhecida em dezembro de 2021 em decorrência dos subsídios relacionados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica e R\$432.412 no terceiro trimestre de 2022 referente aos valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução

CNPJ nº 15/2021, repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica; e a receita de subvenções vinculadas ao uso do sistema de transmissão no montante de R\$21.680 de janeiro a setembro de 2022 (R\$16.618 de janeiro a setembro de 2021) e R\$8.327 no terceiro trimestre de 2022 (R\$5.146 no terceiro trimestre de 2021).

- (2) Compreende o montante R\$186.871 relativo ao Termo de acordo de reconhecimento de dívida (TARD) firmado com grande cliente em junho de 2022, referente à utilização de infraestrutura (postes) durante o período de janeiro de 2019 a maio de 2022. Este valor e sua respectiva correção monetária no montante de R\$10.344 serão recebidos em 4 parcelas mensais e sucessivas, tendo começado em julho de 2022.

e) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
Tributos sobre a receita				
ICMS (1)	4.512.749	5.088.874	84.652	-
Cofins	2.149.659	2.029.317	116.986	14.746
PIS/Pasep	468.974	440.550	25.398	3.202
Outros	4.232	8.948	-	23
	7.135.614	7.567.689	227.036	17.971
Encargos do consumidor				
Reserva global de reversão – RGR	10.210	11.588	-	-
Programa de eficiência energética – PEE	50.036	51.821	-	-
Conta de desenvolvimento energético – CDE	3.054.939	1.992.361	-	-
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	25.605	24.012	-	-
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico – FNDCT	36.427	40.258	-	-
Pesquisa expansão sistema energético – EPE/MME	18.213	20.129	-	-
Encargos do consumidor – Proinfra	60.623	44.682	-	-
Taxa fiscalização serviços energia elétrica	24.174	27.107	-	-
Compensação financeira utilização recursos hídricos	39.338	28.727	-	-
Encargos do consumidor - bandeiras tarifárias	(251.821)	137.307	-	-
CDE sobre P&D	10.823	16.246	-	-
CDE sobre PEE	15.801	24.087	-	-
	3.094.368	2.418.325	-	-
Total	10.229.982	9.986.014	227.036	17.971

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021
Tributos sobre a receita				
ICMS (1)	872.328	1.784.706	44.714	-
Cofins	759.118	787.022	57.120	14.731
PIS/Pasep	165.545	171.469	12.401	3.198
Outros	1.635	1.271	-	-
	1.798.626	2.744.468	114.235	17.929
Encargos do consumidor				
Reserva global de reversão – RGR	2.836	3.866	-	-
Programa de eficiência energética – PEE	17.613	21.854	-	-
Conta de desenvolvimento energético – CDE	1.007.181	667.763	-	-
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	8.568	10.361	-	-
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico – FNDCT	12.187	14.748	-	-
Pesquisa expansão sistema energético – EPE/MME	6.093	7.374	-	-
Encargos do consumidor – Proinfra	20.318	14.011	-	-
Taxa fiscalização serviços energia elétrica	8.677	7.578	-	-
Compensação financeira utilização recursos hídricos	18.715	10.527	-	-
Encargos do consumidor - bandeiras tarifárias	-	130.290	-	-
CDE sobre P&D	3.618	4.387	-	-
CDE sobre PEE	5.562	6.901	-	-
	1.111.368	899.660	-	-
Total	2.909.994	3.644.128	114.235	17.929

- (1) Em 23 de junho de 2022, foi promulgada a Lei Complementar nº 194, com vigência imediata, que promoveu alterações no Código Tributário Nacional (CTN) e na Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir), classificando a energia elétrica, dentre outros bens, como essencial, vedando a fixação de alíquotas de ICMS para operações com esses bens em patamar superior ao das operações em geral e aplicando a não incidência desse tributo sobre serviços de transmissão, distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica.

27. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

A composição dos custos e despesas operacionais da Companhia e suas controladas é conforme segue:

a) Custos com energia elétrica e gás

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
Energia elétrica comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	1.229.374	1.447.247	-	-
Contratos por cotas de garantia física	677.844	616.841	-	-
Cotas das usinas de Angra I e II	267.894	183.433	-	-
Energia de curto prazo	425.611	1.163.634	8.923	-
Proinfa	454.241	286.500	-	-
Contratos bilaterais	364.800	306.411	-	-
Energia adquirida através de leilão em ambiente regulado	2.364.356	4.251.173	-	-
Energia adquirida no ambiente livre (1)	4.386.746	3.655.574	1.031.825	56.217
Geração distribuída	1.416.393	867.393	-	-
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(912.241)	(1.058.553)	(96.269)	(5.200)
	10.675.018	11.719.653	944.479	51.017
Encargos de uso da rede básica				
Encargos de transmissão - Rede básica	2.208.828	2.308.436	-	-
Encargos de distribuição	37.079	27.599	-	-
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(228.761)	(234.274)	-	-
	2.017.146	2.101.761	-	-
Gás comprado para revenda	2.038.297	1.428.052	-	-
Total	14.730.461	15.249.466	944.479	51.017

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021
Energia elétrica comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	425.463	479.619	-	-
Contratos por cotas de garantia física	241.655	215.325	-	-
Cotas das usinas de Angra I e II	89.298	61.144	-	-
Energia de curto prazo	195.796	800.388	(2.054)	-
Proinfa	151.414	95.500	-	-
Contratos bilaterais	128.054	111.317	-	-
Energia adquirida através de leilão em ambiente regulado	910.654	2.091.386	-	-
Energia adquirida no ambiente livre (1)	1.853.431	1.596.409	478.661	56.217
Geração distribuída	490.163	338.612	-	-
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(360.253)	(487.395)	(44.086)	(5.200)
	4.125.675	5.302.305	432.521	51.017
Encargos de uso da rede básica				
Encargos de transmissão - Rede básica	645.100	714.790	-	-
Encargos de distribuição	11.989	12.396	-	-
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(68.645)	(73.652)	-	-
	588.444	653.534	-	-
Gás comprado para revenda	782.453	560.010	-	-
Total	5.496.572	6.515.849	432.521	51.017

(1) A energia adquirida no ambiente livre pela Controladora decorre dos contratos transferidos pela Cemig GT, como resultado do processo de segregação parcial do negócio de comercialização de energia da Companhia.

b) Custos de construção e infraestrutura

	Consolidado	
	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
Pessoal e administradores	86.745	66.654
Materiais	1.477.941	738.425
Serviços de terceiros	747.446	473.354
Outros	85.704	59.664
Total	2.397.836	1.338.097

	Consolidado	
	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021
Pessoal e administradores	30.749	31.286
Materiais	740.131	332.135
Serviços de terceiros	328.988	175.763
Outros	35.546	13.352
Total	1.135.414	552.536

c) Outros custos e despesas operacionais

	Consolidado								Total Jan a Set/2022	Total Jan a Set/2021
	Custos de operação		PECLD		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas operacionais			
	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021		
Pessoal	713.179	715.609	-	-	270.793	196.989	-	-	983.972	912.598
Participação dos empregados e administradores no resultado	-	-	-	-	3.554	-	94.814	104.481	98.368	104.481
Obrigações pós-emprego (nota 23)	-	-	-	-	-	-	468.711	324.905	468.711	324.905
Materiais	45.752	53.406	-	-	41.699	16.662	-	10	87.451	70.078
Serviços de terceiros	876.599	916.294	-	-	305.895	125.253	-	-	1.182.494	1.041.547
Depreciação e amortização	790.206	689.261	-	-	78.393	77.303	937	-	869.536	766.564
Provisões e ajustes para perdas operacionais	191.753	51.032	-	-	-	-	83.164	39.001	274.917	90.033
Perda por redução ao valor recuperável (1)	-	-	-	-	-	-	37.182	-	37.182	-
Perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa	-	-	48.606	79.463	-	-	-	-	48.606	79.463
Reversão de perda esperada com parte relacionada - Renova	-	-	-	-	-	-	(53.860)	-	(53.860)	-
Baixa de ativo financeiro (nota 13)	-	-	-	-	-	-	171.770	-	171.770	-
Outros custos e despesas operacionais	95.854	68.803	-	-	20.568	9.919	48.629	147.624	165.051	226.346
Total	2.713.343	2.494.405	48.606	79.463	720.902	426.126	851.347	616.021	4.334.198	3.616.015

	Consolidado								Total Jul a Set/2022	Total Jul a Set/2021
	Custos de operação		PECLD		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas operacionais			
	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021		
Pessoal	237.241	194.377	-	-	72.517	67.898	-	-	309.758	262.275
Participação dos empregados e administradores no resultado	-	-	-	-	450	-	24.068	55.292	24.518	55.292
Obrigações pós-emprego (nota 23)	-	-	-	-	-	-	163.946	108.934	163.946	108.934
Materiais	19.439	15.819	-	-	14.713	8.057	-	-	34.152	23.876
Serviços de terceiros	311.143	295.182	-	-	98.233	59.290	-	-	409.376	354.472
Depreciação e amortização	270.785	257.357	-	-	25.885	29.043	937	-	297.607	286.400
Provisões e ajustes para perdas operacionais	66.305	8.527	-	-	-	-	20.123	30.295	86.428	38.822
Perda por redução ao valor recuperável (1)	-	-	-	-	-	-	37.182	-	37.182	-
Perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa (reversões)	-	-	(84.852)	37.295	-	-	-	-	(84.852)	37.295
Reversão de perda esperada com parte relacionada - Renova	-	-	-	-	-	-	(504)	-	(504)	-
Baixa de ativo financeiro (nota 13)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros custos e despesas operacionais	41.049	17.217	-	-	10.659	3.164	16.506	51.385	68.214	71.766
Total	945.962	788.479	(84.852)	37.295	222.457	167.452	262.258	245.906	1.345.825	1.239.132

- (1) Em março de 2022, a Companhia recebeu uma notificação extrajudicial da White Martins informando o deferimento de tutela cautelar quanto à alteração do índice de reajuste do preço IGP-M para o IPCA e exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins. A matéria será objeto de procedimento arbitral, conforme condições contratuais pactuadas, cuja instauração está em andamento e depende da assinatura do termo de Arbitragem. Nesse contexto, no 3º trimestre de 2022, foi constituída perda por redução ao valor recuperável, nos termos do CPC 48/IFRS 9, referente à diferença gerada pelas alterações anteriormente citadas, considerando que o recebimento do valor em questão dependerá do resultado da arbitragem e não do crédito do cliente.

Pessoal - Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP) – 2022

Em 18 de abril de 2022, a Companhia aprovou o programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2022), com período de adesão dos empregados de 02 a 20 de maio de

2022, sendo depois reaberto para adesão dos empregados no período de 30 de maio de 2022 a 03 de junho de 2022. O programa previa o pagamento das verbas rescisórias legais na modalidade de desligamento “A Pedido” e de um prêmio adicional, a título de indenização, equivalente a um percentual fixo, a depender do tempo de serviço na Cemig, sobre a sua remuneração, por cada ano de trabalho, nos termos do Programa, e, para aqueles empregados com mais de 25 anos de serviço na Cemig, o valor fixo de 12 remunerações.

O custo total para o programa correspondeu a R\$48.641, com a adesão de 297 empregados.

O programa de desligamento voluntário aprovado em maio de 2021 (PDVP 2021), teve custo total correspondente a R\$35.238, com a adesão de 324 empregados, no período de 10 a 31 de maio de 2021. O Programa, que previa o pagamento das verbas rescisórias legais na modalidade de desligamento “A Pedido”, sendo o prêmio adicional, a título de indenização, equivalente a um percentual fixo, a depender do tempo de serviço na Cemig, sobre a sua remuneração, por cada ano de trabalho, nos termos do Programa, e, para aqueles empregados com mais de 36 anos de serviço na Cemig, o valor fixo de 10,5 remunerações.

28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de aplicação financeira	315.596	162.071	41.785	46.738
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	272.349	350.401	381	-
Variações cambiais – Itaipu Binacional	17.666	-	-	-
Variações cambiais - Empréstimos, financiamentos e debêntures	173.900	-	-	-
Variação monetária	68.001	58.981	8.748	7.817
Variação monetária – CVA	149.426	28.252	-	-
Variação monetária de depósitos vinculados a litígios	56.560	15.134	10.974	2.308
PIS/Pasep e Cofins incidente sobre as receitas financeiras (1)	(84.622)	(76.972)	(47.003)	(46.153)
Rendas de antecipação de pagamento	3.061	-	-	-
Encargos de créditos com partes relacionadas	-	1.752	3.024	1.752
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS (2)	-	18.554	15.203	4.081
Outras receitas financeiras	48.332	52.660	3.570	2.329
	1.020.269	610.833	36.682	18.872
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 21)	(693.591)	(883.413)	(5.150)	(1.380)
Amortização do custo de transação	(5.298)	(18.870)	-	(55)
Variações cambiais - Empréstimos e financiamentos	-	(212.221)	-	-
Ágio na recompra de títulos de dívida (Eurobonds)	-	(491.036)	-	-
Variações cambiais – Itaipu Binacional	-	(10.461)	-	-
Variação monetária – Empréstimos, financiamentos e debêntures	(132.591)	(220.992)	-	-
Encargos e variação monetária de obrigação pós-emprego	(33.847)	(50.272)	(1.665)	(2.473)
Perdas com instrumentos financeiros - Swap	(301.940)	(577.129)	-	-
Atualização PIS/Pasep e Cofins a restituir (2)	(1.235.980)	-	-	-
Variação monetária de arrendamento	(18.809)	(18.580)	(195)	(185)
Despesas financeiras P&D e PEE	(27.702)	(5.651)	-	-
Outras despesas financeiras	(67.331)	(64.390)	(336)	(267)
	(2.517.089)	(2.553.015)	(7.346)	(4.360)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(1.496.820)	(1.942.182)	29.336	14.512

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de aplicação financeira	144.443	69.250	8.273	18.514
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	74.121	112.579	159	-
Variações cambiais - Itaipu Binacional	15.509	-	-	-
Variação monetária – Empréstimos, financiamentos e debêntures	10.247	-	-	-
Variação monetária	23.661	44.894	4.263	6.145
Variação monetária – CVA	38.210	21.325	-	-
Variação monetária de depósitos vinculados a litígios	22.767	8.190	4.244	1.725
Ganhos com instrumentos financeiros - Swap	100.087	35.636	-	-
PIS/Pasep e Cofins incidente sobre as receitas financeiras (1)	(37.052)	(27.669)	(18.055)	(13.859)
Rendas de antecipação de pagamento	1.612	-	-	-
Encargos de créditos com partes relacionadas	-	1.752	-	1.752
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS (2)	-	427	5.921	2.022
Outras receitas financeiras	18.143	12.443	687	(1.265)
	411.748	278.827	5.492	15.034
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 21)	(233.923)	(294.081)	(2.027)	(682)
Amortização do custo de transação	(2.088)	(6.264)	-	-
Variações cambiais - Empréstimos e financiamentos	(168.600)	(504.600)	-	-
Ágio na recompra de títulos de dívida (Eurobonds)	-	(491.036)	-	-
Variações cambiais – Itaipu Binacional	(30.056)	(17.752)	-	-
Variação monetária – Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	(78.413)	-	-
Encargos e variação monetária de obrigação pós-emprego	(3.574)	(16.124)	(176)	(793)
Atualização PIS/Pasep e Cofins a restituir	(48.819)	-	-	-
Variação monetária de arrendamento	(6.336)	(6.101)	(65)	(61)
Despesas financeiras P&D e PEE	(10.980)	(5.651)	-	-
Outras despesas financeiras	(16.833)	(14.295)	(290)	(22)
	(521.209)	(1.434.317)	(2.558)	(1.558)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(109.461)	(1.155.490)	2.934	13.476

- (1) As despesas com PIS/Pasep e Cofins são incidentes sobre as receitas financeiras e juros sobre o capital próprio.
- (2) A atualização dos créditos tributários referentes a PIS/Pasep e Cofins, decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo, e do passivo a restituir aos consumidores é apresentada pelo valor líquido. Com a compensação dos créditos, o passivo a restituir aos consumidores passou a superar o valor dos créditos a compensar, gerando uma despesa financeira líquida.

29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS (3)	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
Operações com energia elétrica (3)								
Madeira Energia	7.991	7.533	199.330	131.080	71.948	72.681	(1.377.961)	(1.294.797)
Aliança Geração	-	-	20.603	16.785	40.026	35.423	(169.030)	(145.932)
Baguari Energia	-	-	1.142	983	-	117	(6.436)	(6.556)
Norte Energia	2.345	2.338	38.558	35.291	19.332	19.871	(256.902)	(248.852)
Paracambi (antiga Lightger)	-	-	2.396	2.160	-	-	(25.711)	(21.474)
Hidrelétrica Pipoca	-	-	3.378	3.153	-	-	(35.259)	(27.706)
Retiro Baixo	524	570	723	622	4.483	4.637	(4.399)	(4.479)
Taesa	-	-	9.768	9.971	206	187	(102.459)	(87.504)
Consumidores e revendedores								
Governo do Estado de Minas Gerais	70.939	167.366	-	-	121.767	78.949	-	-
Prestação de serviços								
Aliança Geração (5)	529	512	-	-	4.133	3.966	-	-
Baguari Energia (5)	296	211	-	-	1.261	432	-	-
Taesa (5)	157	150	-	-	941	908	-	-
Axxiom (8)	-	-	-	62	-	-	-	-
Contas a receber - AFAC								
Governo do Estado de Minas Gerais (1)	13.366	13.366	-	-	-	1.752	-	-
Contingências								
Aliança Geração (6)	-	-	55.563	52.497	-	-	(3.066)	(8.233)
Ajuste para perdas								
Madeira Energia (4)	-	-	-	161.648	-	-	-	-
Hidrelétrica Itaipu (7)	-	-	14.280	20.767	-	-	-	-

EMPRESAS (3)	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
Juros sobre capital próprio e dividendos								
Retiro Baixo	7.202	-	-	-	-	-	-	-
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	201.910	81.027	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	2.776.915	1.707.323	-	-	113.305	32.579	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	9.859	351.162	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (9)	-	-	194.537	180.635	-	-	(213.613)	(150.397)
Contribuições para suplementação de aposentadoria - plano de contribuição definitiva (10)	-	-	-	-	-	-	(55.958)	(54.876)
Custeio administrativo (11)	-	-	-	-	-	-	(26.722)	(23.580)
Arrendamento (12)	169.904	169.993	23.640	23.765	-	-	(22.730)	(21.496)
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (9)	-	-	2.486.345	2.489.518	-	-	-	-
Arrendamento (12)	-	-	167.263	162.913	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (13)	-	-	208.086	184.129	-	-	(288.944)	(192.869)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (13)	-	-	3.469.770	3.350.392	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- Refere-se a recálculo de correção monetária de valores relativos ao AFAC devolvidos ao Estado de Minas Gerais. Esses recebíveis possuem como garantia a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência. Para mais informações, consultar a nota explicativa nº 10;
- Os relacionamentos entre a Cemig e suas investidas estão descritos na nota de investimento (nº 15);
- As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizado pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- Foi reconhecido um passivo a descoberto correspondente à participação da Companhia no Capital Social da Madeira Energia S.A. em função de sentença no âmbito de processo arbitral (para maiores detalhes consultar nota explicativa nº 15);
- Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usinas e de redes de transmissão;
- Refere-se a obrigações contratuais perante à investida Aliança Geração correspondentes a contingências que têm como fato gerador eventos ocorridos antes do fechamento da transação que resultou no aporte de ativos pela Cemig e Vale S.A. no capital desta investida. O valor total das ações alcança o montante de R\$157 milhões (R\$149 milhões em 31 de dezembro de 2021), cabendo à Cemig o valor de R\$56 milhões (R\$52 milhões em 31 de dezembro de 2021);
- Foi reconhecido um passivo correspondente à participação da Companhia no Capital Social da Hidrelétrica Itaocara em função de seu Patrimônio Líquido negativo (vide nota explicativa nº 15);
- Refere-se a contrato de prestação de serviço com desenvolvimento de software de gestão entre Cemig D e a empresa Axxiom Soluções Tecnológicas S.A., instituído no despacho da Aneel 2.657/2017;
- Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, mais juros de 6% ao ano e serão amortizados até o exercício de 2031 (vide nota explicativa nº 23);
- Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- Aluguel da sede administrativa da Companhia com vigência até agosto de 2024 (Edifício Júlio Soares, podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), reajustado anualmente pelo IPCA, tendo seus preços revisados a cada 60 meses. Em 20 de setembro de 2021, o contrato de aluguel foi reajustado em 9,68%, correspondendo ao IPCA acumulado dos últimos 12 meses. Em 27 de abril de 2021, foi firmado um aditivo do contrato junto à Forluz, em função da transferência das instalações das investidas Cemig SIM e Gasmig para o Edifício Júlio Soares com a consequente redução do custo com o aluguel para a Cemig;
- Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 23).

Dividendos a receber

Dividendos a receber	Consolidado		Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Cemig GT	-	-	685.082	799.947
Cemig D	-	-	1.106.176	916.961
Gasmig	-	-	284.137	350
Sete Lagoas	-	-	5.745	-
Light	71.206	71.206	71.206	71.206
Aliança Geração	-	224.896	-	-
Taesá	-	31.873	8	31.873
Cemig SIM	-	-	4.187	230
Outras (1)	11	7.214	11	11
	71.217	335.189	2.156.544	1.820.578

(1) As controladas que compõem os montantes apresentados em "Outras" estão divulgadas na tabela anterior nas linhas de "Juros sobre capital próprio e dividendos".

Garantias: aval e fiança de empréstimos, financiamentos e debêntures

A Cemig figura como avalista e fiadora de empréstimos, financiamentos e debêntures das seguintes partes relacionadas que não são consolidadas nas informações contábeis, por se tratarem de coligadas e controladas em conjunto:

Parte relacionada	Vínculo	Tipo	Objeto	30/06/2022	Vencimento
Norte Energia (NESA) (1)	Coligada	Fiança	Financiamento	2.622.976	2042
Norte Energia S.A (NESA)/Light (2)	Coligada	Contragarantia	Financiamento	683.615	2042
Santo Antônio Energia S.A. (3)	Controlada em conjunto	Fiança	Debêntures	507.557	2037
Santo Antônio Energia S.A.	Controlada em conjunto	Aval	Financiamento	1.204.876	2034
Norte Energia (NESA)	Coligada	Fiança	Debêntures	79.680	2030
				5.098.704	

(1) Relacionada ao financiamento da Norte Energia.

(2) Contragarantia emitida à Light, relacionada ao financiamento da Norte Energia.

(3) Garantia pela Companhia Energética de Minas Gerais, à SAESA na forma de Fiança Corporativa.

Em 30 de setembro de 2022, a Administração acredita que não são necessárias provisões a serem reconhecidas nas informações contábeis intermediárias da Companhia para cumprir com eventuais obrigações oriundas destes avais e fianças.

Garantia de compra de energia

No âmbito dos Instrumentos de Financiamentos da Santo Antônio Energia S.A., a Cemig GT concedeu garantia de comercialização de energia desta investida, correspondente a até 57,42 MW médios ao ano, a uma receita anual mínima de R\$66.114, na data base de 31 de dezembro de 2007, reajustados pela variação do IPCA, durante o período de 1º de maio de 2027 até o final da liquidação das obrigações decorrentes destes Instrumentos de Financiamento. Adicionalmente, foi garantida a comercialização da energia assegurada dessa investida, de 6,04 MW médios, para o período de 1º de janeiro de 2030 até o final da liquidação das obrigações decorrentes dos referidos Instrumentos.

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha da Cemig e suas controladas e coligadas

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica "Títulos e Valores Mobiliários" no ativo circulante e não circulante, e/ou deduzindo a rubrica de

“Debêntures” no passivo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, 98,20% em 30 de setembro de 2022 (96,25% em 31 de dezembro de 2021).

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 são demonstrados na tabela abaixo:

	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
Remuneração	21.390	20.682
Participação nos resultados	3.850	2.435
Previdência privada	1.574	1.453
Planos de saúde e odontológico	167	139
Seguro de vida	39	2
Total	27.020	24.711

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis, são como segue:

	Nível	30/09/2022		31/12/2021	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Títulos e valores mobiliários	2	419.276	419.276	1.094.473	1.094.473
Consumidores, revendedores e concessionários - Transporte de energia	2	4.687.462	4.687.462	4.481.423	4.481.423
Fundos vinculados	2	14.964	14.964	19.195	19.195
Contas a receber do Estado de Minas Gerais (AFAC)	2	13.366	13.366	13.366	13.366
Ativos financeiros da concessão - Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros	3	958.459	958.459	2.147.548	2.147.548
Reembolso de subsídios tarifários	2	96.514	96.514	291.896	291.896
Subvenção - Baixa renda	2	52.541	52.541	46.540	46.540
Depósitos vinculados a litígios	2	1.246.581	1.246.581	1.155.169	1.155.169
Bonificação pela outorga – Concessões de geração	3	2.917.635	2.917.635	2.792.201	2.792.201
		10.406.798	10.406.798	12.041.811	12.041.811
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras	2	1.958.921	1.958.921	708.252	708.252
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários	2	1.051.739	1.051.739	100.554	100.554
Letras Financeiras – Bancos	2	1.251.227	1.251.227	704.364	704.364
Letras Financeiras do Tesouro	1	191.466	191.466	178.427	178.427
		4.453.353	4.453.353	1.691.597	1.691.597
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	3	744.179	744.179	1.219.176	1.219.176
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição	3	1.096.904	1.096.904	718.115	718.115
Indenizações a receber – Geração	3	669.216	669.216	816.202	816.202
		6.963.652	6.963.652	4.445.090	4.445.090
		17.370.450	17.370.450	16.486.901	16.486.901
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2	(11.368.952)	(11.368.952)	(11.363.963)	(11.363.963)

	Nível	30/09/2022		31/12/2021	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	2	(289.155)	(289.155)	(384.513)	(384.513)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz	2	(549.116)	(549.116)	(538.934)	(538.934)
Concessões a pagar	3	(28.018)	(28.018)	(26.813)	(26.813)
Fornecedores	2	(2.740.736)	(2.740.736)	(2.683.343)	(2.683.343)
Arrendamentos	2	(244.715)	(244.715)	(244.023)	(244.023)
Passivos financeiros setoriais	3	-	-	(51.359)	(51.359)
		(15.220.692)	(15.220.692)	(15.292.948)	(15.292.948)
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos (Swap/NDF)	3	(91.693)	(91.693)	(6.130)	(6.130)
Opções de venda (SAAG)	3	(653.967)	(653.967)	(636.292)	(636.292)
		(745.660)	(745.660)	(642.422)	(642.422)
		(15.966.352)	(15.966.352)	(15.935.370)	(15.935.370)

(1) Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros;

As informações sobre as (i) classificações dos instrumentos financeiros e valor justo; (ii) metodologia de cálculo do valor justo das posições; e, (iii) instrumentos financeiros – derivativos, estão divulgadas na nota explicativa 31 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

b) Instrumentos financeiros – derivativos

Opções de venda SAAG

Encontra-se registrado nas informações contábeis intermediárias um passivo no valor de R\$653.967, referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício. Considerando a liquidação antecipada dos Fundos e o vencimento da opção de venda, conforme descrito a seguir, esse montante foi transferido para o passivo circulante.

Adicionalmente, no terceiro trimestre de 2022, o valor total do passivo foi ajustado para refletir o recebimento, pelo FIP Melbourne, dos valores pagos pela AGPar, referentes ao Acordo decorrente da Sentença Arbitral CCBC-86/2016. Mais informações na nota explicativa nº 15.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	636.292
Variação do valor justo	17.675
Saldo em 30 de setembro de 2022	653.967

Essa opção de venda de investimentos tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocou diluição no lucro por ação nos períodos analisados.

Operações de Swap

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos da Cemig GT é denominada em moeda estrangeira, ela se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap” e opções de moeda) para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal mais juros).

Os instrumentos financeiros derivativos contratados têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Em junho de 2022, aconteceu a liquidação semestral de juros do swap, com resultado negativo de R\$35.505 e saída de caixa nesse mesmo valor (positivo de R\$1.069.162 no primeiro semestre de 2021, com entrada líquida de caixa de R\$912.341).

Em 29 de agosto de 2022, foi realizado o desfazimento parcial dos instrumentos financeiros derivativos contratados, no volume de US\$250 milhões, apurando-se, em favor da Cemig GT, o montante de R\$225.516, com entrada líquida de caixa no montante de R\$191.689.

A Cemig GT contratou, em 29 de agosto de 2022, uma proteção de curto prazo contra oscilação do dólar para o volume de US\$280 milhões, travando o dólar em R\$5,2040. O instrumento contratado foi uma NDF (Non Deliverable Forward), contrato a termo derivativo de câmbio, sem entrega física da moeda, que garantiu à Cemig GT uma taxa predeterminada no momento do vencimento, em 16 de dezembro de 2022.

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de vencimento	Mercado de negociação	Valor principal contratado	Ganho/(Perda) realizado	
					Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ + 151,99% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$250.000	206.154	954.841
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ + 125,52% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	(16.143)	90.621
US\$ variação cambial superior a R\$5,0984	US\$ variação cambial inferior a R\$5,0984	03 de agosto de 2021	Balcão	US\$600.000	-	23.700
					190.011	1.069.162

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam um ajuste negativo, em 30 de setembro de 2022, no montante de R\$301.940 (ajuste negativo de R\$577.129 em 30 de setembro de 2021), registrado no resultado financeiro.

A Companhia é garantidora desses instrumentos derivativos contratados pela Cemig GT.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos em vigor em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Direito da Companhia (1)	Obrigação da Companhia	Período de vencimento	Mercado de negociação	Valor principal contratado (2)	Ganho/(Perda) não realizado		Ganho/(Perda) não realizado	
					Valor conforme contrato 30/09/2022	Valor justo 30/09/2022	Valor conforme contrato 31/12/2021	Valor justo 31/12/2021
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.) (1)	R\$ + 151,99% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$250.000	418.702	284.347	873.095	706.401
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.) (1)	R\$ + 125,52% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	552.725	368.139	577.565	506.645
US\$ variação cambial superior a R\$5,2040	US\$ variação cambial inferior a R\$5,2040	16 de dezembro de 2022	Balcão	US\$280.000	56.738	68.609	-	-
					1.028.165	721.095	1.450.660	1.213.046
Ativo circulante						68.609		-
Ativo não circulante						744.179		1.219.176
Passivo circulante						(91.693)		(6.130)

- (1) Para a emissão original de US\$1 bilhão em Eurobonds, realizada em dezembro de 2017, foi contratada uma combinação de Call Spread do principal, com piso em R\$3,25/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e swap da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 150,49% do CDI. Para a emissão adicional de US\$500 milhões em Eurobonds, realizada em julho de 2018, foi contratada uma combinação de Call Spread do principal, com piso em R\$3,85/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e swap da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 125,52% do CDI. Esses instrumentos financeiros derivativos possuem teto de proteção de R\$ 5,00/dólar para o principal dos Eurobonds, que possui vencimento em dezembro de 2024. Caso a relação USD/BRL permaneça em dezembro de 2024, acima de R\$5,00, a Companhia desembolsará, naquela data, a diferença entre o valor teto da proteção e dólar spot verificado. A Companhia está monitorando os possíveis riscos e impactos associados a valorização do dólar acima do patamar de R\$ 5,00 e avalia diversas estratégias para mitigação do risco cambial até o vencimento da operação. O instrumento derivativo protege integralmente o pagamento dos juros semestrais, independente da relação USD/BRL.
- (2) Em milhares de dólares americanos (US\$).

A Cemig GT utiliza uma metodologia de marcação a mercado para mensuração do instrumento financeiro derivativo de proteção dos Eurobonds, em conformidade com as práticas de mercado. Os principais indicadores para mensurar o valor justo do Swap são as curvas de mercado de taxas DI e o dólar futuro negociados no mercado futuro da B3. Para precificar a *Call Spread* (opções) é utilizado o modelo Black & Scholes, que tem como parâmetro, dentre outros, a volatilidade do dólar, mensurada com base no seu histórico de 2 anos.

O valor justo apurado em 30 de setembro de 2022 foi de R\$721.095 (R\$1.213.046 em 31 de dezembro de 2021), que seria uma referência caso a Cemig GT efetuasse a liquidação dos derivativos em 30 de setembro de 2022, porém os contratos de swap protegem o fluxo de caixa da empresa até o vencimento dos *bonds* em 2024 e representam o saldo contratual (*accrual*) de R\$1.028.165 em 30 de setembro de 2022 (R\$1.450.660 em 31 de dezembro de 2021).

A Cemig GT está exposta ao risco de mercado em função da contratação desse instrumento derivativo, sendo o seu resultado impactado pela alteração da taxa de juros e/ou da taxa de câmbio futuros. Com base nas curvas de juros e dólar futuro, a Cemig GT estima que em um cenário provável o seu resultado, em 30 de setembro de 2023, seria afetado, positivamente, pelos instrumentos derivativos (*swap* e *call spread*), ao fim do período contábil, em R\$101.304. O valor justo do instrumento financeiro foi estimado em R\$822.399, sendo um valor positivo de R\$849.865 referente à opção (*call spread*) e negativo de R\$27.466 referentes ao *swap*.

A Cemig GT mensurou os efeitos em seu resultado da redução do valor justo estimado partindo do cenário provável, sensibilizando a variação das taxas futuras de juros e dólar, bem como da volatilidade, em 25% e 50%, conforme demonstrado a seguir:

Controladora e consolidado	Cenário base 30/09/2022	Cenário provável 30/09/2023	Cenário possível depreciação cambial e apreciação de juros 25%	Cenário remoto depreciação cambial e apreciação de juros 50%
Swap ponta ativa	3.033.599	2.982.260	2.759.729	2.546.216
Swap ponta passiva	(3.100.113)	(3.009.726)	(3.072.249)	(3.133.325)
Opção/Call Spread	719.000	849.865	817.907	782.253
NDF	68.609	-	-	-
Instrumento derivativo de hedge	721.095	822.399	505.387	195.144

O valor justo foi estimado aplicando-se os mesmos métodos de mensuração utilizados na marcação a mercado do instrumento derivativo descrito acima.

c) Gestão de riscos

Risco de taxas de câmbio

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos, financiamentos, fornecedores (energia elétrica comprada de Itaipu) e fluxo de caixa. Para o montante da dívida em moeda estrangeira da Cemig GT, foram contratados instrumentos financeiros derivativos, na modalidade de operações de *swap* cambial para proteção dos pagamentos de juros e na modalidade de *call spread* para proteção do principal, de acordo com a política de hedge da Companhia. A exposição da Cemig GT aos riscos de mercado associados à contratação desse instrumento foi descrita no tópico “Operações de Swap” desta nota explicativa. Para a Cemig D, esse risco é mitigado através da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	30/09/2022		31/12/2021	
	Moeda estrangeira	R\$	Moeda estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 21)	(1.034.763)	(5.594.550)	(1.007.557)	(5.622.673)
Fornecedores (Itaipu Binacional)	(51.895)	(280.573)	(59.335)	(331.118)
	(1.086.658)	(5.875.123)	(1.066.892)	(5.953.791)
Passivo líquido exposto		(5.875.123)		(5.953.791)

Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em informações disponibilizadas por seus consultores financeiros, estima que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 30 de setembro de 2023 será uma desvalorização de 7,89% para o dólar norte-americano (R\$4,98). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos da variação cambial esperada do Real, considerando um aumento de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições cambiais	Valor contábil	Cenário provável Dólar R\$4,98	Cenário possível Dólar R\$6,23	Cenário Remoto Dólar R\$7,47
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 21)	(5.594.550)	(5.153.120)	(6.446.574)	(7.729.680)
Fornecedores (Itaipu Binacional) (nota 19)	(280.573)	(258.435)	(323.303)	(387.652)
	(5.875.123)	(5.411.555)	(6.769.877)	(8.117.332)
Passivo líquido exposto	(5.875.123)	(5.411.555)	(6.769.877)	(8.117.332)
Efeito líquido da variação cambial		463.568	(894.754)	(2.242.209)

Ressalta-se que a Companhia contratou operação o de swap para substituição da exposição ao dólar norte-americano pela variação do CDI, conforme descrito em mais detalhes no tópico “Operações de Swap” desta nota explicativa.

Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de redução das taxas de juros nacionais em 30 de setembro de 2022. Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras da Companhia e aos ativos financeiros relativos a CVA e outros componentes financeiros e pelas despesas financeiras atreladas aos empréstimos, financiamentos e debêntures em moeda nacional, bem como passivos financeiros setoriais.

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes financeiros, os quais definem as taxas de juros levando-se em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas.

A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

O ativo líquido indexado à variação das taxas de juros é demonstrado a seguir:

Exposição às taxas de juros nacionais	Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Ativos		
Equivalentes de caixa (nota 5) - CDI	1.958.921	708.252
Títulos e valores mobiliários (nota 6) - CDI/Selic	2.913.708	2.077.818
Fundos vinculados - CDI	-	19.195
CVA e outros componentes financeiros – Selic (nota 13)	958.459	2.147.548
	5.831.088	4.952.813
Passivos		
Empréstimos, financiamentos e debêntures – CDI (nota 21)	(1.549.154)	(1.457.989)
Empréstimos, financiamentos e debêntures – TJLP (nota 21)	(4.476)	(20.625)
Passivos financeiros setoriais (nota 13)	-	(51.359)
	(1.553.630)	(1.529.973)
Passivo líquido exposto	4.277.458	3.422.840

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevantes, a Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, a taxa Selic será de 13,00% e a taxa TJLP será de 6,96% em 30 de setembro de 2023. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de

sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma queda nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, conforme tabela abaixo. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

Risco - Alta nas taxas de juros nacionais	30/09/2022	30/09/2023		
	Valor contábil	Cenário provável Selic 13% TJLP 6,96%	Cenário possível Selic 9,75% TJLP 5,22%	Cenário remoto Selic 6,5% TJLP 3,48%
Ativos				
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras (nota 5)	1.958.921	2.213.581	2.149.916	2.086.251
Títulos e valores mobiliários (nota 6)	2.913.708	3.292.490	3.197.795	3.103.099
Fundos vinculados	-	-	-	-
CVA e outros componentes financeiros – Selic (nota 13)	958.459	1.083.059	1.051.909	1.020.759
	5.831.088	6.589.130	6.399.620	6.210.109
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures – CDI (nota 21)	(1.549.154)	(1.750.544)	(1.700.197)	(1.649.849)
Empréstimos, financiamentos e debêntures – TJLP (nota 21)	(4.476)	(4.788)	(4.710)	(4.632)
	(1.553.630)	(1.755.332)	(1.704.907)	(1.654.481)
Ativo exposto líquido	4.277.458	4.833.798	4.694.713	4.555.628
Efeito líquido da variação das taxas de juros		556.340	417.255	278.170

Risco de inflação

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de inflação em 30 de setembro de 2022, sendo parte de seus empréstimos e financiamentos e seus passivos de pós-emprego atrelados ao IPCA. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas vinculadas aos contratos também estão indexados à variação da inflação por meio dos índices IPCA ou IGP-M, contrabalanceando parte da exposição ao risco da Companhia.

O passivo líquido exposto é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à inflação	30/09/2022	31/12/2021
Ativos		
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição – IPCA (1)	1.096.904	718.115
Bonificação de outorga – IPCA (nota 13)	2.917.635	2.792.201
	4.014.539	3.510.316
Passivos		
Empréstimos, financiamentos e debêntures – IPCA e IGP-DI (nota 21)	(4.284.224)	(4.321.906)
Dívida pactuada com fundo de pensão - Forluz (nota 23)	(289.155)	(384.513)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz (nota 23)	(549.116)	(538.934)
	(5.122.495)	(5.245.353)
Passivo líquido	(1.107.956)	(1.735.037)

(1) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 4º ciclo de revisão tarifária.

Análise de sensibilidade

Em função de ter mais passivos que ativos indexados à variação dos indicadores de inflação, a Companhia está exposta a uma elevação destes indicadores. Assim, a partir da estimativa de que, em um cenário provável, a taxa IPCA será de 5,37% e a taxa de IGPM será de 1,13% em 30 de setembro de 2023, a Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, conforme abaixo:

Consolidado	30/09/2022	30/09/2023		
	Valor contábil	Cenário provável IPCA 5,37% IGPM 1,13%	Cenário possível (25%) IPCA 6,71% IGPM 1,41%	Cenário remoto (50%) IPCA 8,06% IGPM 1,7%
Ativos				
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição – IPCA (1)	1.059.552	1.116.450	1.130.648	1.144.952
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição de Gás – IGPM	37.352	37.774	37.879	37.987
Bonificação de outorga – IPCA (nota 13)	2.917.635	3.074.312	3.113.408	3.152.796
	4.014.539	4.228.536	4.281.935	4.335.735
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures- IPCA e IGP-DI (nota 21)	(4.284.224)	(4.514.287)	(4.571.695)	(4.629.532)
Dívida pactuada com fundo de pensão - Forluz (nota 23)	(289.155)	(304.683)	(308.557)	(312.461)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz (nota 23)	(549.116)	(578.604)	(585.962)	(593.375)
	(5.122.495)	(5.397.574)	(5.466.214)	(5.535.368)
Passivo líquido	(1.107.956)	(1.169.038)	(1.184.279)	(1.199.633)
Efeito líquido da variação da inflação		(61.082)	(76.323)	(91.677)

(1) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 4º ciclo de revisão tarifária.

Risco de liquidez

As informações sobre como a Companhia administra o risco de liquidez estão divulgadas na nota explicativa 31 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia e de suas controladas, com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	58.562	482.146	1.310.192	10.634.304	566.682	13.051.886
Concessões a pagar	348	687	3.075	13.618	15.044	32.772
Dívida pactuada c/fundo de pensão Forluz (nota 23)	14.533	29.321	135.807	140.654	-	320.315
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) (nota 23)	6.422	12.944	60.073	353.107	442.358	874.904
	79.865	525.098	1.509.147	11.141.683	1.024.084	14.279.877
- Pré-fixadas						
Fornecedores	2.353.121	240.427	147.188	-	-	2.740.736
Total	2.432.986	765.525	1.656.335	11.141.683	1.024.084	17.020.613

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	61.773	-	-	61.773
Dívida pactuada c/fundo de pensão (Forluz) (nota 23)	715	1.443	6.682	6.920	-	15.760
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) (nota 23)	316	637	2.956	17.373	21.763	43.045
	1.031	2.080	71.411	24.293	21.763	120.578
- Pré-fixadas						
Fornecedores	801	623	131.625	-	-	133.049
Total	1.832	2.703	203.036	24.293	21.763	253.627

Risco de antecipação do vencimento de dívidas

As controladas da Companhia possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (“covenants”), normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índice financeiro. O não atendimento destas cláusulas pode implicar na aceleração do vencimento da dívida.

A Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de suas obrigações restritivas atreladas a índices financeiros com exigibilidade de cumprimento semestral e anual. Mais detalhes na nota explicativa nº 22.

Administração de capital

As comparações do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido são apresentadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Total do passivo	33.434.834	32.584.043	3.402.705	3.163.043
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.990.712)	(825.208)	(172.595)	(26.692)
Fundos vinculados	-	(19.195)	-	(7)
Passivo líquido	31.444.122	31.739.640	3.230.110	3.136.344
Total do patrimônio líquido	21.079.207	19.461.765	21.073.852	19.456.411
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	1,49	1,63	0,15	0,16

Risco de crédito e outros riscos operacionais

Salvo mudança no critério de estimativa das perdas esperadas, descrito na nota explicativa nº 7, as informações sobre como a Companhia administra: (i) o risco de crédito; (ii) o risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica; (iii) o risco de continuidade da concessão; e (iv) o risco hidrológico estão divulgadas na nota explicativa 31 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

31. SEGMENTOS OPERACIONAIS

As informações detalhadas sobre os segmentos operacionais estão divulgadas na nota explicativa nº 5 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 30 DE SETEMBRO DE 2022									
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA				Participações / Holding	TOTAL	Transações inter segmentos (1)	Conciliação (2) (3)	TOTAL
	Geração	Transmissão	Comercialização	Distribuição					
RECEITA LÍQUIDA	2.003.330	867.175	5.791.864	14.845.793	2.678.267	26.186.429	(1.113.667)	(363.156)	24.709.606
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	(232.402)	(204)	(5.111.065)	(8.781.608)	(2.038.297)	(16.163.576)	1.113.667	319.448	(14.730.461)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (3)									
Pessoal	(114.944)	(95.262)	(18.178)	(665.276)	(90.312)	(983.972)	-	-	(983.972)
Participação dos empregados e administradores no resultado	(12.450)	(11.735)	(2.214)	(61.916)	(10.053)	(98.368)	-	-	(98.368)
Obrigações pós-emprego	(49.043)	(31.372)	(7.178)	(315.016)	(66.102)	(468.711)	-	-	(468.711)
Materiais, serviços de terceiros e outras despesas	(320.502)	(56.228)	(9.464)	(1.202.538)	(61.925)	(1.650.657)	-	43.891	(1.606.766)
Depreciação e amortização	(246.456)	180	(10)	(542.503)	(80.564)	(869.353)	-	(183)	(869.536)
Provisões e ajustes para perdas operacionais	(7.136)	(963)	(40.634)	(225.980)	(32.132)	(306.845)	-	-	(306.845)
Custos de construção da infraestrutura	-	(197.998)	-	(2.162.794)	(37.044)	(2.397.836)	-	-	(2.397.836)
Total do custo de operação	(750.531)	(393.378)	(77.678)	(5.176.023)	(378.132)	(6.775.742)	-	43.708	(6.732.034)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(982.933)	(393.582)	(5.188.743)	(13.957.631)	(2.416.429)	(22.939.318)	1.113.667	363.156	(21.462.495)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.625)	2.629	15	-	767.421	768.440	-	-	768.440
Ganho na alienação de participação societária	-	-	-	-	6.644	6.644	-	-	6.644
Resultado da combinação de negócios	-	-	-	-	8.641	8.641	-	-	8.641
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	1.018.772	476.222	603.136	888.162	1.044.544	4.030.836	-	-	4.030.836
Resultado financeiro	(124.589)	(79.619)	21.199	(1.126.692)	(187.119)	(1.496.820)	-	-	(1.496.820)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	894.183	396.603	624.335	(238.530)	857.425	2.534.016	-	-	2.534.016
Imposto de renda e contribuição social	(265.339)	(122.831)	(191.370)	221.107	512.217	153.784	-	-	153.784
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	628.844	273.772	432.965	(17.423)	1.369.642	2.687.800	-	-	2.687.800
Participação dos acionistas controladores	628.844	273.772	432.965	(17.423)	1.368.419	2.686.577	-	-	2.686.577
Participação dos acionistas não-controladores	-	-	-	-	1.223	1.223	-	-	1.223

- (1) As transações intersegmentos são integralmente realizadas entre os segmentos de geração e comercialização.
- (2) A conciliação entre os valores dos segmentos divulgáveis e as informações contábeis sobre receitas e custos representam as operações entre as empresas consolidadas (eliminações).
- (3) As informações dos custos e despesas operacionais por natureza são segregadas de acordo com o modelo interno de negócios, que apresenta diferenças imateriais em relação às informações contábeis.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 30 DE SETEMBRO DE 2021									
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA				Participações / Holding	TOTAL	Transações inter segmentos (1)	Conciliação (2) (3)	TOTAL
	Geração	Transmissão	Comercialização	Distribuição					
RECEITA LÍQUIDA	2.137.635	716.026	4.836.650	15.754.015	2.044.670	25.488.996	(1.183.134)	(316.472)	23.989.390
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	(571.507)	(213)	(4.296.855)	(10.409.492)	(1.428.052)	(16.706.119)	1.183.134	273.519	(15.249.466)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (3)									
Pessoal	(112.864)	(81.723)	(15.068)	(624.359)	(78.584)	(912.598)	-	-	(912.598)
Participação dos empregados e administradores no resultado	(12.044)	(10.791)	(2.021)	(74.167)	(5.458)	(104.481)	-	-	(104.481)
Obrigações pós-emprego	(30.174)	(27.311)	(5.044)	(219.207)	(43.169)	(324.905)	-	-	(324.905)
Materiais, serviços de terceiros e outras despesas (receitas)	(146.308)	(65.208)	(9.146)	(1.086.463)	(76.881)	(1.384.006)	-	42.953	(1.341.053)
Depreciação e amortização	(179.035)	(2.578)	(389)	(500.923)	(80.557)	(763.482)	-	-	(763.482)
Provisões e ajustes para perdas operacionais	(12.643)	(8.050)	(14.108)	(75.844)	(58.851)	(169.496)	-	-	(169.496)
Custos de construção da infraestrutura	-	(101.728)	-	(1.205.933)	(30.436)	(1.338.097)	-	-	(1.338.097)
Total do custo de operação	(493.068)	(297.389)	(45.776)	(3.786.896)	(373.936)	(4.997.065)	-	42.953	(4.954.112)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.064.575)	(297.602)	(4.342.631)	(14.196.388)	(1.801.988)	(21.703.184)	1.183.134	316.472	(20.203.578)
Revisão Tarifária Periódica, líquida	-	217.063	-	-	-	217.063	-	-	217.063
Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20, líquido	1.031.809	-	-	-	-	1.031.809	-	-	1.031.809
Ganho na alienação de ativo mantido para venda, líquido	-	-	-	-	108.550	108.550	-	-	108.550
Resultado de equivalência patrimonial	31.095	-	-	-	407.703	438.798	-	-	438.798
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E IMPOSTOS	2.135.964	635.487	494.019	1.557.627	758.935	5.582.032	-	-	5.582.032
Resultado financeiro	(681.225)	(350.485)	12.655	13.064	(936.191)	(1.942.182)	-	-	(1.942.182)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	1.454.739	285.002	506.674	1.570.691	(177.256)	3.639.850	-	-	3.639.850
Imposto de renda e contribuição social	(384.302)	(74.339)	(136.079)	(430.925)	176.262	(849.383)	-	-	(849.383)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.070.437	210.663	370.595	1.139.766	(994)	2.790.467	-	-	2.790.467
Participação dos acionistas controladores	1.070.437	210.663	370.595	1.139.766	(2.141)	2.789.320	-	-	2.789.320
Participação dos acionistas não-controladores	-	-	-	-	1.147	1.147	-	-	1.147

- (1) As transações intersegmentos são integralmente realizadas entre os segmentos de geração e comercialização, conforme explicado acima.
(2) A conciliação entre os valores dos segmentos divulgáveis e as informações contábeis sobre receitas e custos representam as operações intra-segmentos entre as empresas consolidadas (eliminações).
(3) As informações dos custos e despesas operacionais por natureza são segregadas de acordo com o modelo interno de negócios, que apresenta diferenças imateriais em relação às informações contábeis.

As informações referentes aos ativos por segmentos não são apresentadas, pois não compõem o conjunto de informações disponibilizadas aos Administradores da Companhia.

32. ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

Processo de alienação de participação da Cemig GT na Renova

Em 11 de novembro de 2021, a Cemig GT celebrou instrumento de Compra e Venda de Ações, Cessão Onerosa de Créditos e Outras Avenças (“instrumento”) com veículo de investimento da Angra Partners, o AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, administrado e gerido pela Mantig Investimentos Ltda para alienação da totalidade de sua participação detida no capital social da Renova Energia S.A. – Em Recuperação Judicial (“Renova”) e para a cessão onerosa da totalidade dos créditos

detidos pela Companhia em face da Renova Comercializadora de Energia S.A. – Em Recuperação Judicial, pelo valor total de R\$60 milhões e o direito ao recebimento de earn-out pela Cemig GT, condicionada a eventos futuros.

De acordo com o Instrumento, a conclusão da transação estava sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes usuais em transações similares, incluindo a aprovação prévia dos órgãos reguladores competentes, dos credores detentores de garantias reais listados no Plano de Recuperação Judicial da Renova e de contrapartes em determinados contratos comerciais.

O investimento na Renova, que apresentava valor nulo desde 31 de dezembro de 2018, quando este foi reduzido a zero em virtude da apresentação de patrimônio líquido negativo, foi classificado como ativo mantido para venda, nos termos do CPC 31 / IFRS 5 – *Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada*, no quarto trimestre de 2021, diante da alta probabilidade de conclusão do seu plano de venda, especialmente após a aprovação do órgão de governança competente, que precedeu à assinatura do instrumento.

Conclusão da transação de venda

Em 05 de maio de 2022, a Cemig GT concluiu a alienação da totalidade de sua participação societária detida no capital social da Renova, bem como a cessão onerosa da totalidade de seus créditos detidos em face desta investida, pelo valor total de R\$ 60.000, com direito ao recebimento de earn-out pela Cemig GT, condicionado a eventos futuros, nos termos do contrato firmado em 11 de novembro de 2021 com o AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

Como resultado da conclusão da transação, a Companhia reconheceu os seguintes efeitos contábeis, em maio de 2022:

Consolidado	
Quantidade de ações detidas pela Cemig	15.115.372
Preço de venda total	6.644
Valor do ativo mantido para venda em 31/03/2022	-
Ganho de capital contábil	6.644
IRPJ e CSLL (alíquota nominal) (1)	(2.259)
Ganho de capital líquido de tributos e custos com venda:	4.385
Valor recebido pela cessão onerosa dos créditos detidos pela Cemig GT	53.356
Valor contábil dos créditos	-
Ganho apurado com a cessão dos créditos - Outras receitas	53.356
IRPJ e CSLL (alíquota nominal) (1)	(18.141)
Ganho com a cessão dos créditos líquidos de tributos	35.215
Despesas com venda estimadas (2)	(3.959)
Total a ser recebido, líquido das despesas estimadas	35.641

(1) A realização da dedutibilidade do valor total dos créditos, que estavam totalmente provisionados na contabilidade, e a dedutibilidade do ágio pago na aquisição do investimento geraram um prejuízo fiscal de R\$504.351, reduzindo a despesa de IRPJ e CSLL em R\$315.318.

(2) Despesas estimadas com base nos serviços de assessoria jurídica contratada.

33. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes operações que não envolveram caixa, e, por conseguinte, não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

- encargos financeiros capitalizados no montante de R\$33.980 no período de janeiro a setembro de 2022 (R\$5.701 no mesmo período de 2021);
- Adições nos arrendamentos no montante de R\$32.033 no período de janeiro a setembro de 2022 (R\$10.734 no mesmo período de 2021).

34. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI

Em 17 de junho de 2021, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais instaurou Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para apurar atos de gestão da Cemig, desde janeiro de 2019. A CPI teve poderes para investigar os fatos que fundamentaram o requerimento de sua instauração, sendo que por meio de requerimentos, a CPI solicitou diversas informações e documentos relacionados principalmente a gestão de pessoas e processos de compras, que foram integralmente atendidos pela Companhia em conformidade aos prazos estipulados.

Em 18 de fevereiro de 2022, foi aprovado o relatório final dos trabalhos da CPI, encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais e demais órgãos de controle para avaliação dos encaminhamentos que serão adotados. Até o momento não houve qualquer definição de medidas que poderão ser adotadas pelo MPMG em virtude dos resultados apontados pela CPI.

Ressalta-se, no que tange aos processos de contratação, que a Companhia realiza auditorias regulares e atualmente existe apuração em curso sobre um deles, sendo que com base nos resultados identificados até o momento, não foram identificados impactos materiais nas informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2022 ou nas demonstrações financeiras de exercícios anteriores.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aumento de capital social

Em 31 de outubro de 2022, foi aprovado, por meio de Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), o aumento do capital social da Cemig GT, que passou de R\$4.123.724 para R\$5.473.724, sem alterações nas ações ordinárias nominativas. Esse aumento ocorreu mediante a capitalização de R\$1.350.000, provenientes do aporte de capital da Companhia, operacionalizado por meio de um Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (“AFAC”).

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicados de outra forma)

Resultado do trimestre

A Cemig apresentou, no terceiro trimestre de 2022, lucro de R\$1.182.353 em comparação a R\$421.477 no mesmo período de 2021, representando um crescimento de 180,53% justificado, principalmente, pelo resultado financeiro do trimestre.

A Companhia incorreu em uma menor variação cambial de empréstimos e financiamentos, bem como apresentou um aumento nos ganhos com instrumentos financeiros – SWAP. Adicionalmente, houve o reconhecimento de equivalência patrimonial no montante de R\$132.821, relacionado ao pagamento realizado pela AGPar ao FIP Melbourne associado ao acordo decorrente e processo de arbitragem com resultado favorável à Companhia (mais detalhes na nota explicativa nº 15).

O resultado financeiro do terceiro trimestre de 2021 foi impactado, principalmente, pelo reconhecimento de ágio na recompra de títulos de dívida no montante de R\$491.036, como resultado da recompra parcial dos Eurobonds – Tender Offer.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (Lajida)

O Lajida consolidado da Cemig, ajustado pela exclusão dos itens não recorrentes, aumentou 4,58%, no terceiro trimestre de 2022, em comparação ao mesmo período de 2021, enquanto a margem do Lajida ajustado passou de 15,41% para 16,64%.

No período de janeiro a setembro de 2022, o Lajida ajustado aumentou 18,67% quando comparado ao mesmo período de 2021, e a margem passou de 18,51% para 21,33% nos períodos analisados.

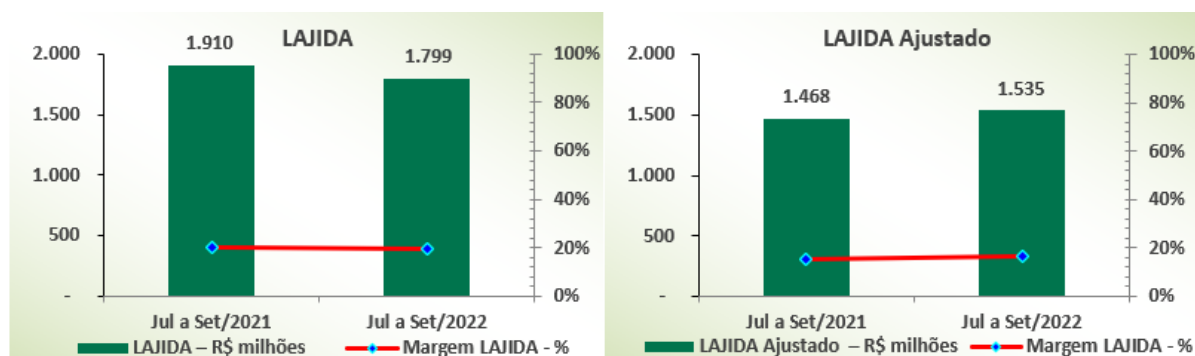
O Lajida consolidado, calculado de acordo com a Resolução CVM 156/2022, apresentou uma redução de 5,80%, no terceiro trimestre de 2022, em comparação ao mesmo período de 2021, enquanto a sua margem passou de 20,05% no terceiro trimestre de 2021 para 19,51% no mesmo período de 2022.

No período de janeiro a setembro de 2022, o Lajida consolidado reduziu 22,77% quando comparado ao mesmo período de 2021, e a margem passou de 26,45% para 19,83% nos períodos analisados.

As principais justificativas para essas variações estão descritas no decorrer deste relatório.

LAJIDA - R\$ mil	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021	Var %	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021	Var %
Resultado do período	1.182.353	421.477	180,53	2.687.800	2.790.467	(3,68)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	209.871	49.710	322,19	(153.784)	849.383	(118,11)
Resultado financeiro	109.461	1.155.490	(90,53)	1.496.820	1.942.182	(22,93)
Depreciação e amortização	297.607	283.318	5,04	869.536	763.482	13,89
Lajida conforme "Resolução CVM 156"	1.799.292	1.909.995	(5,80)	4.900.372	6.345.514	(22,77)
Efeitos não recorrentes e não caixa						
Lucro líquido atribuído a acionistas não-controladores	(485)	(426)	13,85	(1.223)	(1.147)	6,63
Resultado da RTP, líquido	-	-	-	-	(217.063)	-
Ganho na alienação de ativo mantido para venda	(504)	-	-	(60.504)	(108.550)	(44,26)
Devolução de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	-	-	-	829.783	-	-
Reversão de provisões tributárias - INSS s/ PLR	(136.114)	(11.132)	1.122,73	(136.114)	(89.493)	52,09
Provisões tributárias - Indenização do anuênio	133.831	-	-	133.831	-	-
Opção de venda - SAAG	(34.748)	-	-	(34.748)	-	-
Baixa de ativo financeiro	-	-	-	171.770	-	-
TARD relativo à infraestrutura	-	-	-	(145.493)	-	-
Reversão de provisão para perdas (nota 15)	-	-	-	(161.648)	-	-
Mudança de estimativa de perdas esperadas (3) (nota 7)	(130.569)	-	-	(130.569)	-	-
Ganhos com repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20, líquido	-	(430.668)	-	-	(1.340.269)	-
Perda por redução ao valor recuperável	37.182	-	-	37.182	-	-
Antecipação pela prestação de serviço, líquido	-	-	-	-	(148.350)	-
Resultado do Acordo entre FIP Melbourne e AGPar (nota 15)	(132.821)	-	-	(132.821)	-	-
Lajida ajustado	1.535.064	1.467.769	4,58	5.269.818	4.440.642	18,67

- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque a utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (2) A Companhia ajusta o Lajida calculado em conformidade à Resolução CVM 156/2022 excluindo os itens que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa uma vez que são extraordinárias.
- (3) O registro líquido de perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa no trimestre foi uma reversão de R\$84.852. Nesse montante está contemplado o efeito de R\$130.569 da mudança de estimativa de perdas esperadas.



Receita operacional

Fornecimento bruto de energia elétrica

	Jul a Set/2022			Jul a Set/2021			Variação %	
	MWh (2)	R\$	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) (1)	MWh (2)	R\$	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) (1)	MWh	R\$
Residencial	2.706.219	2.079.671	768,48	2.757.428	2.857.041	1.036,13	(1,86)	(27,21)
Industrial	4.733.637	1.548.322	327,09	4.263.189	1.389.273	325,88	11,04	11,45
Comércio, serviços e outros	2.124.316	1.339.523	630,57	2.017.714	1.363.317	675,67	5,28	(1,75)
Rural	928.222	541.205	583,06	1.169.780	764.005	653,12	(20,65)	(29,16)
Poder público	201.625	144.977	719,04	167.875	140.233	835,34	20,10	3,38
Iluminação pública	287.126	120.307	419,00	257.999	174.829	677,63	11,29	(31,19)
Serviço público	359.448	192.393	535,25	362.058	238.744	659,41	(0,72)	(19,41)
Subtotal	11.340.593	5.966.398	526,11	10.996.043	6.927.442	629,99	3,13	(13,87)
Consumo Próprio	6.761	-	-	7.835	-	-	(13,71)	-
Fornecimento não faturado líquido	-	61.143	-	-	(14.988)	-	-	(507,95)
	11.347.354	6.027.541	526,11	11.003.878	6.912.454	629,99	3,12	(12,80)
Suprimento a outras concessionárias (3)	4.506.740	1.037.053	230,11	3.026.922	757.429	250,23	48,89	36,92
Suprimento não faturado líquido	-	41.188	-	-	70.329	-	-	(41,44)
Total	15.854.094	7.105.782	441,93	14.030.800	7.740.212	548,02	12,99	(8,20)

(1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento/suprimento não faturado.

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$7.105.782, no terceiro trimestre de 2022, em comparação a R\$7.740.212 no mesmo período de 2021. Os principais itens que justifiquem a variação da receita com fornecimento bruto estão apresentados abaixo:

- redução de 27,21% no faturamento para a classe Residencial. O consumo médio mensal por consumidor no período de janeiro a setembro de 2022 reduziu em comparação ao mesmo período de 2021. Este comportamento de redução no consumo da classe Residencial está relacionado, principalmente, à migração de clientes para a Micro e Minigeração Distribuída;
- redução de 13,92% no preço médio faturado da classe do Poder Público somada ao aumento de 20,10% da energia faturada devido, principalmente, ao aumento no número de consumidores nesta classe, incluindo a migração de clientes das classes de Serviços Públicos e Rural, em atendimento à Resolução Normativa (REN) Aneel nº 901/2020.
- redução de 10,73% no preço médio faturado da classe Rural somada à redução de 20,65% da energia faturada devido, principalmente, à redução do número de consumidores dessa classe. Migraram para outras classes como consequência do atendimento à Resolução Normativa (REN) Aneel nº 901/2020, a qual determinou a readequação de clientes que não realizassem seu cadastramento e comprovação da atividade geradora do benefício tarifário que faziam jus;
- redução de 31,19% de energia faturada na classe de Iluminação Pública, devido, principalmente, à implantação de lâmpadas de led em diversos municípios.

Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No terceiro trimestre de 2022, essa receita correspondeu ao montante de R\$985.150, comparada a R\$886.721 no mesmo período de 2021, o que representou um aumento de 11,10%.

CVA e outros componentes financeiros

A Companhia reconhece em suas informações contábeis intermediárias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, em que se destacam a conta de desenvolvimento energético - CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Estes saldos representam os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Companhia nos próximos reajustes tarifários da Cemig D.

No terceiro trimestre de 2022, foi reconhecida uma despesa no montante de R\$395.653, em comparação ao reconhecimento de uma receita no montante de R\$1.116.248 no mesmo período de 2021. Essa variação deve-se, principalmente, à redução dos custos com energia adquirida no ambiente regulado em 2022 em comparação aos valores considerados na tarifa.

Vide mais informações na nota explicativa nº 13.

Receita de concessão de transmissão

A receita de transmissão da Cemig GT é constituída pela soma das receitas de construção, reforço, melhoria, operação e manutenção, previstas nos contratos de transmissão. Os contratos de concessão estabelecem as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existentes e licitadas, atualizadas anualmente com base principalmente na variação do índice de inflação previsto no contrato, sendo eles IPCA e IGP-M. A partir de então, todos os reforços e melhorias que são implementados por meio de autorização específica da Aneel constituem uma nova parcela de RAP.

As principais variações nas receitas estão apresentadas a seguir:

- A receita de operação e manutenção da infraestrutura foi de R\$105.628 no terceiro trimestre de 2022, comparado a R\$72.139 no mesmo período de 2021, representando um aumento de 46,42%. Este aumento está associado, principalmente, ao reajuste anual da RAP da transmissora, como efeitos da ReH nº 2.895/2021 e alterado pela ReH nº 2.959/2021;
- As receitas de construção, reforço e melhoria da infraestrutura foram de R\$100.492 no terceiro trimestre de 2022, comparados a R\$75.695 no mesmo período de 2021, representando um aumento de 32,76%, em razão, basicamente, do aumento dos investimentos em transmissão;
- Redução de 69,57% na receita de remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão, que foi de R\$50.300 no terceiro trimestre de 2022, comparado a R\$165.300 no mesmo período de 2021. Essa variação está associada, principalmente,

à variação do IPCA, que foi de -0,76% no terceiro trimestre de 2022 comparada a 3,02% no mesmo período de 2021, base para a remuneração do contrato.

Para mais informações, ver nota explicativa nº 14.

Receita de fornecimento de gás

A Companhia registrou uma receita de fornecimento de gás no montante de R\$1.218.147 no terceiro trimestre de 2022 comparada a R\$948.680 no mesmo período de 2021, demonstrando um crescimento de 28,40%.

Receita de construção

As receitas de construção e infraestrutura do segmento de distribuição foram de R\$1.063.302 no terceiro trimestre de 2022 comparadas a R\$497.932 no mesmo período de 2021. Tal aumento deve-se, basicamente, à maior execução do plano de investimentos da Companhia em relação ao período comparado, destacando-se o atendimento rural e de crescimento de mercado, medição de energia e blindagem da receita, além do segmento de subtransmissão, relativo à expansão e digitalização da alta tensão.

Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no período, em ativos da concessão.

As receitas de construção do segmento de transmissão foram tratadas no tópico “Receitas de Concessão de Transmissão”.

Outras receitas operacionais

As outras receitas da Companhia e de suas controladas foram de R\$873.241 no terceiro trimestre de 2022 em comparação a R\$433.111 no mesmo período de 2021, sendo um aumento de 101,62%. Destacam-se as receitas de subvenções que foram impactadas pelo repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE conforme Despacho Aneel nº 1.959/22. Esse impacto no resultado foi compensado integralmente pelo aumento dos encargos de CDE.

Tributos e encargos incidentes sobre a receita

Os tributos e encargos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$2.909.994 no terceiro trimestre de 2022, comparados a R\$3.644.128 no mesmo período de 2021, representando um aumento de 20,15%.

Com o advento da Lei Complementar nº 194/2022, classificando a energia elétrica, dentre outros bens, como essencial, vedando a fixação de alíquotas de ICMS para operações com esses bens em patamar superior ao das operações em geral e aplicando a não incidência desse tributo sobre serviços de transmissão, distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica, houve uma redução do ICMS incidente sobre a receita operacional da Companhia.

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da Aneel e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$1.007.181 no terceiro trimestre de 2022, comparados a R\$667.763 no mesmo período de 2021, representando um aumento de 50,83%. As receitas de subvenções foram impactadas pelo repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE conforme Despacho Aneel nº 1.959/22. Esse impacto no resultado foi compensado integralmente pelo aumento dos encargos de CDE.

Encargos do consumidor - bandeiras tarifárias

As bandeiras tarifárias são acionadas quando da baixa do nível dos reservatórios, representando maiores encargos, em função da escassez de chuvas. A bandeira vermelha é classificada em patamares 1 e 2, sendo o patamar 2 acionado quando da maior criticidade do nível dos reservatórios. O acionamento das bandeiras tarifárias gera impactos no faturamento do mês subsequente.

Não ocorreram encargos no terceiro trimestre de 2022, sendo que no mesmo período de 2021 foi registrado o montante de R\$130.290. Essa variação decorre do acionamento das bandeiras mais gravosas no período de 2021, comparado a nenhum acionamento no trimestre atual.

Demais tributos e encargos incidentes sobre a receita

Os tributos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a tributos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais foram R\$7.977.811, no terceiro trimestre de 2022, comparados a R\$8.307.517 no mesmo período de 2021, representando uma redução de 3,97%. Mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais estão disponíveis na nota explicativa nº 27.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$4.125.675 no terceiro trimestre de 2022 comparada a R\$5.302.305 no mesmo período de 2021, representando uma redução de 22,19%. Esta variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- redução de 75,54% das despesas com compra de energia de curto prazo, sendo de R\$195.796 no terceiro trimestre de 2022, em comparação a R\$800.388 no terceiro

trimestre de 2021. Essa redução deve-se, principalmente, à sobra de energia em 2022, quando comparada às posições de 2021. Adicionalmente, foi observada uma redução de 88,58% no valor médio do preço de liquidação de diferenças (PLD) do Sudeste/Centro-Oeste, apresentando valor médio de R\$66,43/MWh no terceiro trimestre de 2022 comparado a R\$581,71/MWh no terceiro trimestre de 2021, em função de uma melhor condição hidrológica;

- redução de 11,29% nas despesas com energia elétrica de Itaipu, sendo R\$425.463 no terceiro trimestre de 2022 comparadas a R\$479.619 no mesmo período de 2021, justificado, principalmente, pela redução no preço da demanda definida por resolução, em dólar, de R\$28,07/KW para R\$24,73/KW;
- redução de 56,46% na despesa com energia adquirida em leilão, sendo de R\$910.654 no terceiro trimestre de 2022 comparada a R\$2.091.386 no mesmo período de 2021. Essa redução decorre, principalmente, da redução nos despachos por disponibilidade das usinas térmicas e da redução de aquisição de energia via MCSD;
- as reduções acima foram parcialmente compensadas pelo aumento de 44,76% nas despesas com geração distribuída, sendo de R\$490.163 no terceiro trimestre de 2022, comparadas a R\$338.612 no mesmo período de 2021. Esse aumento decorre do aumento do número de instalações geradoras e do aumento na quantidade de energia injetada (757.705 MWh no terceiro trimestre de 2022, comparado a 494.016 MWh no mesmo período de 2021);
- aumento de 16,10% nos custos com energia adquirida no ambiente livre, sendo de R\$1.853.431 no terceiro trimestre de 2022, em comparação a R\$1.596.409 no mesmo período de 2021. Esse aumento está associado, principalmente, à transferência de contratos de compra de energia da Cemig GT para a Companhia no terceiro trimestre de 2021. Mais informações na nota explicativa nº 1a.

Este é um custo não gerenciável para o negócio de distribuição, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 13.

Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R\$588.444 no terceiro trimestre de 2022, comparados a R\$653.534 no mesmo período de 2021, representando uma redução de 9,96%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de resolução da Aneel.

A variação verificada se justifica, principalmente, pela redução de 98,46% nos custos com Encargo de Serviços do Sistema (CCEE-ESS), decorrente do menor despacho de usinas fora da ordem de mérito, unida a uma redução de aproximadamente 10% na tarifa de rede básica, cujo reajuste se deu em julho de 2021. Essa redução foi parcialmente compensada pelo aumento nos custos com Encargo de Energia de Reserva (CCEE-EER), devido à redução

do PLD médio no terceiro trimestre de 2022, em comparação ao mesmo período do exercício anterior, o que coloca a Companhia em posição devedora.

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Custo de construção

Os custos de construção de infraestrutura foram de R\$1.135.414 no terceiro trimestre de 2022 comparados a R\$552.536 no mesmo período de 2021, representando um aumento de 105,49%. Essa variação deve-se, principalmente, à execução de uma parcela maior do orçamento do plano de investimentos da Companhia nos segmentos de distribuição e transmissão.

São custos integralmente compensados pela receita de construção e correspondem ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Gás comprado para revenda

No período de janeiro a setembro de 2022, a Companhia registrou uma despesa com aquisição de gás no montante de R\$782.453 comparado a R\$560.010, no mesmo período de 2021, representando um acréscimo de 39,72%.

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional do terceiro trimestre de 2022 foi uma despesa no montante de R\$163.946, em comparação a R\$108.934 no mesmo período de 2021. Essa variação se deve, principalmente, ao aumento na taxa de desconto e na expectativa de inflação, os quais elevaram a projeção dos custos do pós-emprego para 2022.

Resultado de equivalência patrimonial

A Companhia apurou resultado positivo de equivalência patrimonial em investidas nos segundos trimestres de 2022 e 2021, de R\$247.544 e R\$287.319, respectivamente.

O ganho de 2021 decorre, essencialmente, da melhoria no resultado com equivalência patrimonial apurado para as investidas Aliança Geração, Amazônia Energia e Aliança Norte (acionistas da Norte Energia S.A. – “NESA”) e Santo Antônio Energia, devido ao reconhecimento dos efeitos da repactuação do risco hidrológico (GSF).

A composição dos resultados das investidas reconhecidos nessa rubrica está detalhada na nota explicativa nº 15.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro, no terceiro trimestre de 2022, foi uma despesa financeira líquida de R\$109.461 em comparação a R\$1.155.490 no mesmo período de 2021. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- variação positiva do dólar em relação ao Real no terceiro trimestre de 2022, de 3,22%, em comparação à variação positiva de 8,74% no mesmo período de 2021, gerando redução das despesas por variação cambial de empréstimos e financiamentos, sendo R\$168.600 no terceiro trimestre de 2022 e R\$504.600 no mesmo período de 2021;
- o valor justo do instrumento financeiro contratado para proteção dos riscos vinculados aos Eurobonds apresentou variação positiva no terceiro trimestre de 2022, no montante de R\$100.087, em comparação ao reconhecimento de ganho no montante de R\$35.636 no terceiro trimestre de 2021. O resultado do terceiro trimestre de 2022 é decorrente, principalmente, da apreciação do dólar frente ao real;
- reconhecimento do ágio na recompra de títulos de dívida no montante de R\$491.036, no terceiro trimestre de 2021, como resultado da recompra parcial dos *Eurobonds – Tender Offer*.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 29.

Imposto de renda e contribuição social

No terceiro trimestre de 2022, a Companhia apurou despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$209.871 em relação ao lucro de R\$1.392.224 antes dos efeitos fiscais, tendo uma alíquota efetiva de 15,07%. A Companhia apurou, no mesmo período de 2021, despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$49.710 em relação ao lucro de R\$471.187, antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 10,55%.

Estas alíquotas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 9(c).

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Conselho de Administração

Reuniões

O Conselho de Administração, até 30 de setembro de 2022, reuniu-se 15 vezes para planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Composição, eleição e mandato

O atual mandato do Conselho de Administração iniciou-se na AGO realizada em 29 de abril de 2022, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2024.

A composição do Conselho de Administração será avaliada anualmente pelo próprio Conselho de Administração, com o objetivo de implementar uma mudança gradual, visando aumentar a diversidade, podendo ser estabelecidas metas.

Principais responsabilidades e atribuições:

Além das responsabilidades e atribuições definidas em Lei e conforme Estatuto Social da Cemig cabe ao Conselho de Administração, dentre outros:

- deliberação sobre alienação de bens, empréstimos, financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos igual ou superior a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia;
- autorização da emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos;
- aprovação da Estratégia de Longo Prazo, do Plano de Negócios Plurianual e do Orçamento anual, bem como suas alterações e revisões.

Qualificação

O Conselho de Administração é integrado por 11 (onze) membros efetivos, dentre os quais um será o Presidente e outro, o Vice-Presidente. Os membros do Conselho de Administração serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, para mandato unificado de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas, observados os requisitos e vedações estabelecidos na legislação e regulamentação aplicáveis.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração e o Curriculum Vitae de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é órgão independente de caráter consultivo e permanente, com o objetivo de assessoramento do Conselho de Administração, ao qual se reportará, cabendo-lhe, ainda, exercer as demais atividades que a legislação aplicável lhe atribuir.

O Comitê de Auditoria é composto por 4 (quatro) membros, em sua maioria independentes, indicados e eleitos pelo Conselho de Administração, na primeira reunião que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária, para mandato de 3 (três) anos, não coincidentes, sendo permitida 1 (uma) reeleição.

Conforme Estatuto Social da Cemig, são atribuições do Comitê de Auditoria, dentre outras:

- supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da Companhia;
- supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das informações contábeis intermediárias;
- avaliar e monitorar, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por 7 (sete) membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de 2 (dois) anos, observados os requisitos da legislação e regulamentação aplicáveis, sendo permitida, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas.

É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Cemig, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Cemig Geração e Transmissão S.A. e na Cemig Distribuição S.A..

O mandato dos atuais diretores expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2024.

A composição da Diretoria Executiva será avaliada anualmente pelo próprio Conselho de Administração, com o objetivo de implementar uma mudança gradual, visando aumentar a diversidade, podendo ser estabelecidas metas.

A composição da Diretoria Executiva e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Os diretores têm responsabilidades individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração e Estatuto Social, como:

- gestão corrente dos negócios da Empresa, obedecidos a Estratégia de Longo Prazo, o Plano de Negócios Plurianual e o Orçamento Anual, elaborados e aprovados de acordo com este Estatuto Social;
- autorizar os projetos de investimento da Companhia, a celebração de contratos e demais negócios jurídicos, a contratação de empréstimos, financiamentos e constituição de qualquer obrigação em nome da Companhia, com base no Orçamento Anual aprovado, que, individualmente ou em conjunto, apresentem valores inferiores a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia, inclusive a realização de aportes em subsidiárias integrais, controladas e coligadas, e nos consórcios de que participe;
- a Diretoria Executiva reúne-se, ordinariamente, pelo menos 2 (duas) vezes por mês e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor-Presidente ou por 2 (dois) Diretores, mediante aviso por escrito, correspondência eletrônica ou outro meio digital com antecedência mínima de 2 (dois) dias, o qual, entretanto, será dispensado no caso de estarem presentes todos os Diretores. As deliberações da Diretoria Executiva serão adotadas pelo voto da maioria de seus membros, cabendo ao Diretor-Presidente o voto de qualidade, em caso de empate.

Conselho Fiscal

Reuniões

No ano de 2022, até 30 de setembro de 2022, foram realizadas 10 reuniões.

Composição, eleição e mandato

Temos um Conselho Fiscal permanente, composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para mandato de 2 (dois) anos.

Na composição do Conselho Fiscal observar-se-ão as seguintes regras de indicação:

- aos acionistas minoritários titulares de ações ordinárias e aos acionistas titulares de ações preferenciais fica assegurado o direito de elegerem, em votação em separado, 1 (um) membro, respectivamente, de acordo com a legislação aplicável; e,
- a maioria dos membros deverá ser eleita pelo acionista controlador da Companhia, sendo pelo menos 1 (um) servidor público, com vínculo permanente com a Administração Pública.

A composição do Conselho Fiscal encontra-se disponível em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Conforme Estatuto Social, competem ao Conselho Fiscal as atribuições fixadas na legislação aplicável, bem como, no que não conflitar com a legislação brasileira, aquelas requeridas pelas leis dos países em que as ações da Companhia são listadas e negociadas.

Qualificação e remuneração

A remuneração global ou individual dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, em consonância com a legislação aplicável.

As informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Gestão de Riscos Corporativos e Controles Internos

Como processo integrante das práticas de governança corporativa da Cemig, a gestão de riscos corporativos tem como objetivo geral construir uma estrutura capaz de prover informações relevantes à Alta Administração para apoiar a tomada de decisão, criando e protegendo valor para a Companhia. O processo de gerenciamento de riscos permite administrar propriamente os riscos dos objetivos de negócios, permitindo influenciar e alinhar estratégia e performance em todas as áreas da empresa.

Desde 2016 a atividade de gestão de riscos corporativos está subordinada à Presidência. Ainda, em 2019, foi criada a Diretoria Adjunta de Compliance, Riscos Corporativos e Controles Internos, unificando em uma mesma administração os processos de gestão de riscos corporativos e de controles internos. Esse movimento reforça a intenção de aumentar a sinergia entre esses processos e a independência entre os demais, de forma a fornecer informações à Alta Administração para a tomada de decisão, preservando o valor da empresa.

Nesse sentido, foi aprovada, em 2021, pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, a Matriz de Riscos Corporativos – Top Risks e de Riscos de Compliance vigente para os exercícios de 2021/2022, abrangendo os negócios Geração, Transmissão, Distribuição, Comercialização, Geração Distribuída, Holding bem como riscos comuns aos negócios.

Tais riscos, associados a execução da estratégia e cenários de exposição da Companhia, bem como a conflitos de interesse, fraude e corrupção têm como titulares os Diretores da Companhia, sendo monitorados e reportados periodicamente à Alta Administração.

Ainda em 2019, foi contratada consultoria especializada para apoiar a companhia na revisão da Matriz de Riscos e Controles Internos bem como o acompanhamento periódico de execução dos controles, suficiência, análise de falhas e apoio na elaboração e execução dos planos de remediação.

No intuito de fortalecer ainda mais a governança e as discussões de gestão de riscos, em junho de 2022, foi criado o Comitê de Riscos. Sendo ele órgão vinculado e de assessoria do Conselho de Administração com atribuições de análise do cumprimento das exigências dos órgãos reguladores e fiscalizadores; definição dos principais riscos (Top Risks) e monitoramento de tratamento; identificação e mensuração de planos de ação de mitigação e controle dos riscos identificados; avaliação dos limites de tolerância aos riscos que a Companhia será exposta.

A Matriz de controles internos é revisada e aprovada anualmente e o desenho dos controles são testados e monitorados pela Gerência de Gestão de Riscos e Controles Internos. A Auditoria Interna, por sua vez, monitora de forma independente as práticas de controles internos por meio de testes sobre a efetividade da operação dos controles. A conclusão dessas avaliações é apresentada à Diretoria Executiva, ao Conselho Fiscal e ao Comitê de Auditoria da Companhia.

Os controles internos oferecem garantia razoável de que erros e fraudes que possam impactar o desempenho sejam identificados, combatidos e prevenidos, buscando:

- Eficácia e eficiência das operações.
- Confiabilidade dos relatórios financeiros e não financeiros.
- Conformidade com leis e regulamentos aplicáveis.

Como parte da Matriz de Riscos e Controles Internos da Cemig, estão os controles vinculados à mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, emitido de acordo com a seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley e normas do “Public Company Accounting Oversight Board” - PCAOB, que integra o Relatório Anual segundo o Formulário 20-F. A Cemig obteve a primeira certificação dos controles internos, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2006, sendo arquivado junto a Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos - SEC, no dia 23 de julho de 2007.

Código de Conduta Cemig

Aprovado pelo Conselho de Administração da Cemig em 18 de abril de 2022, o novo Código de Conduta Cemig (<http://ri.cemig.com.br>) foi revisto e construído com a participação de empregados de todas as áreas da Companhia. Ele tem como base os pilares institucionais da Cemig, que são o respeito à vida, integridade, geração de valor, comprometimento, inovação, sustentabilidade e responsabilidade social, além de um alinhamento à identidade cultural da Companhia. É um pacto que visa a incorporação de valores, objetivos e comportamentos comuns, desenvolvendo uma cultura de integridade. O Código deve ser cumprido por todos os seus destinatários: administradores, conselheiros fiscais, membros de comitês estatutários, empregados, estagiários e terceiros, em qualquer relação estabelecida com as partes interessadas da Companhia.

Comissão de Ética

A Comissão de Ética da Cemig foi criada em 12 de agosto de 2004 com objetivo de, dentre outras atribuições, coordenar as ações da Companhia em relação à gestão do “Código de Conduta Cemig” (interpretação, divulgação, aplicação e atualização), além da avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos do Código.

A Comissão é composta por 8 membros titulares entre Superintendentes e Gerentes, nomeados pela Diretoria Executiva. A Comissão de Ética pode ser contatada através do Canal de Denúncias Anônimas disponível na intranet corporativa, através de e-mail, correspondência interna ou externa ou por telefone exclusivo, meios amplamente divulgados junto à força de trabalho da Cemig. Esses canais possibilitam o recebimento de denúncias e consultas, o que pode resultar na instauração de procedimentos de apuração relativos a eventuais descumprimentos da “Código de Conduta Cemig”.

Canal de Denúncias Anônimas

Em 13 de dezembro de 2006, a Cemig implantou o Canal de Denúncias Anônimas, disponível na intranet corporativa.

Por este Canal, a Comissão de Ética recebe consultas e denúncias anônimas, que podem instrumentalizar a Cemig na detecção de práticas irregulares contrárias ao interesse da Empresa, compreendendo: fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis; apropriação indevida de bens e recursos; recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados; contratações irregulares ou outras práticas consideradas ilegais.

Esse canal representa mais um passo da Cemig em direção a melhorar a transparência, atendimento à legislação e alinhamento às melhores práticas de governança corporativa. A implementação deste instrumento possibilita melhoria dos controles internos e difusão da cultura ética aos nossos empregados em prol da conformidade do nosso negócio.

Política Antifraude

Em seus negócios e atividades, a Cemig não aceita a prática e a ocultação de atos de fraude ou de corrupção, em todas as suas formas. As suspeitas e denúncias de tais atos são rigorosamente apuradas e quando comprovadas, são aplicados procedimentos disciplinares previstos nas normas internas da Empresa, bem como ações legais e processos criminais, quando cabíveis.

Desse modo, em 2012, a Cemig consolidou sua Política Antifraude sendo aplicável a todos os membros do Conselho de Administração e Fiscal, Diretores, empregados e contratados. A política ressalta o compromisso da Empresa com os princípios do Pacto Global referentes ao tema, principalmente o princípio de número dez, que trata do combate a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL VOTANTE EM 30/09/2022

	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
Estado de Minas Gerais	375.031.302	50,97	17.085	-	375.048.387	17,04
Outras Entidades do Estado	30.021	-	23.873.766	1,63	23.903.787	1,09
FIA Dinâmica Energia S/A	233.037.892	31,67	119.401.654	8,15	352.439.546	16,01
BNDES Participações	82.007.784	11,14	-	-	82.007.784	3,73
BlackRock	-	-	218.212.381	14,89	218.212.381	9,91
Outros						
No País	27.321.921	3,72	188.097.609	12,83	215.419.530	9,78
No Exterior	18.418.704	2,50	915.920.569	62,50	934.339.273	42,44
Total	735.847.624	100,00	1.465.523.064	100,00	2.201.370.688	100,00

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO EM 30/09/2022

	Janeiro a setembro/2022	
	ON	PN
Controlador	375.031.302	17.085
Outras entidades do Estado	30.021	23.873.766
Conselho de Administração	-	111.275
Diretoria Executiva	17.806	29.107
Ações em tesouraria	102	846.062
Ações em circulação (<i>free float</i>)	360.768.393	1.440.645.769
Total	735.847.624	1.465.523.064

Relações com Investidores

No ano de 2019, através de ações estratégicas com o objetivo de proporcionar aos investidores e acionistas uma correta avaliação dos nossos negócios e das nossas perspectivas de crescimento e agregação de valor, aumentamos a exposição da Cemig perante o mercado nacional e global de capitais.

Mantemos um fluxo de comunicação constante e proativo com o mercado investidor da Cemig reforçando nossa credibilidade, buscando aumentar o interesse e assegurar a satisfação do investidor em relação às ações da Companhia.

As divulgações dos nossos resultados são realizadas através de apresentações transmitidas via vídeo webcast e teleconferência, com tradução simultânea para o inglês, sempre contando com a presença de membros da Diretoria Executiva, desenvolvendo um relacionamento cada vez mais transparente e em consonância com as melhores práticas de governança corporativa.

Para atender aos nossos acionistas distribuídos em mais de 40 países e facilitar a melhor cobertura dos investidores, a Cemig esteve presente no Brasil e no exterior em inúmeros seminários, conferências e encontros com investidores; congressos; Road shows; Money Shows; além de ter promovido teleconferências e videoconferências com analistas, investidores e demais interessados do mercado de capitais.

Realizamos em abril de 2021, pelo 26º ano consecutivo, o nosso tradicional “Encontro Anual da Cemig com o Mercado de Capitais”, onde os profissionais do mercado tiveram a oportunidade de interagir com os Diretores e principais executivos da Companhia. Em 2021, o evento foi realizado na modalidade virtual, devido à pandemia da Covid-19.

Governança Corporativa

Nosso modelo de governança corporativa é baseado em princípios de transparência, equidade e prestação de contas, tendo, entre suas principais características, a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da Companhia.

Buscamos o desenvolvimento sustentável da Empresa pelo equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de nossos empreendimentos, com o intuito de

aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais “stakeholders”.

Nossas ações preferenciais (“CMIG4”) e ordinárias (“CMIG3”) estão listadas no Nível 1 de governança corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) desde 2001, garantindo aos nossos acionistas melhorias na prestação de informações e maior dispersão acionária. Ademais, por ter American Depositary Receipts (ADRs) listados na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE), com lastro de ações PN (“CIG”) e ON (“CIG.C”), nossa Companhia também está sujeita à regulamentação da U.S. Securities and Exchange Commission (SEC) e ao Manual de Companhias Listadas na NYSE. Possuímos, também, ações preferenciais (“XCMIG”) listadas na Bolsa de Valores de Madri (LATIBEX) desde 2002.

Dentre os aprimoramentos incorporados no Estatuto Social desde Assembleia Geral ocorrida após 11 de junho de 2018, cabe destacar:

- redução da composição do Conselho de Administração, de 15 para 9 membros titulares, em consonância com o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC e com o Manual de Avaliação de Sustentabilidade Corporativa do Dow Jones Sustainability Index;
- criação de Comitê de Auditoria, mantido o Conselho Fiscal;
- política de Elegibilidade e Avaliação para indicação de membro de Conselho de Administração e de Diretoria Executiva em empresas controladas e coligadas;
- política de Transações com Partes Relacionadas;
- formal designação para o Conselho de Administração assegurar a implementação e supervisão dos sistemas de risco e de controles internos da Companhia;
- a critério da Diretoria Executiva, ampliação dos comitês técnicos, compostos por técnicos de carreira da Companhia, com capacidade decisória em matérias específicas;
- o Diretor-Presidente passa a conduzir diretamente as atividades de compliance e de gestão de riscos corporativos;

- maior ênfase nas funções de controle da Companhia: auditoria interna, compliance e gestão de riscos corporativos;
- adoção de câmara de arbitragem para resolução de conflitos eventualmente existentes entre a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal.

Reynaldo Passanezi Filho
Diretor Presidente

Leonardo George de Magalhães
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Marney Tadeu Antunes
Diretor Cemig Distribuição

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor Cemigpar

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor sem denominação

Dimas Costa
Diretor Cemig Comercialização

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e Participações
Contador - CRC-1SP/242.451-04



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Belo Horizonte – MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado nas notas explicativas 15 e 34 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, existem investigações sendo conduzidas por autoridades públicas na Companhia, suas controladas



e nas investidas Madeira Energia S.A. e Norte Energia S.A., que envolvem as investidas e seus executivos e outros acionistas dessas investidas. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos decorrentes destes processos de investigação conduzidos pelas autoridades públicas. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2021 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 29 de março de 2022 sem modificação e às demonstrações individuais e consolidadas do resultado e do resultado abrangente do período de três e nove meses e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses do trimestre findo em 30 de setembro de 2021 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 11 de novembro de 2021, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 11 de novembro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7